

# DIÁRIO

## DO PODER JUDICIÁRIO



Boa Vista-RR, 25 de Setembro de 2008

ANO X - EDIÇÃO 3933

R\$ 1,60

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA

#### SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO

Bel. CLEIÉRISSOM TAVARES E SILVA  
Secretário do Tribunal Pleno em exercício

#### PUBLICAÇÃO DE PAUTA PARA JULGAMENTO

O Excelentíssimo Senhor Desembargador Carlos Henriques, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima em exercício, torna público para ciência dos interessados que na 17ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, a realizar-se no dia 1º de outubro do corrente ano, quarta-feira, às nove horas, ou na sessão subsequente, serão julgados os processos a seguir:

**MANDADO DE SEGURANÇA Nº 010 08 010259-2**  
**IMPETRANTE:** ALCIMARA ELIANE DE SOUZA SILVA  
**DEFENSOR PÚBLICO:** SR. MAURO SILVA DE CASTRO  
**IMPETRADO:** EXMO. SR. COMANDANTE GERAL DA  
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE RORAIMA  
**PROCURADORES DO ESTADO:** DR. VENILSON BATISTA  
DA MATA  
**RELATOR:** EXMO. SR. DES. MAURO CAMPELLO

**MANDADO DE SEGURANÇA Nº 010 08 010256-8**  
**IMPETRANTE:** FREDERICO OSÓRIO E SILVA  
**DEFENSOR PÚBLICO:** SR. MAURO SILVA DE CASTRO  
**IMPETRADO:** EXMO. SR. COMANDANTE GERAL DA  
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE RORAIMA  
**PROCURADORES DO ESTADO:** DR. VENILSON BATISTA  
DA MATA  
**RELATOR:** EXMO. SR. DES. MAURO CAMPELLO

**MANDADO DE SEGURANÇA Nº 010 08 010314-5**  
**IMPETRANTE:** MARIA IVONE DE CASTRO NUNES  
**ADVOGADOS:** DR. ELIAS AUGUSTO DE LIMA SILVA E  
OUTRO  
**IMPETRADO:** EXMO. SR. COMANDANTE GERAL DA  
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE RORAIMA  
**PROCURADORES DO ESTADO:** DR. FERNANDO MARCO  
RODRIGUES DE LIMA  
**RELATOR:** EXMO. SR. DES. MAURO CAMPELLO

#### PUBLICAÇÃO DE DECISÃO

**HABEAS DATA Nº 010 08 010684-1**  
**IMPETRANTE:** LAURENNE DE OLIVEIRA SANTANA  
**DEFENSOR PÚBLICO:** DR. STÉLIO DENER DE SOUZA  
CRUZ  
**IMPETRADO:** EXMO. SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DO  
PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO  
**RELATOR:** EXMO. SR. DES. RICARDO OLIVEIRA

#### DECISÃO

Trata-se de *habeas data*, impetrado pela servidora pública LAURENNE DE OLIVEIRA SANTANA, em face do SECRETÁRIO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO.

Alega a impetrante, em síntese, que solicitou à autoridade coatora cópia integral dos Processos Administrativos n.ºs 07426/06-22 e 12037/07-00, nos quais é parte interessada, a fim de subsidiar ação judicial contra o Governo do Estado de Roraima, todavia não obteve êxito.

Pugna, assim, pela concessão do *writ*, para que o impetrado forneça as cópias requeridas.

Vieram-me os autos conclusos.

É o relatório. Decido.

A inicial deve ser indeferida de plano.

O *habeas data* é uma ação constitucional, de caráter civil, que tem por objeto a proteção do direito líquido e certo do impetrante em conhecer todas as informações e registros relativos à sua pessoa e constantes de repartições públicas ou particulares acessíveis ao público, para eventual retificação de seus dados pessoais (CF, art. 5.º, LXXII, “a” e “b”; Lei n.º 9.507/97, art. 7.º).

Desta forma, é o instrumento processual cabível para assegurar o conhecimento de informações relativas à **própria pessoa** do impetrante, e o seu objetivo é sempre o de conhecer e retificar essas informações, quando errôneas, para evitar o seu uso indevido.

*In casu*, a impetrante pleiteia a obtenção de cópias integrais de dois procedimentos administrativos, a fim de subsidiar ação judicial em face do Governo do Estado de Roraima.

Ora, a hipótese aventada não se enquadra no art. 7.º, I, da Lei n.º 9.507/97, que regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do *habeas data*, uma vez que a impetrante não busca simplesmente assegurar o conhecimento de informações relativas à sua pessoa ou pede esclarecimentos do que consta arquivado em registro ou banco de dados de entidades governamentais.

Na verdade, a autora pretende a obtenção de cópias de processos administrativos **de seu interesse**, finalidade esta não amparada por *habeas data*, restando aberta a via do mandado de segurança.

Nesse sentido:

“CÓPIA. AUTOS. MS. *HABEAS DATA*. O *habeas data* é meio hábil para se proteger o direito à informação ao possibilitar seu conhecimento ou sua retificação (art. 5.º, LXXII, da CF/1988). No caso, busca-se extrair cópia integral de autos de processo administrativo, hipótese **incompatível** com o uso daquele instrumento processual (art. 7.º da Lei n.º 9.507/1997). Seria adequada, no caso, a utilização do mandado de segurança. REsp 904.447-RJ, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, j. em 8/5/2007.” (STJ, Informativo n.º 0319).

ISTO POSTO, com fulcro no art. 10 da Lei n.º 9.507/97, c/c o art. 267, I e VI, do CPC, indefiro a inicial, declarando extinto o processo sem resolução de mérito.

Sem custas e honorários.

P. R. I.

Boa Vista, 24 de setembro de 2008.

**Des. RICARDO OLIVEIRA – Relator**

#### PUBLICAÇÃO DE DESPACHO

**PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 010 08 009901-2**  
**ORIGEM:** TRIBUNAL PLENO  
**RÉU:** A. J. C. J.

**ADVOGADO DATIVO: DR. ALEXANDER LADISLAU MENEZES**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES**

### **DESPACHO**

Considero encerrada a instrução do presente processo sendo desnecessária a produção de novas provas, inclusive desistindo do depoimento da testemunha ausente na audiência realizada na data de hoje.

Abra-se vista ao Ministério Público para razões, no prazo de 10 (dez) dias, de acordo com o disposto no art. 9º, §5º, da Resolução do CNJ nº 030/07.

Após, dê-se vista ao acusado, na pessoa do advogado dativo, Dr. Alexander Ladislau Menezes, para apresentar razões no prazo de 10 (dez) dias.

Após, conclusos.

Boa Vista(RR), 24 de SETEMBRO de 2008.

**Des. Carlos Henriques**  
Relator

**SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO, BOA VISTA-RR, 24 DE SETEMBRO DE 2008.**

**Bel. CLEIÉRISSOM TAVARES E SILVA**  
Secretário do Tribunal Pleno em exercício

### **SECRETARIA DA CÂMARA ÚNICA**

**ÁLVARO DE OLIVEIRA JUNIOR**  
Secretário da Câmara Única

#### **PUBLICAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO**

O Excelentíssimo Senhor Desembargador Carlos Henriques, Presidente da Câmara Única do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, torna público para ciência dos interessados que, na Sessão Ordinária do dia 30 de setembro do corrente ano, às nove horas, ou nas sessões subsequentes, serão julgados os processos a seguir:

#### **AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0010.07.008220-0 – BOA VISTA-RR**

AGRAVANTE: O ESTADO DE RORAIMA  
PROCURADOR DO ESTADO: DR. MARCUS GIL BARBOSA DIAS  
AGRAVADA: DEISE DE ANDRADE BUENO  
ADVOGADO: DR. ALEXANDER LADISLAU MENEZES  
RELATOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA

#### **APELAÇÃO CRIME Nº 0010.08.009855-0 – BOA VISTA-RR**

APELANTE: CÁSSIO GONÇALVES GOMES  
ADVOGADO: DR. ATALIBA DE ALBUQUERQUE MOREIRA  
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA  
RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES  
REVISOR: EXMO. SR. DES. RICARDO OLIVEIRA

#### **APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.08.010039-8 – BOA VISTA/RR**

1º APELANTE / 2ª APELADA: ELIANE DE SOUSA PESSOA  
ADVOGADO: DR. JAQUES SONNTAG  
2º APELANTE / 1º APELADO: O ESTADO DE RORAIMA  
PROCURADOR DO ESTADO: DR. PAULO FERNANDO SOARES PEREIRA  
RELATOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA  
REVISOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES

#### **REPUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO POR INCORREÇÃO**

#### **APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.08.010052-1 – BOA VISTA/RR**

APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA  
PROCURADORA DO ESTADO: DRA. MARGAUX GUERREIRO DE CASTRO  
APELADO: ARIVELTON DE ASSIS ALCÂNTARA  
RELATOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA  
REVISOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES

### **EMENTA**

AÇÃO DE COBRANÇA – AJUDA DE CUSTO A POLICIAL MILITAR DO EX-TERRITÓRIO FEDERAL DE RORAIMA – PEDIDO JULGADO PROCEDENTE – APELAÇÃO CÍVEL – INAPLICABILIDADE DA LEI FEDERAL Nº. 10.486/02 – PROIBIÇÃO DE INOVAR NA APELAÇÃO – INTERESSE DE AGIR – DEMONSTRADO – REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO – DESNECESSIDADE – TRANSFERÊNCIA E EXISTÊNCIA DE DEPENDENTE – COMPROVADAS – RESPONSÁVEL PELO PAGAMENTO DA DIFERENÇA DE SOLDADO – ESTADO DE RORAIMA – JUROS DE MORA – MEIO POR CENTO AO MÊS (ART. 1º.-F. DA L.F. 9.494/97) – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – RAZOÁVEIS – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE.

### **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores, integrantes da Turma Cível da Câmara Única do Tribunal de Justiça de Roraima, à unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso nos termos do voto do Relator, que integra este julgado.

Sala de Sessões, em Boa Vista, 26 de agosto de 2008.

**Des. CARLOS HENRIQUES**  
Presidente

**Des. JOSÉ PEDRO**  
Julgador

**Des. ALMIRO PADILHA**  
Relator

### **PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO**

EMBARGOS DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.08.010030-7 – BOA VISTA/RR  
**EMBARGANTE: O ESTADO DE RORAIMA**  
**PROCURADOR DO ESTADO: DR. FERNANDO MARCO RODRIGUES DE LIMA**  
**EMBARGADA: ANTONIETA MAGALHÃES AGUIAR**  
**ADVOGADA: EM CAUSA PRÓPRIA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES**

### **EMENTA**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO “PREQUESTIONADORES” – NULIDADE DO JULGADO POR FALTA DA ASSINATURA DE MEMBRO JULGADOR NO ACÓRDÃO – INTELIGÊNCIA DO ART.212 DO RITJRR - REJEIÇÃO. - AUSÊNCIA DE OMISSÃO - PRETENSÃO RECURSAL QUE SE DESTINA AO REEXAME DA MATÉRIA DECIDIDA – IMPOSSIBILIDADE – EMBARGOS MERAMENTE PROTELATÓRIOS – MULTA DE 1% SOBRE O VALOR DA CAUSA – EMBARGOS IMPROVIDOS.

### **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso de Embargos de Declaração na Apelação Cível Nº 010.08. 010030-7 acordam, à unanimidade de votos, os Desembargadores integrantes da Câmara Única do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, em conhecer do recurso e negar provimento, nos termos do voto do Relator.

Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos dezesseis dias do mês de setembro do ano de dois mil e oito.

**Des. CARLOS HENRIQUES**  
Relator/Presidente

**Des. JOSE PEDRO**  
Julgador

**Des. RICARDO OLIVEIRA**  
Julgador

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO**

**HABEAS CORPUS COM PEDIDO DE LIMINAR Nº 010.08.010643-7 – BOA VISTA/RR**  
**IMPETRANTE: CLODOCI FERREIRA DO AMARAL**  
**PACIENTE: RAIMUNDO FERREIRA GOMES**  
**AUT. COATORA: MM. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE BOA VISTA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES**

**EMENTA**

HABEAS CORPUS – PRISÃO PREVENTIVA – ALEGADA INÉPCIA DA DENÚNCIA E INSUBSISTÊNCIA DO DECRETO DE PRISÃO – INEXISTÊNCIA NOS AUTOS DO INTEIRO TEOR DAS DECISÕES ATACADAS – IMPOSSIBILIDADE DE EXAME NA VIA ELEITA – TIRO SUMARÍSSIMO – AUTOS DEVEM VIR INSTRUÍDOS COM AS PEÇAS INDISPENSÁVEIS A COMPREENSÃO DA CONTROVÉRSIA, CAPAZES DE EVIDENCIAR A PRETENSÃO PERQUIRIDA – INSTRUÇÃO DEFICIENTE – ORDEM NÃO CONHECIDA.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de HABEAS CORPUS Nº 0010 08 010643\_7 - Comarca de Boa Vista, em que são partes as acima identificadas.

ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Colenda Câmara Única – Turma Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o parecer Ministerial, em NÃO CONHECER da Ordem impetrada em favor de RAIMUNDO FERREIRA GOMES, por insuficiência na instrução dos autos, nos termos do relatório e voto do Relator, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

SALA DAS SESSÕES DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, AOS DEZESSEIS DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E OITO. (16.09.2008).

**Des. CARLOS HENRIQUES**  
**Presidente e Relator**

**Des. RICARDO OLIVEIRA**  
**Julgador**

**Des. JOSÉ PEDRO FERNANDES**  
**Julgador**

**Dr. EDSON DAMAS DA SILVEIRA**  
**Procurador de Justiça**

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO**

**REEXAME NECESSÁRIO Nº 0010.07.008955-1 – BOA VISTA/RR**  
**AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA**  
**RÉU: PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**  
**PROCURADOR DO ESTADO: DR. ANTONIO PEREIRA COSTA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA**  
**REVISOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES**

**EMENTA**

MANDADO DE SEGURANÇA. AUTORIDADE COATORA PERTENCENTE À FEMACT, FUNDAÇÃO ESTADUAL QUE POSSUI PERSONALIDADE JURÍDICA PRÓPRIA E REPRESENTAÇÃO JUDICIAL INDEPENDENTE DO ESTADO. SENTENÇA QUE DETERMINOU O DESENTRANHAMENTO DA DEFESA APRESENTADA PELO ESTADO. FALTA DE INTIMAÇÃO DO REPRESENTANTE JUDICIAL DA FEMACT. INOBSERVÂNCIA DO ART. 3º, DA LEI 4.348/64. NULIDADE PARCIAL DO.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros da Colenda Câmara Única, integrantes da Turma Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em conhecer o recurso e anular, parcialmente, o processo, nos

termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Sala das Sessões da Câmara Única do E. TJRR, em Boa Vista – RR, 02 de setembro de 2008.

**Des. Carlos Henriques**  
**Presidente**

**Des. José Pedro**  
**Julgador**

**Des. Almiro Padilha**  
**Relator**

**PUBLICAÇÃO DE DECISÃO**

**HABEAS CORPUS COM PEDIDO DE LIMINAR Nº 0010.08.010771-6 – BOA VISTA/RR**  
**IMPETRANTE: PAULO LUIZ DE MOURA HOLANDA**  
**PACIENTE: JESSÉ ALEXANDRE VIEIRA**  
**AUT. COATORA: MMª. JUÍZA AUDITORA DA JUSTIÇA MILITAR DE RORAIMA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. MAURO CAMPELLO**

**DECISÃO**

Trata-se de habeas corpus, com pedido de liminar, impetrado por PAULO LUS DE MOURA HOLANDA, em favor de JESSÉ ALEXANDRE VIEIRA, preso em flagrante por cometimento, em tese, do delito previsto no art. 187 do Código Penal Militar, alegando constrangimento ilegal por parte do MMª Juíza Auditora da Justiça Militar em Roraima, que indeferiu anterior pleito de liberdade provisória formulado em prol do paciente.

O impetrante sustenta, em síntese, que o paciente faz jus a responder solto à Ação Penal Castrense movida em seu desfavor, por possuir todas as condições legais para gozar do benefício, tais como, primariedade, bons antecedentes, emprego fixo como Policial Militar e residência no distrito da culpa.

Ao final, requereu a concessão de liminar a fim de determinar-se a expedição de alvará de soltura em favor do paciente, e, no mérito, a confirmação da liminar.

A petição de Habeas Corpus foi autuada acompanhada dos documentos de fls. 13/23.

É o relatório. DECIDO.

Como é cediço, a medida liminar possui natureza excepcional, e sua concessão somente é possível quando “sejam relevantes os fundamentos da impetração e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da ordem judicial, se concedida a final”, conforme dispõe o art. 7º, inciso II Lei nº 1.533/1951.

In casu, não me convenci, sob análise perfunctória, da presença do essencial requisito fumus boni juris.

De fato, a prisão processual aplicada ao desertor é medida prevista não só na legislação penal militar, mas na própria Constituição Federal, que, atinente às peculiaridades da Caserna, dispôs no art. 5º, inciso LXI, sobre as exceções relativas às transgressões e crimes propriamente militares definidos em lei.

Por sua vez, o art. 270, parágrafo único, alínea b, do CPPM, ao disciplinar as hipóteses de concessão de liberdade provisória, ressaltou as infrações em que não é cabível tal benefício, e, dentre elas, inclui-se a tipificada no art. 187 do CPM.

À propósito, o Superior Tribunal Militar editou a Súmula nº 10, segundo a qual:

“Não se concede liberdade provisória a preso por deserção antes de decorrido o prazo previsto no art. 453 do CPPM”

O entendimento cristalizado no âmbito do Superior Tribunal Militar foi debatido no Supremo Tribunal Federal e ratificado no julgamento do Habeas Corpus nº 85.330-1/RJ, de relatoria do Ministro Marco Aurélio, julgado em 29.06.2004 e publicado no DJ de 27.08.2004. A ementa do aresto em referência está vazada nos seguintes termos:

“CRIME MILITAR – DESERÇÃO – PRISÃO – ARTIGOS 187 DO CÓDIGO PENAL MILITAR E 456 A 459 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR. RECEPÇÃO PELA CARTA MAGNA DE 1988.

A prisão no crime de deserção – art. 187 do Código Penal Militar – mostra-se harmônica com o disposto no art. LXI do art. 5º da Constituição Federal.”

Isso posto, INDEFIRO a liminar pleiteada.

Solicitem-se as informações de praxe à autoridade apontada como coatora.

Após, abra-se vista dos autos à Procuradoria-Geral de Justiça, nos termos do art. 229 do RITJRR.

Por fim, voltem-me conclusos.

Boa Vista, 22 de setembro de 2008.

Des. Mauro Campello  
Relator

#### **PUBLICAÇÃO DE DECISÃO**

**HABEAS CORPUS COM PEDIDO DE LIMINAR Nº 0010.08.010688-2 – BOA VISTA/RR**  
**IMPETRANTE: LUIZ EDUARDO SILVA DE CASTILHO**

**PACIENTE: JOSÉ TAVARES DA SILVA JÚNIOR**  
**AUT. COATORA: MM. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE BOA VISTA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. MAURO CAMPELLO**

#### **DECISÃO**

Trata-se de habeas corpus, com pedido de liminar, impetrado pelo advogado Luiz Eduardo Silva de Castilho em favor de José Tavares da Silva Júnior, preso em flagrante em 15 de agosto de 2008, pela suposta prática dos delitos previstos nos artigos 33, “caput” e 35, “caput”, ambos da Lei Federal nº 11.343/2006, c/c art. 14 da Lei 10.826/2003, em face da decisão homologatória do flagrante por parte do MM. Juiz da 2ª Vara Criminal de Boa Vista.

O impetrante alega, em síntese, a existência de irregularidades durante o procedimento de prisão em flagrante do paciente, sustentando, a seguir, o desconhecimento, por parte deste, da existência de material entorpecente em sua residência, no quarto de sua filha, afirmando, com relação à acusação do delito previsto no art. 14 da Lei 10.826/2003, que apenas fez uso da arma de fogo por presumir estar sendo vítima de possível assalto, por ocasião da entrada da polícia em sua casa.

Por fim, alegando a existência de condições pessoais favoráveis, como primariedade, bons antecedentes, residência fixa e trabalho lícito, requereu liminarmente a expedição de alvará de soltura para responder ao processo em liberdade e, no mérito, a consolidação da liminar.

Informações da autoridade apontada como coatora, às fls. 20/42, constando que pedido de relaxamento de prisão formulado em prol do paciente encontra-se ainda pendente de julgamento perante o Juízo da 2ª Vara Criminal.

É o relatório. DECIDO.

A liminar, em sede de habeas corpus, como qualquer outra medida cautelar, deve restringir-se à garantia da eficácia da decisão final a ser proferida pelo órgão competente para o julgamento, quando se fizerem presentes, simultaneamente, a plausibilidade jurídica do pedido e o risco de lesão grave ou de difícil reparação.

Busca o impetrante a liberdade do paciente, sob a alegação de que não haveria justa causa para a manutenção da sua prisão, por possuir condições pessoais favoráveis, e, à par disso, sustenta-se a existência de irregularidades no procedimento da prisão em flagrante.

In casu, apesar dos argumentos, colhe-se das informações da autoridade apontada como coatora, que o pedido de relaxamento da prisão do paciente encontra-se pendente de decisão na instância a quo.

Quanto à alegação de desnecessidade da prisão cautelar, não vislumbrei relevância na fundamentação empregada.

Isso posto, INDEFIRO a liminar pleiteada.

Dê-se vista dos autos à Procuradoria de Justiça para manifestação.

Após, voltem-me conclusos.

Publique-se.

Boa Vista, 22 de setembro de 2008.

Des. Mauro Campello  
Relator

#### **PUBLICAÇÃO DE DECISÃO**

**CAUTELAR Nº 0010.08.010616-3 – BOA VISTA/RR**  
**REQUERENTE: RAIMUNDO FERREIRA GOMES**  
**ADVOGADO: DR. CLODOCI FERREIRA DO AMARAL**  
**REQUERIDO: MM. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE BOA VISTA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. RICARDO OLIVEIRA**

#### **DECISÃO**

Trata-se de medida cautelar nominada, com pedido de liminar, intentada por RAIMUNDO FERREIRA GOMES, visando atribuir efeito suspensivo à decisão que rejeitou a Exceção de Suspeição nº 0010.08.194489-3, oposta em face do MM. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL.

Alega o requerente, em síntese, ser inimigo capital do requerido, razão pela qual questiona a isenção do mesmo para conduzir a Ação Penal nº 0010.08.190630-6.

Requer, ao final, o trancamento (rectius: suspensão) do processo principal, até que seja julgada a exceção de suspeição remetida a esta Corte.

Juntou documentos (fls. 05/31 e 34).

Vieram-me os autos conclusos.

É o relatório. Decido.

O pedido é manifestamente incabível.

Dispõe o art. 111 do CPP que “as exceções serão processadas em autos apartados e não suspenderão, em regra, o andamento da ação penal”.

Assim, a arguição de suspeição, ordinariamente, não suspende o curso do processo. Todavia, haverá o sobrestamento quando o juiz reconhecer a suspeição ou quando a parte contrária for ouvida e concordar com a exceção (CPP, arts. 99 e 102).

Nesse sentido:

“HABEAS CORPUS – HOMICÍDIO OCORRENTE NO TRÂNSITO – DENÚNCIA POR DOLO EVENTUAL – ARGÜIÇÃO DE SUSPEIÇÃO NÃO ACEITA PELO MAGISTRADO – PEDIDO DE SUSPENSÃO DO PROCESSO ATÉ O EXAME DO MÉRITO DE EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO AFORADA. A argüição de suspeição ordinariamente não suspende o processo. (...)” (TJRS, 4.ª Câmara Criminal, HC 697072643, Rel. Des. Paulo Moacir de Aguiar Vieira, j. 25.06.1997).

“PROCESSO PENAL – NULIDADE – JUIZ SUSPEITO – EFEITO SUSPENSIVO – RECURSO ESPECIAL E AGRAVO DE INSTRUMENTO – ORDEM INDEFERIDA. (...) A exceptio suspicionis visa, tão-somente, a apurar possível ausência de imparcialidade de Juiz. Seu processamento, quando não acolhido pelo juiz excepto ocorre, inclusive, em apartado. Vale dizer, forma-se processo específico para a Exceção de Suspeição que, efetivamente, não paralisa o andamento regular do feito principal.” (STJ, 5.ª Turma, HC 11.395/SP, Rel. Min. Jorge Scartezini, j. 06.06.2000, DJ 27.11.2000, p. 175).

STF: “Sem ter o juiz aceitado a suspeição e tendo sido esta repelida pela parte contrária, não há como imprimir-se ao processo da exceção o efeito de sustar o curso da ação penal” (RT 613/397).

Registre-se, ainda, que o legislador fez constar no art. 101 do CPP que, se julgada procedente a suspeição, serão nulos os atos praticados no processo principal, o que reforça o entendimento de que a exceção não suspende o andamento da ação penal.

ISTO POSTO, com fulcro no art. 267, I e VI, do CPC, c/c o art. 175, XIV, do RITJRR, indefiro a inicial, declarando extinto o processo sem resolução de mérito.

Custas ex lege.

Sem honorários.

P. R. I.

Boa Vista, 18 de setembro de 2008.

Des. RICARDO OLIVEIRA  
Relator

#### **PUBLICAÇÃO DE DECISÃO**

RECURSO ORDINÁRIO NO HABEAS CORPUS Nº  
0010.08.009982-2 – BOA VISTA/RR  
**RECORRENTE: PERCIVAL LIMA SIQUEIRA**  
**ADVOGADO: DR. EDNALDO GOMES VIDAL**  
**RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. MAURO CAMPELLO**

#### **DECISÃO**

Trata-se de Recurso Ordinário Constitucional em Habeas Corpus interposto por Ednaldo Gomes Vidal, em favor de Percival Lima Siqueira, contra o acórdão de fls. 126/127, que não concedeu a ordem do Writ, em definitivo, mantendo a construção cautelar do paciente com o fundamento de não ser possível revolver prova nesta estreita via processual.

Com supedâneo nas razões de fls. 130/158, a recorrente pugna pela reforma do v. aresto, por falta de justa causa para denegação da liberdade do paciente.

Em parecer de fls. 162/164, opina a douta Procuradoria de Justiça pelo não conhecimento do presente recurso em face da intempestividade demonstrada.

É o breve relato, passo à decisão.

Presentes os requisitos de ordem processual e constitucional (art. 508 e 514, do Código de Processo Civil), inclusive a tempestividade argüida pelo Ministério Público de Roraima, uma vez que o recurso foi interposto em 07.06.2008, conforme protocolo às fl. 130v, ou seja, ainda dentro do prazo descrito no art. 346 do RITJ – RR, posto que o acórdão vergastado foi publicado em 03.06.2008. Considero atendidos os pressupostos necessários à admissibilidade deste recurso ordinário.

Destarte, na forma do art. 350 do RITJRR, determino a remessa dos presentes autos ao e. Superior Tribunal de Justiça, com as homenagens de estilo.

Boa Vista, 22 de setembro de 2008.

DES. MAURO CAMPELLO  
Relator

#### **PUBLICAÇÃO DE DECISÃO**

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0010.08.010749-2 – BOA VISTA/RR  
**AGRAVANTE: O ESTADO DE RORAIMA**  
**PROCURADORA DO ESTADO: DRA. ALDA CELIA ALMEIDA**  
**BOSON SCHETINE – FISCAL**  
**AGRAVADOS: PLAYCAR PEÇAS E SERVIÇOS LTDA E OUTROS**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES**

#### **DECISÃO**

O ESTADO DE RORAIMA, interpôs Agravo de Instrumento em face da decisão proferida pela MM. Juíza da 2ª Vara Cível desta Comarca, no feito de nº 010.2008.901.863-3(PROJUDI).

A decisão impugnada (fl.64), consistiu no indeferimento da citação dos co-responsáveis em face da não verificação de uma das hipóteses de responsabilidade tributária do sócio da empresa executada.

O Agravante alega, como razões de seu inconformismo, que os sócios são co-responsáveis pela dívida da empresa, pois seus nomes contam da Certidão de Dívida Ativa, competindo aos mesmos o ônus da prova, tendo em vista a presunção relativa de liquidez e certeza que milita em favor da CDA.

Embasou sua fundamentação em jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, em normas legais e em precedentes desta corte.

Requer por fim, a atribuição de efeito suspensivo para evitar lesão grave e de difícil reparação à agravante, haja vista o risco de dilapidação do patrimônio.

É o sucinto relato. Decido.

No caso em apreço, trata-se de recurso interposto contra decisão proferida em processo de execução, o qual é voltado diretamente à satisfação do direito do credor.

O art.522 do CPC tem como regra que o relator receba o recurso como agravo retido. No entanto, in casu, não é possível a ocorrência de tal regra, pois por se tratar de incidente em processo de execução, o agravo retido provavelmente tornar-se-ia inócuo. Tendo-se por inviável a conversão, deve ser devidamente processado por instrumento.

Da análise perfunctória do caderno processual, vislumbro a existência do periculum in mora para concessão do efeito suspensivo, em virtude da possibilidade de dilapidação do patrimônio.

Quanto à fumaça do bom direito, de fato, a fundamentação jurídica relevante está caracterizada, nesta sede de cognição sumaríssima, havendo inclusive precedente no Tribunal Roraimense, da lavra deste Relator:

“APELAÇÃO CÍVEL – EXECUÇÃO FISCAL – EMBARGOS – ILEGITIMIDADE PASSIVA DO SÓCIO DA EMPRESA – MATÉRIA PACIFICADA DO STJ – CÓ – RESPONSÁVEL NA CDA – INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA – SÓCIO PARTE LEGÍTIMA – RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO - MATÉRIA ATINENTE A LEI COMPLEMENTAR – NÃO APLICAÇÃO DO ART. 219 DO CPC – INTELIGÊNCIA DO ART.146, III, b, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.”(grifo nosso)

Em face do exposto, presentes o fumus boni iuris e o periculum in mora, DEFIRO a atribuição de efeito suspensivo.

Requisitem-se informações à MM. Juíza de Direito da 2ª Vara Cível.

Após, ouça-se a douta Procuradoria de Justiça, nos moldes do art. 527, VI do CPC.

Por fim, conclusos.

Publique-se. Intimem-se.

Boa Vista-RR, 18 de setembro de 2008.

Des. Carlos Henriques  
Relator

#### **PUBLICAÇÃO DE DECISÃO**

AGRAVO REGIMENTAL Nº 0010 08 010721-1 NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0010.08.010674-2 – BOA VISTA/RR  
**AGRAVANTE: MAURÍCIO PEIXOTO DAMASCENO**  
**ADVOGADO: DR. JAKUES SONNTAG**  
**AGRAVADA: MARIA ELENILDE DO ESPÍRITO SANTO**  
**ADVOGADOS: MARCELO AMARAL DA SILVA E OUTROS**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo regimental interposto por MAURÍCIO PEIXOTO DAMASCENO contra a decisão de fls. 08, que converteu o agravo de instrumento n.º 010 08 010674-2 em retido.

Seguindo a redação do inciso II, do art. 527, do CPC, dada pela Lei n.º 11.187/05, se não se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, deverá ser convertido o agravo de instrumento em retido.

Ressalte-se ainda, que a conversão do agravo de instrumento em agravo retido é irreversível, à luz do disposto no inciso II e parágrafo único, do art. 527, do Código de Processo Civil. Nesse sentido confira-se:

“AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO CONVERTIDO EM AGRAVO RETIDO. INVIABILIDADE. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.

A TEOR DO ART. 527, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC, NÃO SE ADMITE RECURSO CONTRA A DECISÃO DO RELATOR QUE CONVERTE O AGRAVO DE INSTRUMENTO EM AGRAVO RETIDO, SALVO SE O RELATOR A RECONSIDERAR. SE A PARTE AVIA AGRAVO REGIMENTAL, DEMONSTRA TENTATIVA DE VIOLAR A NORMA RECURSAL PROIBITIVA. RECURSO NÃO CONHECIDO.”

(TJDF - 20080020042760AGI Acórdão Número : 311698 Data de Julgamento : 25/06/2008 Órgão Julgador : 3ª Turma Cível Relator : ESDRAS NEVES Publicação no DJU: 04/07/2008 Pág.: 50)

Se na redação anterior do mencionado inciso havia uma faculdade do Relator, que poderia converter o agravo em retido se não convencido sobre a possibilidade de dano irreparável ou de difícil reparação, na redação que foi dada ao dispositivo legal pela Lei n.º 11.187, de 19.10.2005, indeferido o efeito suspensivo em razão da inexistência do alegado risco ou caso não tenha pedido de efeito suspensivo, é impositivo o comando legal que determina que o relator “converterá” o agravo de instrumento em retido.

Isto posto, mantenho a decisão acostada às fls. 08 e não conheço do agravo regimental.

Publique-se.

Intimem-se.

Boa Vista(RR), 22 de setembro de 2008.

Des. CARLOS HENRIQUES  
Relator

**PUBLICAÇÃO DE DECISÃO**

AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 0010.070.08188-9 – BOA VISTA/RR

**AGRAVANTE: O ESTADO DE RORAIMA**  
**PROCURADOR DO ESTADO: DR. ARTHUR CARVALHO**  
**AGRAVADO: MOISEIS ALVES DA COSTA FILHO**  
**ADVOGADO: DR. ALEXANDER LADISLAU MENEZES**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO**

Vistos etc.

O Estado de Roraima, devidamente qualificado e representado (fl. 02), interpõe agravo de instrumento contra decisão proferida pelo MM. Juiz de Direito da 8ª Vara Cível, nos autos de ação ordinária com pedido de antecipação de tutela, processo n.º 001007165784-4, aforada por Moiseis Alves da Costa Filho.

Sustenta, o Agravante, que o MM. Juiz singular esgotou por completo o objeto da ação ao determinar que o requerente, ora Agravado, seja mantido no cargo em que fora empossado, bem como sua reintegração no curso de formação e restituição das possíveis aulas perdidas em virtude da exclusão.

Requeru, o Estado, que fosse atribuído efeito suspensivo ao recurso por vislumbrar a possibilidade de lesão grave e de difícil reparação contra a Fazenda Pública, pedido este que restou indeferido ante a falta de preenchimento dos requisitos legais pertinentes (fls. 57/58).

Prestando informações, nos termos do art. 527, IV, do CPC, o Julgador da causa informa, em 03.07.2007, à fl. 63, que a decisão fora mantida.

Regularmente intimado, o agravado requer o improvimento do recurso (fls. 64-68).

Oportunizada a manifestação do Órgão Ministerial de 2º Grau, este opina pela extinção do processo sem julgamento de mérito, tendo em vista a perda de seu objeto (fls. 71/72).

Eis o sucinto relato. Decido.

Depreende-se do duto parecer ministerial que, conforme publicação lançada no DPJ n.º 3812, à fl. 38, os autos principais (n.º 010.07.165784-4) foram sentenciados, tendo sido julgado procedente o pedido.

Ante o exposto, com arrimo no art. 175, XIV do RITJRR c/c o art. 557, do CPC, nego seguimento ao presente recurso, em face da superveniente perda do seu objeto.

Intimações e demais expedientes necessários.

Boa Vista, 19 de setembro de 2008.

Des. JOSÉ PEDRO – Relator

**PUBLICAÇÃO DE DECISÃO**

**HABEAS CORPUS COM PEDIDO DE LIMINAR N.º 0010.08.010673-4 – BOA VISTA/RR**  
**IMPETRANTE: EDNALDO GOMES VIDAL**  
**PACIENTE: FLÁVIO AUGUSTO DE FARIAS**  
**AUT. COATORA: MM. JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CRIMINAL DE BOA VISTA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. MAURO CAMPELLO**

**DECISÃO**

Trata-se de habeas corpus, com pedido de liminar, impetrado pelo advogado Ednaldo Gomes Vidal em favor de Flávio Augusto de Farias, denunciado pela prática, em tese, do delito previsto no art. 157, § 2º, I e II, do Código Penal Brasileiro.

Alega o impetrante, em síntese, que o Paciente suporta constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa do acusado.

Acrescentou que o réu apresentou-se espontaneamente à autoridade policial, e que não possui personalidade voltada para o crime, visto inexistirem quaisquer outros processos criminais tramitando em seu desfavor.

Solicitadas as informações à autoridade apontada coatora, estas foram devidamente prestadas e encontram-se acostadas aos autos às fls. 102/103, e delas consta que o paciente foi preso preventivamente em 17 de março de 2008; Denúncia oferecida em 1º de abril; Interrogatório do réu em 10 de abril; Defesa Prévia apresentada tempestivamente; Foram protocolados dois pedidos de revogação da prisão preventiva do acusado, os quais restaram indeferidos pelo Juízo a quo; Oitiva de três testemunhas de Acusação em 22 de abril, sendo designado o dia 13 de agosto, para oitiva das demais, porém, verificou-se que tal audiência não se realizou, por motivo de saúde da ilustre Promotora com assento naquele Juízo. Por fim, informou o duto magistrado a quo que a foi designado o dia 12 de setembro de 2008 para audiência de oitiva de testemunhas de defesa.

Às fls. 112, consta certidão emitida pelo escrivão da 5ª Vara Criminal, cujo teor permite depreender que a referida audiência teve por finalidade a oitiva de testemunha de acusação.

É o relatório. Decido.

Conforme asseverado em outras oportunidades, dúvidas não existem que o prazo para a conclusão da instrução criminal não é absoluto, devendo o feito ser avaliado de acordo com suas peculiaridades, com invocação do princípio da razoabilidade quando o processo transcorrer com prudente diligência do magistrado.

Constata-se que realmente o paciente encontra-se custodiado por período superior àquele firmado pela doutrina e jurisprudência em 81 (oitenta e um) dias para a formação da culpa, contudo há que se

ressaltar que a produção da prova acusatória foi concluída no dia 12 de setembro de 2008, de modo que, para o encerramento da instrução criminal, aguarda-se tão-somente a oitiva das testemunhas arroladas pela defesa, a qual foi designada para o dia 18 de setembro do corrente, afastando-se, portanto, a legação de constrangimento ilegal por excesso de prazo, conforme demonstram os seguintes arestos lapidares:

**RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PROVAS INDICIÁRIAS INSUFICIENTES PARA EMBASAR A ACUSAÇÃO. INOBSERVÂNCIA DO RITO PROCEDIMENTAL ADOTADO PELA LEI 10.409/2002. NULIDADE RELATIVA. EXCESSO DE PRAZO. FEITO AGUARDANDO, TÃO-SOMENTE, A OITIVA DAS TESTEMUNHAS ARROLADAS PELA DEFESA, POR CARTA PRECATÓRIA. APLICAÇÃO DA SÚMULA N.º 64 DO STJ. PRECEDENTES.**

1. Vislumbrada pela instância ordinária a existência de indícios suficientes da autoria criminosa, para a instauração da ação penal, o exame da pretensão ora deduzia implicaria, para afastar o substrato fático em que se ampara a acusação, na dilação probatória dos autos, o que, como é sabido, não é possível na estreita e célere via do habeas corpus.

2. A inobservância do rito procedimental adotado na Lei n.º 10.409/2002, que derogou a Lei n.º 6.368/1976, encontrando-se, inclusive, em vigência, não constitui nulidade absoluta, mas relativa, dependendo, para o seu reconhecimento, de efetivo prejuízo.

3. Encerrada a fase de inquirição das testemunhas arroladas pela acusação, restando apenas a produção das provas da defesa, por carta precatória, não se configura, na espécie, o alegado excesso de prazo. Aplicação da Súmula n.º 64 desta Corte.

4. Precedentes do STJ.

5. Recurso conhecido, porém, desprovido.

(RHC 17788/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 28.06.2005, DJ 29.08.2005 p. 370)

**PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. EXCESSO DE PRAZO PARA O ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL.**

Encerrada a fase de inquirição das testemunhas arroladas pela acusação, restando apenas a produção das provas da defesa, não se configura o alegado constrangimento ilegal, mormente em se tratando de feito envolvendo excessivo número de testemunhas arroladas em favor do acusado (Súmula 64-STJ).

Writ denegado.

(HC 21664/PE, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 06.08.2002, DJ 16.09.2002 p. 215)

**HABEAS CORPUS. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. EXCESSO DE PRAZO NA INSTRUÇÃO CRIMINAL. SÚMULA 64 DO STJ. ORDEM DENEGADA.**

1. Encerrada a produção da prova oral acusatória, aguardando o feito tão-somente a devolução de carta precatória expedida para oitiva de testemunha da defesa, descabe falar em constrangimento ilegal por injustificada demora na formação da culpa (Intelecção dos enunciados n.º 64 e 52 da Súmula de jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça).

2. Ordem denegada.

(HC 21933/PE, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, SEXTA TURMA, julgado em 29.10.2002, DJ 31.03.2003 p. 275)

**HABEAS CORPUS – Excesso de prazo. Testemunhas arroladas pela acusação. Inquirição encerrada. Inexistência de constrangimento ilegal. I – Tendo em vista encontrar-se a instrução criminal encerrada para a acusação, havendo sido designada data para se iniciar a oitiva de testemunhas indicadas pela defesa, não há mais falar em constrangimento ilegal por conta de excesso de prazo. Ademais, a denúncia foi ofertada contra dois agentes, devendo a apuração probatória desenvolver-se com relação a ambos, circunstância que provoca maior dilação nos prazos de realização dos atos processuais. II – Ordem denegada.**

(TJCE – APen 2000.06431-3 – 1ª C.Crim. – Rel. Des. Fernando Luiz Ximenes Rocha – DJCE 13.11.2000)

Ante o exposto, INDEFIRO a liminar pleiteada.

Dê-se vista dos autos à Procuradoria de Justiça para manifestação;

Após, voltem-me conclusos.

Publique-se.

Boa Vista, 19 de setembro de 2008.

Des. Mauro Campello  
Relator

### **PUBLICAÇÃO DE DECISÃO**

**HABEAS CORPUS COM PEDIDO DE LIMINAR Nº**

**0010.08.010401-0 – SÃO LUIZ DO ANAÚA/RR**

**IMPETRANTE: JOSÉ FÁBIO MARTINS DA SILVA**

**PACIENTE: JUAREZ FERREIRA DA SILVA**

**AUT. COATORA: MM. JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE SÃO LUIZ DO ANAÚA**

**RELATOR: EXMO. SR. DES. MAURO CAMPELLO**

### **DECISÃO**

Trata-se de habeas corpus, com pedido de liminar, impetrado pelo advogado José Fábio Martins da Silva em favor de Juarez Ferreira da Silva, contra ato do MM. Juiz de Direito da Comarca de São Luiz do Anua-RR, em razão da manutenção da prisão do paciente, ocorrida em 07.04.08 pela suposta prática prevista nos arts. 121, § 2º, IV, c/c artigo 14, II, do Código Penal e artigo 12, da Lei 10.826/2003.

Alega o impetrante que o Paciente suporta constrangimento ilegal devido ao oferecimento tardio da denúncia, mais de 30 (trinta) dias após a data em que deveria ter sido oferecida, alegando, ainda que o flagrante estava descaracterizado em virtude do decurso de tempo entre o cometimento do homicídio tentado (01.04.2008) e a sua prisão em flagrante, ocorrida somente em 07.04.2008, devendo, pois, sua prisão ser relaxada.

Sustentou a presença de irregularidades no auto de prisão em flagrante, bem como incompetência do Juízo a quo.

Sustentou que o paciente possui condições pessoais favoráveis, como primariedade, endereço fixo e trabalho definido, pugnando, ao final, pelo relaxamento da prisão do paciente.

Solicitadas as informações à autoridade apontada coatora, estas foram devidamente prestadas e encontram-se acostadas às fls. 79/82.

A liminar foi indeferida às fls. 84/85

Parecer Ministerial, às fls. 87/92, pelo indeferimento da ordem.

Petição atravessada às fls. 104, acompanhada de documentos às fls. 105/108, postulando a desistência da impetração deste writ, em razão da revogação da Prisão Preventiva do Paciente.

Nova manifestação ministerial, às fls. 115/116, pela prejudicialidade do writ, pela perda do objeto.

É o relatório. DECIDO.

Tendo em vista as informações quanto ao relaxamento da prisão do paciente (fls. 105/108) impõe-se o reconhecimento de que o alegado constrangimento ilegal restou afastado.

Neste diapasão, cumpre declarar prejudicado o presente writ, ante a superveniente perda do objeto, conforme dispõe o art. 659 do Código de Processo Penal.

Nesse sentido:

**RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS –**

**TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL – FALTA DE JUSTA**

**CAUSA – ABSOLVIÇÃO EM 1ª INSTÂNCIA – DECISÃO**

**TRANSITADA EM JULGADO – PERDA DE OBJETO.**

Há perda de objeto do pedido de trancamento da ação penal quando o Juízo de 1º Grau já absolveu o recorrente, em decisão já transitada em julgado, oportunidade em que eventual constrangimento ilegal por ele suportado já foi cessado.

Recurso julgado prejudicado.  
(RHC 20.620/PB, Rel. Ministra JANE SILVA  
(DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG), QUINTA  
TURMA, julgado em 25.10.2007, DJ 19.11.2007 p. 246)

Desta forma, com fulcro nos arts. 175, XIV do RITJRR, e 659 do  
CPP, declaro extinto o presente writ.

Dê-se ciência desta decisão ao Parquet com assento nesta Corte.

Publique-se.

Intimem-se.

Boa Vista (RR), 22 de setembro de 2008.

Des. Mauro Campello  
Relator

#### **PUBLICAÇÃO DE DECISÃO**

**HABEAS CORPUS COM PEDIDO DE LIMINAR Nº  
0010.08.010606-4 – BOA VISTA/RR  
IMPETRANTE: JHONATHAN COSTA TEIXEIRA  
PACIENTE: JHONATHAN COSTA TEIXEIRA  
AUT. COATORA: MM. JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA  
CRIMINAL DE BOA VISTA  
RELATOR: EXMO. SR. DES. MAURO CAMPELLO**

#### **DECISÃO**

Trata-se de habeas corpus, com pedido de liminar, impetrado em  
causa própria por Jhonathan Costa Teixeira, condenado à pena de 03  
(três) anos de reclusão, atualmente em regime semi-aberto, pela  
prática do delito previsto no art. 12 da Lei nº 6.368/76.

Alega o impetrante que vem sofrendo constrangimento ilegal por  
omissão do MM. Juiz da 3ª Vara Criminal, porquanto seu  
livramento condicional deveria ocorrer em 17.04.08, e, até a  
impetração deste writ, passaram-se 125 (cento e vinte e cinco) dias,  
sem que ocorresse a sua efetivação.

Acrescenta que o cumprimento de sua pena progrediu do regime  
fechado para o semi-aberto em 29.03.07 e que, até o momento, não  
obteve a progressão para o regime aberto, embora tenha transcorrido  
o lapso temporal necessário para tanto.

Sustentou que, embora tivesse direito a 5 (cinco) saídas temporárias  
por ano, não usufruiu do direito durante o ano de 2007, até a  
primeira metade desta ano, quando apenas uma saída foi gozada.

Afirmou que não obteve o benefício da remissão da pena, embora se  
encontre realizando trabalho externo, e, caso fosse deferido o direito,  
sua pena já se encontraria extinta, tendo em vista que o termo final  
da sua pena prazo dar-se-á em 26.10.08.

Solicitadas as informações à autoridade coatora, estas foram  
devidamente cumpridas e delas consta, às fls. 18/37, que foi  
deferido, na instância a quo, o pedido de livramento condicional do  
ora paciente, bem como a remissão de 50 (cinquenta) dias da sua  
pena.

Informa ainda o ilustre magistrado monocrático que não consta  
naquele Juízo qualquer pedido de progressão de regime, de semi-  
aberto para aberto, e quanto ao pedido de saída temporária, relatou  
que, ao contrário do alegado pelo impetrante, foram concedidas 04  
saídas temporárias ao mesmo.

Às fls. 39/40, proferi decisão julgando parcialmente prejudicado o  
writ, tendo em vista a concessão pelo Juízo a quo do livramento  
condicional e remição da pena do paciente. Com relação ao pedido  
de progressão de regime aberto para o semi-aberto, o feito  
prosseguiu, sendo remetido à Procuradoria de Justiça para emissão  
de parecer.

Parecer Ministerial, às fls. 42/45, pela prejudicialidade do writ, pela  
superveniente concessão do pedido principal em favor do paciente.

É o relatório. DECIDO.

Com razão o Parquet de segundo grau.

Ocorreu a perda do objeto deste writ, tendo em vista que a  
implementação da pretensão maior do paciente, qual seja, a obtenção  
de livramento condicional, perfaz situação mais benéfica que o  
regime aberto pleiteado.

Nesse sentido resta afastado o suposto constrangimento ilegal,  
restando evidenciada a perda do objeto do presente writ.

A corroborar tal entendimento, colho os seguintes arestos lapidares:

CRIMINAL. HC. TRÁFICO DE ENTORPECENTES.  
PROGRESSÃO DE REGIME CONCEDIDA. AGRAVO EM  
EXECUÇÃO. RECURSO MINISTERIAL PROVIDO. DECISÃO  
CASSADA. SUPERVENIENTE OBTENÇÃO PELO PACIENTE  
DE LIVRAMENTO CONDICIONAL. PERDA DE OBJETO.  
ORDEM PREJUDICADA.

1- Evidenciada a superveniente obtenção pelo paciente de  
livramento condicional, situação mais benéfica que o regime aberto  
por ele pleiteado, verifica-se a perda de objeto do presente writ.

2- Ordem prejudicada.

(HC 89346/SP, Rel. Ministra JANE SILVA  
(DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG), QUINTA  
TURMA, julgado em 04.10.2007, DJ 22.10.2007 p. 342)

HABEAS CORPUS – ESTUPRO – PROGRESSÃO DE REGIME  
– BENEFÍCIO DO LIVRAMENTO CONDICIONAL  
CONCEDIDO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA – PEDIDO  
PREJUDICADO – 1- há perda de objeto quando é concedido, pelo  
juízo das execuções criminais, benefício de livramento condicional,  
que satisfaz os interesses de trabalho externo do paciente. 2- pedido  
julgado prejudicado. (STJ – HC 200601805822 – (66121) – MG –  
5ª T. – Relª. Min. Jane Silva – DJU 17.12.2007 – p. 00239)

HABEAS CORPUS – ESTUPRO – PROGRESSÃO DE REGIME  
– BENEFÍCIO DO LIVRAMENTO CONDICIONAL  
CONCEDIDO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA – PEDIDO  
PREJUDICADO – 1- há perda de objeto quando é concedido, pelo  
juízo das execuções criminais, benefício de livramento condicional,  
que satisfaz os interesses de trabalho externo do paciente. 2- pedido  
julgado prejudicado. (STJ – HC 200601805822 – (66121) – MG –  
5ª T. – Relª. Min. Jane Silva – DJU 17.12.2007 – p. 00239)

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 175, XIV do RITJRR e  
659 do CPP, julgo prejudicado o presente writ pela superveniente  
perda do objeto.

Boa Vista, 19 de setembro de 2008.

Des. Mauro Campello  
Relator

#### **PUBLICAÇÃO DE DECISÃO**

**HABEAS CORPUS COM PEDIDO DE LIMINAR Nº  
0010.08.010640-3 – BOA VISTA/RR  
IMPETRANTE: EDNALDO GOMES VIDAL  
PACIENTE: ROSIELSON AMARO MENDES  
AUT. COATORA: MMª. JUÍZA DE DIREITO DA 1ª VARA  
CRIMINAL DE BOA VISTA  
RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES**

#### **DECISÃO LIMINAR**

Cuida-se de Habeas Corpus com pedido de liminar impetrado pelo  
Defensor Público Mauro Silva Castro em favor de ROSIELSON  
AMARO MENDES, preso em flagrante em 20.06.2008 e  
denunciado, juntamente com outros, pela prática do delito previsto  
no art. 121, § 2º, inciso I (motivo torpe) e IV (recurso que dificultou  
a defesa do ofendido) c/c art. 14, II (crime tentado) em concurso de  
agentes, todos do Código Penal.

Argumenta o impetrante, em síntese, que não estão presentes  
nenhum dos requisitos do art. 312 CPP. Ao final, pede a extensão  
dos efeitos do julgado monocrático que concebeu liberdade  
provisória aos acusados RONNY DA SILVA BARBOSA E  
RENNER MARINHO VIANA, com fulcro no art. 580 CPP.



Em face do conhecimento do caso pelo HC 0010 08 010 628-8, impetrado pelo Defensor Público Mauro Silva Castro em 19 de agosto do corrente, dois dias antes deste, impetrado por advogado contratado, deixarei de requisitar as informações da autoridade tida como coatora.

É o singelo relatório. DECIDO:

Embora se trate de um segundo habeas corpus em favor do paciente, e que do HC 0010 08 010 628-8, já conste a manifestação ministerial, por considerar diversa a causa de pedir é diversa, hei por bem dar prioridade à ordem impetrada pelo advogado contratado.

Em sede de liminar, impende verificar tão somente os requisitos autorizadores, quais sejam o fumus boni iuris e o periculum in mora.

Por cuidar-se da liberdade do indivíduo, o perigo da demora estará sempre presente. Entretanto há que se conjugar também a fumaça do bom direito em favor do paciente.

Pelas informações prestadas anteriormente, não se vislumbra, ao menos inicialmente, a fumaça do bom direito em favor do paciente, para a concessão liminar do pedido por diversidade das situações pessoais e condutas narradas na denúncia.

Posto isto, por ausência de um dos requisitos necessários, indefiro a liminar pleiteada.

Manifeste-se a douta Procuradoria de Justiça sobre o writ intentado, na forma da lei.

Publique-se. Intimem-se.

Boa Vista, 19 de SETEMBRO de 2008.

Des. CARLOS HENRIQUES  
Relator

#### **PUBLICAÇÃO DE DESPACHO**

**AÇÃO RESCISÓRIA Nº 0010.08.009563-0 – BOA VISTA/RR**  
**AUTOR: CLEIDO PEREIRA DA COSTA**  
**ADVOGADO: DR. JOSUÉ DOS SANTOS FILHO**  
**RÉU: FRANCISCO EDMAR DE SOUZA**  
**ADVOGADO: DR. ELIDORO MENDES DA SILVA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. MAURO CAMPELLO**

#### **DESPACHO**

Baixem os autos ao Juízo de origem para fins do disposto no art. 492 do Código de Processo Civil.

Publique-se. Intimem-se.

Boa Vista, 19 de setembro de 2008.

DES. MAURO CAMPELLO  
Relator

#### **PUBLICAÇÃO DE DESPACHO**

**MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0010.08.010642-9 – BOA VISTA/RR**  
**IMPETRANTE: JOSIAS SEVERINO CHAVES**  
**ADVOGADO: DR. MARCELO MARTINS RODRIGUES**  
**AUT. COATORA: MM. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE BOA VISTA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES**

#### **DESPACHO**

Trata-se de mandado de segurança ajuizado contra decisão do MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal que nos autos do Inquérito Policial nº 0010 08 193971-1, além de outras medidas, determinou o imediato bloqueio dos saldos existentes em conta bancária do impetrante.

Ab initio foram solicitadas informações da autoridade coatora, devidamente prestadas às fls. 28/31, acompanhadas dos documentos de fls. 32/121.

Vieram-me os autos para análise do pedido de concessão liminar da medida, ocasião em que constatei ter havido a distribuição de 02

(dois) habeas corpus referentes à decisão aqui atacada, o que de acordo com o Regimento Interno desta Corte torna preventiva a competência do respectivo Relator (art. 133, § 1º).

Destarte, reconheço de ofício a prevenção do Relator do Habeas Corpus nº 001008010651-0, distribuído em 26.08.08.

Remetam-se os autos, com oportuna compensação.

Boa Vista(RR), 22 de setembro de 2008.

Des. Carlos Henriques  
Relator

#### **PUBLICAÇÃO DE DESPACHO**

**HABEAS CORPUS COM PEDIDO DE LIMINAR Nº 0010.08.010748-4 – BOA VISTA/RR**  
**IMPETRANTE: LUCIELMA SOBREIRA XAVIER**  
**PACIENTE: ANDRÉ MÁRCIO ADRIANO NUNES**  
**AUT. COATORA: MM. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE BOA VISTA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. RICARDO OLIVEIRA**

#### **DESPACHO**

Fundado em razões de prudência, examinarei o pedido de liminar após as informações da autoridade apontada como coatora.

Oficie-se ao MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal, para que as preste no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

Após, conclusos.

Publique-se.

Boa Vista, 18 de setembro de 2008.

Des. Ricardo Oliveira  
Relator

#### **PUBLICAÇÃO DE DESPACHO**

**HABEAS CORPUS COM PEDIDO DE LIMINAR Nº 0010.08.010762-5 – BOA VISTA/RR**  
**IMPETRANTE: RONNIE GABRIEL GARCIA – DPE**  
**PACIENTE: SIVOMAR ANTONIO DE OLIVEIRA**  
**AUT. COATORA: MM. JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL DE BOA VISTA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. RICARDO OLIVEIRA**

#### **DESPACHO**

Fundado em razões de prudência, examinarei o pedido de liminar após as informações da autoridade apontada como coatora.

Oficie-se ao MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal, para que as preste no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

Após, conclusos.

Publique-se.

Boa Vista, 18 de setembro de 2008.

Des. Ricardo Oliveira  
Relator

#### **PUBLICAÇÃO DE DESPACHO**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.08.010114-9 – BOA VISTA/RR**  
**APELANTE: HENRIQUE MANOEL FERNANDES MACHADO**  
**ADVOGADO: DR. LUIZ TRAVASSOS DUARTE NETO**  
**APELADO: PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RORAIMA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA**

#### **DESPACHO**

Considerando serem públicas e notórias em Boa Vista as nomeações dos Procuradores de Contas do TCE/RR, tendo sido inclusive noticiadas no jornal “Prestando Contas”, daquela instituição, intime-

se o Recorrente e o Ministério Público para que se manifestem a respeito da eventual perda do objeto desta apelação.

BV, 18/09/03.

Des. Almiro Padilha  
Relator

#### PUBLICAÇÃO DE DESPACHO

**HABEAS CORPUS COM PEDIDO DE LIMINAR Nº 0010.08.010766-6 – BOA VISTA/RR**  
**IMPETRANTE: MAURO SILVA DE CASTRO – DPE**  
**PACIENTE: EMANOEL DA SILVA ROCHA**  
**AUT. COATORA: MMª. JUÍZA DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DE BOA VISTA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. RICARDO OLIVEIRA**

#### DESPACHO

Fundado em razões de prudência, examinarei o pedido de liminar após as informações.

Oficie-se à autoridade indigitada coatora, para que as preste no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

Após, conclusos.

Publique-se.

Boa Vista, 19 de setembro de 2008.

Des. Ricardo Oliveira  
Relator

#### PUBLICAÇÃO DE DESPACHO

**EXECUÇÃO Nº 0010.03.001516-7 – BOA VISTA/RR**  
**EXEQUENTE: NATANAEL GONÇALVES VIEIRA**  
**ADVOGADO: EM CAUSA PRÓPRIA**  
**EXECUTADO: HIRAN MANOEL GONÇALVES DA SILVA**  
**ADVOGADO: DR. SAMUEL MORAES DA SILVA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES**

#### DESPACHO

Defiro o pedido de penhora on line.

Encaminhe-se o feito ao Dr. Erick Linhares, para as providências cabíveis junto ao BACENJUD, conforme atualização de fl. 458.

Para tanto, frise-se que o CPF do executado é 149.971.692-34, conforme informado às fls. 487.

Boa Vista-RR, 23 de setembro de 2008.

Des. Carlos Henriques  
Relator

#### PUBLICAÇÃO DE DESPACHO

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.08.010379-8 – BOA VISTA/RR**  
**APELANTE: DIOCESE DE RORAIMA**  
**ADVOGADOS: DR. PAULO LUIS DE MOURA HOLLANDA E OUTRO**  
**APELADA: IMOBILIÁRIA POTIGUAR LTDA**  
**ADVOGADO: DR. ALLAN KARDEC LOPES MENDONÇA FILHO**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA**

#### DESPACHO

Baixem-se os autos à vara de origem para cumprimento do disposto no art. 518 do CPC em relação à apelação de fls. 1.002-1.008.

BV, 19/09/08.

Des. Almiro Padilha  
Relator

#### PUBLICAÇÃO DE DESPACHO

**CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA Nº 0010.08.010758-3 – BOA VISTA/RR**  
**SUSCITANTE: JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DE BOA VISTA**  
**SUSCITADO: JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DE BOA VISTA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES**

#### DESPACHO

Dê-se vista ao juízo suscitado, para manifestação no prazo de 15 dias, nos termos do art. 119 do CPC.

Boa Vista, 23 de setembro de 2008.

Des. Carlos Henriques  
Relator

#### PUBLICAÇÃO DE DESPACHO

**APELAÇÃO CRIME Nº 0010.08.010769-0 – BOA VISTA/RR**  
**APELANTE: ELTON AGOSTINHO DE MORAIS**  
**DEFENSOR PÚBLICO: DR. RONNIE GABRIEL GARCIA**  
**APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES**

#### DESPACHO

À Secretaria da Câmara Única:

I. Intime-se o Defensor Público – RONNIE GABRIEL GARCIA, advogado do Apelante ELTON AGOSTINHO DE MORAIS para, no prazo de lei, oferecer as razões do recurso na forma do art. 600, § 4º do Código Processual Penal, conforme solicitado às fls. 89.

II. Após, encaminhem-se os autos à douta Procuradoria Geral de Justiça para indicação do membro do Parquet de primeiro grau que apresentará contra-razões;

III. Em seguida, à Procuradoria de Justiça para manifestação nesta instância;

IV. Por fim, voltem-me os autos conclusos.

Boa Vista(RR), 22 de setembro de 2008.

Des. Carlos Henriques  
Relator

#### PUBLICAÇÃO DE DESPACHO

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.08.010052-1 – BOA VISTA/RR**  
**APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA**  
**PROCURADORA DO ESTADO: DRA. MARGAUX GUERREIRO DE CASTRO**  
**APELADO: ARIVELTON DE ASSIS ALCÂNTARA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA**

#### DESPACHO

Percebi que existem erros materiais na ementa e no acórdão de fl. 135, portanto, autorizado pelo inc. I do art. 463 do CPC, segue ementa e acórdão corrigidos.

Publique-se novamente.

BV, 18/09/08.

Des. Almiro Padilha  
Relator

#### PUBLICAÇÃO DE DESPACHO

**HABEAS CORPUS COM PEDIDO DE LIMINAR Nº 0010.08.010763-3 – BOA VISTA/RR**  
**IMPETRANTE: LENON GEYSON RODRIGUES LIRA**

**PACIENTE: MARCELO DE OLIVEIRA CUNHA**  
**AUT. COATORA: MM. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA**  
**CRIMINAL DE BOA VISTA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. MAURO CAMPELLO**

#### **DESPACHO**

I – Requisitem-se as informações à indigitada autoridade coatora, conforme art. 662 do Código de Processo Penal, no prazo de 48 horas;

II – Quanto ao pedido liminar de concessão do Habeas Corpus, examinarei após prestadas as informações pela autoridade apontada como coatora, considerando a necessidade destas para a apreciação do WRIT (nesse sentido: STF, 1ª Turma, Rel. Min. Celso de Mello, DJU 07/05/03, p. 8331);

III – Após, retornem-me os autos.

Boa Vista, 18 de setembro de 2008.

Des. Mauro Campello  
Relator

#### **PUBLICAÇÃO DE DESPACHO**

**EMBARGOS DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº**  
**0010.08.010188-3 – BOA VISTA/RR**  
**EMBARGANTE: O ESTADO DE RORAIMA**  
**PROCURADORA DO ESTADO: DRA. ADLANY ALVES**  
**XAVIER**  
**EMBARGADO: RAPHAEL MORAES PEREIRA**  
**ADVOGADO: DR. JOSIMAR SANTOS BATISTA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA**

#### **DESPACHO**

Intime-se o Embargado para que se manifeste a respeito dos embargos de declaração no prazo de cinco dias.

BV, 18/09/08.

Des. Almiro Padilha  
Relator

#### **PUBLICAÇÃO DE DESPACHO**

**APELAÇÃO CRIME Nº 0010.08.010726-0 – SÃO LUIZ DO**  
**ANAUÁ/RR**  
**APELANTE: JOSUÉ SIMÃO NUNES**  
**DEFENSOR PÚBLICO: DR. ANTONIO AVELINO DE**  
**ALMEIDA NETO**  
**APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. RICARDO OLIVEIRA**

#### **DESPACHO**

Com fulcro no art. 133, § 1º, do RITJRR, reconheço, de ofício, a prevenção do Des. CARLOS HENRIQUES, em virtude de este ter sido Relator do Recurso em Sentido Estrito nº 0010.06.006573-6 (fls. 166/167).

À redistribuição, com oportuna compensação.

Publique-se.

Boa Vista, 18 de setembro de 2008.

Des. Ricardo Oliveira  
Relator

#### **PUBLICAÇÃO DE DESPACHO**

**HABEAS CORPUS Nº 0010.08.010755-9 – BOA VISTA/RR**  
**IMPETRANTE: ALUIZIO ANDRADE DE CASTRO**  
**PACIENTE: ALUIZIO ANDRADE DE CASTRO**  
**AUT. COATORA: MM. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA**  
**CRIMINAL DE BOA VISTA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. MAURO CAMPELLO**

#### **DESPACHO**

I – Requisitem-se as informações à indigitada autoridade coatora, conforme art. 662 do Código de Processo Penal, no prazo de 48 horas;

II – Quanto ao pedido liminar de concessão do Habeas Corpus, examinarei após prestadas as informações pela autoridade apontada como coatora, considerando a necessidade destas para a apreciação do WRIT (nesse sentido: STF, 1ª Turma, Rel. Min. Celso de Mello, DJU 07/05/03, p. 8331);

III – Após, retornem-me os autos.

Boa Vista, 18 de setembro de 2008.

Des. Mauro Campello  
Relator

#### **PUBLICAÇÃO DE DESPACHO**

**HABEAS CORPUS COM PEDIDO DE LIMINAR Nº**  
**0010.08.010761-7 – BOA VISTA/RR**  
**IMPETRANTE: LUIZ AUGUSTO MOREIRA**  
**PACIENTE: EVERALDO DE SOUZA GARCIA**  
**AUT. COATORA: MM. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA**  
**CRIMINAL DE BOA VISTA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. RICARDO OLIVEIRA**

#### **DESPACHO**

Fundado em razões de prudência, examinarei o pedido de liminar após as informações da autoridade apontada como coatora.

Oficie-se ao MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal, para que as preste no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

Após, conclusos.

Publique-se.

Boa Vista, 18 de setembro de 2008.

Des. Ricardo Oliveira  
Relator

#### **PUBLICAÇÃO DE DESPACHO**

**REEXAME NECESSÁRIO Nº 0010.08.010377-2 – BOA VISTA/**  
**RR**  
**AUTORA: ELICE DE OLIVEIRA MARQUES**  
**ADVOGADAS: DRA. ISABEL CRISTINA MARX**  
**KOTELINSKI E OUTRA**  
**RÉU: O ESTADO DE RORAIMA**  
**PROCURADOR DO ESTADO: DR. PAULO ESTEVÃO SALES**  
**CRUZ**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES**

#### **DESPACHO**

Considerando o ofício de fl. 105, oriundo da 2ª Vara Cível, remeta-se o feito àquele juízo para providências.

Boa Vista, 23 de setembro de 2008.

Des. Carlos Henriques  
Relator

#### **PUBLICAÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO**

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº**  
**0010.08.010000-0 – BOA VISTA/RR**  
**RECORRENTE: O ESTADO DE RORAIMA**  
**PROCURADOR DO ESTADO: DR. FERNANDO MARCO**  
**RODRIGUES DE LIMA**  
**RECORRIDO: CLEDER ROQUE PIZATO**  
**ADVOGADO: DR. ALMIR ROCHA DE CASTRO JÚNIOR**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES**

**FINALIDADE:** Intimação da parte recorrida para apresentar contra-razões no prazo legal.

Boa Vista, 24 de setembro de 2008.

**PUBLICAÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO**

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.08.009788-3 – BOA VISTA/RR**  
**RECORRENTE:** O ESTADO DE RORAIMA  
**PROCURADOR DO ESTADO:** DR. ELITON MENESES  
**RECORRIDA:** ELEONORA SILVA DE MORAIS  
**ADVOGADO:** DR. ALLAN KARDEC LOPES MENDONÇA FILHO  
**RELATOR:** EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES

**FINALIDADE:** Intimação da parte recorrida para apresentar contra-razões no prazo legal.

Boa Vista, 24 de setembro de 2008.

**PUBLICAÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO**

**RECURSO ESPECIAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0010.08.010512-4 – BOA VISTA/RR**  
**RECORRENTE:** EDITORA BOA VISTA  
**ADVOGADO:** DR. FREDERICO SILVA LEITE  
**RECORRIDO:** RAIMUNDO DA COSTA SILVA FILHO  
**ADVOGADO:** DR. MAMEDE ABRÃO NETTO  
**RELATOR:** EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES

**FINALIDADE:** Intimação da parte recorrida para apresentar contra-razões no prazo legal.

Boa Vista, 24 de setembro de 2008.

**PUBLICAÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO**

**RECURSO ESPECIAL NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.08.010177-6 – BOA VISTA/RR**  
**RECORRENTE:** PARINTINS VEÍCULOS LTDA  
**ADVOGADO:** DR. RÁRISON TATAÍRA DA SILVA  
**RECORRIDO:** WALACE COELHO AMORIM  
**ADVOGADA:** DRA. MARGARIDA BEATRIZ ORUÊ ARZA  
**RELATOR:** EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES

**FINALIDADE:** Intimação da parte recorrida para apresentar contra-razões no prazo legal.

Boa Vista, 24 de setembro de 2008.

**PUBLICAÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0010.08.010780-7 DO RECURSO ESPECIAL NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.008879-3 – BOA VISTA/RR**  
**AGRAVANTE:** RIOBRANCO BRASIL  
**ADVOGADOS:** DRA. SUELY ALMEIDA E OUTRO  
**AGRAVADO:** O ESTADO DE RORAIMA  
**PROCURADORA DO ESTADO:** DRA. FERNANDA MIRANDA FERREIRA DE MATTOS  
**RELATOR:** EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES

**FINALIDADE:** Intimação da parte agravada para apresentar contra-razões no prazo legal.

Boa Vista, 24 de setembro de 2008.

**PUBLICAÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO**

**RECURSO ESPECIAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0010.08.009993-9 – BOA VISTA/RR**  
**RECORRENTE:** O ESTADO DE RORAIMA  
**PROCURADOR DO ESTADO:** DR. VENUSTO DA SILVA CARDOSO  
**RECORRIDO:** ANTONIO REICHERT FONTANA  
**ADVOGADO:** DR. JAQUES SONNTAG  
**RELATOR:** EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES

**FINALIDADE:** Intimação da parte recorrida para apresentar contra-razões no prazo legal.

Boa Vista, 24 de setembro de 2008.

**PUBLICAÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0010.08.010774-0 DO RECURSO ESPECIAL NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.08.010347-5 – BOA VISTA/RR**  
**AGRAVANTE:** BOA VISTA ENERGIA S.A.  
**ADVOGADO:** DR. HENRIQUE EDUARDO FIGUEIREDO  
**AGRAVADO:** PETTERSHON COSTA PEREIRA DE SÁ  
**ADVOGADO:** DR. CLODOCI FERREIRA DO AMARAL  
**RELATOR:** EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES

**FINALIDADE:** Intimação da parte agravada para apresentar contra-razões no prazo legal.

Boa Vista, 24 de setembro de 2008.

**PUBLICAÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0010.08.010779-9 DO RECURSO ESPECIAL NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.06.005839-2 – BOA VISTA/RR**  
**AGRAVANTES:** EDVAN SILVA MAGALHÃES E OUTRA  
**ADVOGADA:** DRA. DENISE CAVALCANTI CALIL  
**AGRAVADO:** BANCO SUDAMERIS BRASIL S.A.  
**ADVOGADOS:** DR. GUTEMBERG DANTAS LICARIÃO E OUTROS  
**RELATOR:** EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES

**FINALIDADE:** Intimação da parte agravada para apresentar contra-razões no prazo legal.

Boa Vista, 24 de setembro de 2008.

**SECRETARIA DA CÂMARA ÚNICA, 24 DE SETEMBRO DE 2008.**

**ÁLVARO DE OLIVEIRA JUNIOR**  
Secretário da Câmara Única

---

**SECRETARIA DA CÂMARA ÚNICA**

---

**ÁLVARO DE OLIVEIRA JUNIOR**  
Secretário da Câmara Única

**PUBLICAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO**

O Excelentíssimo Senhor Desembargador Carlos Henriques, Presidente da Câmara Única do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, torna público para ciência dos interessados que, na Sessão Ordinária do dia 30 de setembro do corrente ano, às nove horas, ou nas sessões subseqüentes, serão julgados os processos a seguir:

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0010.07.008220-0 – BOA VISTA-RR**  
**AGRAVANTE:** O ESTADO DE RORAIMA  
**PROCURADOR DO ESTADO:** DR. MARCUS GIL BARBOSA DIAS  
**AGRAVADA:** DEISE DE ANDRADE BUENO  
**ADVOGADO:** DR. ALEXANDER LADISLAU MENEZES  
**RELATOR:** EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA

**APELAÇÃO CRIME Nº 0010.08.009855-0 – BOA VISTA-RR**  
**APELANTE:** CÁSSIO GONÇALVES GOMES  
**ADVOGADO:** DR. ATALIBA DE ALBUQUERQUE MOREIRA  
**APELADO:** MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA  
**RELATOR:** EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES  
**REVISOR:** EXMO. SR. DES. RICARDO OLIVEIRA

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.08.010039-8 – BOA VISTA/RR**  
**1º APELANTE / 2ª APELADA:** ELIANE DE SOUSA PESSOA  
**ADVOGADO:** DR. JAQUES SONNTAG  
**2º APELANTE / 1º APELADO:** O ESTADO DE RORAIMA  
**PROCURADOR DO ESTADO:** DR. PAULO FERNANDO SOARES PEREIRA  
**RELATOR:** EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA  
**REVISOR:** EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES

**REPUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO POR INCORREÇÃO**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.08.010052-1 – BOA VISTA/RR**  
**APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA**  
**PROCURADORA DO ESTADO: DRA. MARGAUX GUERREIRO DE CASTRO**  
**APELADO: ARIVELTON DE ASSIS ALCÂNTARA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA**  
**REVISOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES**

**EMENTA**

AÇÃO DE COBRANÇA – AJUDA DE CUSTO A POLICIAL MILITAR DO EX-TERRITÓRIO FEDERAL DE RORAIMA – PEDIDO JULGADO PROCEDENTE – APELAÇÃO CÍVEL – INAPLICABILIDADE DA LEI FEDERAL Nº. 10.486/02 – PROIBIÇÃO DE INOVAR NA APELAÇÃO – INTERESSE DE AGIR – DEMONSTRADO – REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO – DESNECESSIDADE – TRANSFERÊNCIA E EXISTÊNCIA DE DEPENDENTE – COMPROVADAS – RESPONSÁVEL PELO PAGAMENTO DA DIFERENÇA DE SOLDADO – ESTADO DE RORAIMA – JUROS DE MORA – MEIO POR CENTO AO MÊS (ART. 1º.-F DA L.F. 9.494/97) – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – RAZOÁVEIS – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores, integrantes da Turma Cível da Câmara Única do Tribunal de Justiça de Roraima, à unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso nos termos do voto do Relator, que integra este julgado.

Sala de Sessões, em Boa Vista, 26 de agosto de 2008.

Des. CARLOS HENRIQUES  
Presidente

Des. JOSÉ PEDRO  
Julgador

Des. ALMIRO PADILHA  
Relator

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO**

**EMBARGOS DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.08.010030-7 – BOA VISTA/RR**  
**EMBARGANTE: O ESTADO DE RORAIMA**  
**PROCURADOR DO ESTADO: DR. FERNANDO MARCO RODRIGUES DE LIMA**  
**EMBARGADA: ANTONIETA MAGALHÃES AGUIAR**  
**ADVOGADA: EM CAUSA PRÓPRIA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES**

**EMENTA**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO “PREQUESTIONADORES” – NULIDADE DO JULGADO POR FALTA DA ASSINATURA DE MEMBRO JULGADO NO ACÓRDÃO – INTELIGÊNCIA DO ART.212 DO RITJRR - REJEIÇÃO. - AUSÊNCIA DE OMISSÃO - PRETENSÃO RECURSAL QUE SE DESTINA AO REEXAME DA MATÉRIA DECIDIDA – IMPOSSIBILIDADE – EMBARGOS MERAMENTE PROTELATÓRIOS – MULTA DE 1% SOBRE O VALOR DA CAUSA – EMBARGOS IMPROVIDOS.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso de Embargos de Declaração na Apelação Cível Nº 010.08. 010030-7 acordam, à unanimidade de votos, os Desembargadores integrantes da Câmara Única do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, em conhecer do recurso e negar provimento, nos termos do voto do Relator.

Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos dezesseis dias do mês de setembro do ano de dois mil e oito.

Des. CARLOS HENRIQUES  
Relator/Presidente

Des. JOSE PEDRO  
Julgador

Des. RICARDO OLIVEIRA  
Julgador

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO**

**HABEAS CORPUS COM PEDIDO DE LIMINAR Nº 010.08.010643-7 – BOA VISTA/RR**  
**IMPETRANTE: CLODOCI FERREIRA DO AMARAL**  
**PACIENTE: RAIMUNDO FERREIRA GOMES**  
**AUT. COATORA: MM. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE BOA VISTA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES**

**EMENTA**

HABEAS CORPUS – PRISÃO PREVENTIVA – ALEGADA INÉPCIA DA DENÚNCIA E INSUBSISTÊNCIA DO DECRETO DE PRISÃO – INEXISTÊNCIA NOS AUTOS DO INTEIRO TEOR DAS DECISÕES ATACADAS – IMPOSSIBILIDADE DE EXAME NA VIA ELEITA – TIPO SUMARÍSSIMO – AUTOS DEVEM VIR INSTRUÍDOS COM AS PEÇAS INDISPENSÁVEIS A COMPREENSÃO DA CONTROVÉRSIA, CAPAZES DE EVIDENCIAR A PRETENSÃO PERQUIRIDA – INSTRUÇÃO DEFICIENTE – ORDEM NÃO CONHECIDA.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de HABEAS CORPUS Nº 0010 08 010643 7 - Comarca de Boa Vista, em que são partes as acima identificadas.

ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Colenda Câmara Única – Turma Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o parecer Ministerial, em NÃO CONHECER da Ordem impetrada em favor de RAIMUNDO FERREIRA GOMES, por insuficiência na instrução dos autos, nos termos do relatório e voto do Relator, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

SALA DAS SESSÕES DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, AOS DEZESSEIS DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E OITO. (16.09.2008).

Des. CARLOS HENRIQUES  
Presidente e Relator

Des. RICARDO OLIVEIRA  
Julgador

Des. JOSÉ PEDRO FERNANDES  
Julgador

Dr. EDSON DAMAS DA SILVEIRA  
Procurador de Justiça

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO**

**REEXAME NECESSÁRIO Nº 0010.07.008955-1 – BOA VISTA/RR**  
**AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA**  
**RÉU: PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**  
**PROCURADOR DO ESTADO: DR. ANTONIO PEREIRA COSTA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA**  
**REVISOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES**

**EMENTA**

MANDADO DE SEGURANÇA. AUTORIDADE COATORA PERTENCENTE À FEMACT, FUNDAÇÃO ESTADUAL QUE POSSUI PERSONALIDADE JURÍDICA PRÓPRIA E REPRESENTAÇÃO JUDICIAL INDEPENDENTE DO ESTADO. SENTENÇA QUE DETERMINOU O DESENTRANHAMENTO DA DEFESA APRESENTADA PELO ESTADO. FALTA DE INTIMAÇÃO DO REPRESENTANTE JUDICIAL DA FEMACT. INOBSERVÂNCIA DO ART. 3º, DA LEI 4.348/64. NULIDADE PARCIAL DO.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros da Colenda Câmara Única, integrantes da Turma Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em conhecer o recurso e anular, parcialmente, o processo, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Sala das Sessões da Câmara Única do E. TJRR, em Boa Vista – RR, 02 de setembro de 2008.

Des. Carlos Henriques  
Presidente

Des. José Pedro  
Julgador

Des. Almiro Padilha  
Relator

**PUBLICAÇÃO DE DECISÃO**

**HABEAS CORPUS COM PEDIDO DE LIMINAR Nº 0010.08.010771-6 – BOA VISTA/RR**  
**IMPETRANTE: PAULO LUIZ DE MOURA HOLANDA**  
**PACIENTE: JESSÉ ALEXANDRE VIEIRA**  
**AUT. COATORA: MMª. JUÍZA AUDITORA DA JUSTIÇA MILITAR DE RORAIMA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. MAURO CAMPELLO**

**DECISÃO**

Trata-se de habeas corpus, com pedido de liminar, impetrado por PAULO LUS DE MOURA HOLANDA, em favor de JESSÉ ALEXANDRE VIEIRA, preso em flagrante por cometimento, em tese, do delito previsto no art. 187 do Código Penal Militar, alegando constrangimento ilegal por parte do MMª Juíza Auditora da Justiça Militar em Roraima, que indeferiu anterior pleito de liberdade provisória formulado em prol do paciente.

O impetrante sustenta, em síntese, que o paciente faz jus a responder solto à Ação Penal Castrense movida em seu desfavor, por possuir todas as condições legais para gozar do benefício, tais como, primariedade, bons antecedentes, emprego fixo como Policial Militar e residência no distrito da culpa.

Ao final, requereu a concessão de liminar a fim de determinar-se a expedição de alvará de soltura em favor do paciente, e, no mérito, a confirmação da liminar.

A petição de Habeas Corpus foi autuada acompanhada dos documentos de fls. 13/23.

É o relatório. DECIDO.

Como é cediço, a medida liminar possui natureza excepcional, e sua concessão somente é possível quando “sejam relevantes os fundamentos da impetração e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da ordem judicial, se concedida a final”, conforme dispõe o art. 7º, inciso II Lei nº 1.533/1951.

In casu, não me convenci, sob análise perfunctória, da presença do essencial requisito *fumus boni juris*.

De fato, a prisão processual aplicada ao desertor é medida prevista não só na legislação penal militar, mas na própria Constituição Federal, que, atinente às peculiaridades da Caserna, dispôs no art. 5º, inciso LXI, sobre as exceções relativas às transgressões e crimes propriamente militares definidos em lei.

Por sua vez, o art. 270, parágrafo único, alínea b, do CPPM, ao disciplinar as hipóteses de concessão de liberdade provisória, ressaltou as infrações em que não é cabível tal benefício, e, dentre elas, inclui-se a tipificada no art. 187 do CPM.

À propósito, o Superior Tribunal Militar editou a Súmula nº 10, segundo a qual:

“Não se concede liberdade provisória a preso por deserção antes de decorrido o prazo previsto no art. 453 do CPPM”

O entendimento cristalizado no âmbito do Superior Tribunal Militar foi debatido no Supremo Tribunal Federal e ratificado no julgamento do Habeas Corpus nº 85.330-1/RJ, de relatoria do Ministro Marco Aurélio, julgado em 29.06.2004 e publicado no DJ de 27.08.2004. A ementa do aresto em referência está vazada nos seguintes termos:

“CRIME MILITAR – DESERÇÃO – PRISÃO – ARTIGOS 187 DO CÓDIGO PENAL MILITAR E 456 À 459 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR. RECEPÇÃO PELA CARTA MAGNA DE 1988.

A prisão no crime de deserção – art. 187 do Código Penal Militar – mostra-se harmônica com o disposto no art. LXI do art. 5º da Constituição Federal.”

Isso posto, INDEFIRO a liminar pleiteada.

Solicitem-se as informações de praxe à autoridade apontada como coatora.

Após, abra-se vista dos autos à Procuradoria-Geral de Justiça, nos termos do art. 229 do RITJRR.

Por fim, voltem-me conclusos.

Boa Vista, 22 de setembro de 2008.

Des. Mauro Campello  
Relator

**PUBLICAÇÃO DE DECISÃO**

**HABEAS CORPUS COM PEDIDO DE LIMINAR Nº 0010.08.010688-2 – BOA VISTA/RR**  
**IMPETRANTE: LUIZ EDUARDO SILVA DE CASTILHO**

**PACIENTE: JOSÉ TAVARES DA SILVA JÚNIOR**  
**AUT. COATORA: MM. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE BOA VISTA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. MAURO CAMPELLO**

**DECISÃO**

Trata-se de habeas corpus, com pedido de liminar, impetrado pelo advogado Luiz Eduardo Silva de Castilho em favor de José Tavares da Silva Júnior, preso em flagrante em 15 de agosto de 2008, pela suposta prática dos delitos previstos nos artigos 33, “caput” e 35, “caput”, ambos da Lei Federal nº 11.343/2006, c/c art. 14 da Lei 10.826/2003, em face da decisão homologatória do flagrante por parte do MM. Juiz da 2ª Vara Criminal de Boa Vista.

O impetrante alega, em síntese, a existência de irregularidades durante o procedimento de prisão em flagrante do paciente, sustentando, a seguir, o desconhecimento, por parte deste, da existência de material entorpecente em sua residência, no quarto de sua filha, afirmando, com relação à acusação do delito previsto no art. 14 da Lei 10.826/2003, que apenas fez uso da arma de fogo por presumir estar sendo vítima de possível assalto, por ocasião da entrada da polícia em sua casa.

Por fim, alegando a existência de condições pessoais favoráveis, como primariedade, bons antecedentes, residência fixa e trabalho lícito, requereu liminarmente a expedição de alvará de soltura para responder ao processo em liberdade e, no mérito, a consolidação da liminar.

Informações da autoridade apontada como coatora, às fls. 20/42, constando que pedido de relaxamento de prisão formulado em prol do paciente encontra-se ainda pendente de julgamento perante o Juízo da 2ª Vara Criminal.

É o relatório. DECIDO.

A liminar, em sede de habeas corpus, como qualquer outra medida cautelar, deve restringir-se à garantia da eficácia da decisão final a ser proferida pelo órgão competente para o julgamento, quando se fizerem presentes, simultaneamente, a plausibilidade jurídica do pedido e o risco de lesão grave ou de difícil reparação.

Busca o impetrante a liberdade do paciente, sob a alegação de que não haveria justa causa para a manutenção da sua prisão, por possuir condições pessoais favoráveis, e, à par disso, sustenta-se a existência de irregularidades no procedimento da prisão em flagrante.

In casu, apesar dos argumentos, colhe-se das informações da autoridade apontada como coatora, que o pedido de relaxamento da prisão do paciente encontra-se pendente de decisão na instância a quo.

Quanto à alegação de desnecessidade da prisão cautelar, não vislumbrei relevância na fundamentação empregada.

Isso posto, INDEFIRO a liminar pleiteada.

Dê-se vista dos autos à Procuradoria de Justiça para manifestação.

Após, voltem-me conclusos.

Publique-se.

Boa Vista, 22 de setembro de 2008.

Des. Mauro Campello  
Relator

#### **PUBLICAÇÃO DE DECISÃO**

CAUTELAR Nº 0010.08.010616-3 – BOA VISTA/RR  
**REQUERENTE: RAIMUNDO FERREIRA GOMES**  
**ADVOGADO: DR. CLODOCI FERREIRA DO AMARAL**  
**REQUERIDO: MM. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE BOA VISTA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. RICARDO OLIVEIRA**

#### **DECISÃO**

Trata-se de medida cautelar inominada, com pedido de liminar, intentada por RAIMUNDO FERREIRA GOMES, visando atribuir efeito suspensivo à decisão que rejeitou a Exceção de Suspeição n.º 0010.08.194489-3, oposta em face do MM. JUIZ DE DIREITO DA 2.ª VARA CRIMINAL.

Alega o requerente, em síntese, ser inimigo capital do requerido, razão pela qual questiona a isenção do mesmo para conduzir a Ação Penal n.º 0010.08.190630-6.

Requer, ao final, o trancamento (rectius: suspensão) do processo principal, até que seja julgada a exceção de suspeição remetida a esta Corte.

Juntou documentos (fls. 05/31 e 34).

Vieram-me os autos conclusos.

É o relatório. Decido.

O pedido é manifestamente incabível.

Dispõe o art. 111 do CPP que “as exceções serão processadas em autos apartados e não suspenderão, em regra, o andamento da ação penal”.

Assim, a arguição de suspeição, ordinariamente, não suspende o curso do processo. Todavia, haverá o sobrestamento quando o juiz reconhecer a suspeição ou quando a parte contrária for ouvida e concordar com a exceção (CPP, arts. 99 e 102).

Nesse sentido:

“HABEAS CORPUS – HOMICÍDIO OCORRENTE NO TRÂNSITO – DENÚNCIA POR DOLO EVENTUAL – ARGUIÇÃO DE SUSPEIÇÃO NÃO ACEITA PELO MAGISTRADO – PEDIDO DE SUSPENSÃO DO PROCESSO ATÉ O EXAME DO MÉRITO DE EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO AFORADA. A arguição de suspeição ordinariamente não suspende o processo. (...)” (TJRS, 4.ª Câmara Criminal, HC 697072643, Rel. Des. Paulo Moacir de Aguiar Vieira, j. 25.06.1997).

“PROCESSO PENAL – NULIDADE – JUIZ SUSPEITO – EFEITO SUSPENSIVO – RECURSO ESPECIAL E AGRAVO DE INSTRUMENTO – ORDEM INDEFERIDA. (...) A exceptio suspicionis visa, tão-somente, a apurar possível ausência de imparcialidade de Juiz. Seu processamento, quando não acolhido pelo juiz exceptio ocorre, inclusive, em apartado. Vale dizer, forma-se processo específico para a Exceção de Suspeição que, efetivamente, não paralisa o andamento regular do feito principal.”

(STJ, 5.ª Turma, HC 11.395/SP, Rel. Min. Jorge Scartezini, j. 06.06.2000, DJ 27.11.2000, p. 175).

STF: “Sem ter o juiz aceitado a suspeição e tendo sido esta repelida pela parte contrária, não há como imprimir-se ao processo da exceção o efeito de sustar o curso da ação penal” (RT 613/397).

Registre-se, ainda, que o legislador fez constar no art. 101 do CPP que, se julgada procedente a suspeição, serão nulos os atos praticados no processo principal, o que reforça o entendimento de que a exceção não suspende o andamento da ação penal.

ISTO POSTO, com fulcro no art. 267, I e VI, do CPC, c/c o art. 175, XIV, do RITJRR, indefiro a inicial, declarando extinto o processo sem resolução de mérito.

Custas ex lege.

Sem honorários.

P. R. I.

Boa Vista, 18 de setembro de 2008.

Des. RICARDO OLIVEIRA  
Relator

#### **PUBLICAÇÃO DE DECISÃO**

RECURSO ORDINÁRIO NO HABEAS CORPUS Nº 0010.08.009982-2 – BOA VISTA/RR  
**RECORRENTE: PERCIVAL LIMA SIQUEIRA**  
**ADVOGADO: DR. EDNALDO GOMES VIDAL**  
**RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. MAURO CAMPELLO**

#### **DECISÃO**

Trata-se de Recurso Ordinário Constitucional em Habeas Corpus interposto por Ednaldo Gomes Vidal, em favor de Percival Lima Siqueira, contra o acórdão de fls. 126/127, que não concedeu a ordem do Writ, em definitivo, mantendo a constrição cautelar do paciente com o fundamento de não ser possível revolver prova nesta estreita via processual.

Com supedâneo nas razões de fls. 130/158, a recorrente pugna pela reforma do v. aresto, por falta de justa causa para denegação da liberdade do paciente.

Em parecer de fls. 162/164, opina a douta Procuradoria de Justiça pelo não conhecimento do presente recurso em face da intempestividade demonstrada.

É o breve relato, passo à decisão.

Presentes os requisitos de ordem processual e constitucional (art. 508 e 514, do Código de Processo Civil), inclusive a tempestividade argüida pelo Ministério Público de Roraima, uma vez que o recurso foi interposto em 07.06.2008, conforme protocolo às fls. 130v, ou seja, ainda dentro do prazo descrito no art. 346 do RITJ – RR, posto que o acórdão vergastado foi publicado em 03.06.2008. Considero atendidos os pressupostos necessários à admissibilidade deste recurso ordinário.

Destarte, na forma do art. 350 do RITJRR, determino a remessa dos presentes autos ao e. Superior Tribunal de Justiça, com as homenagens de estilo.

Boa Vista, 22 de setembro de 2008.

DES. MAURO CAMPELLO  
Relator

#### **PUBLICAÇÃO DE DECISÃO**

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0010.08.010749-2 – BOA VISTA/RR  
**AGRAVANTE: O ESTADO DE RORAIMA**  
**PROCURADORA DO ESTADO: DRA. ALDA CELI ALMEIDA**  
**BOSON SCHETINE – FISCAL**  
**AGRAVADOS: PLAYCAR PEÇAS E SERVIÇOS LTDA E OUTROS**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES**

**DECISÃO**

O ESTADO DE RORAIMA, interpôs Agravo de Instrumento em face da decisão proferida pela MM. Juíza da 2ª Vara Cível desta Comarca, no feito de nº 010.2008.901.863-3(PROJUDI).

A decisão impugnada (fl.64), consistiu no indeferimento da citação dos co-responsáveis em face da não verificação de uma das hipóteses de responsabilidade tributária do sócio da empresa executada.

O Agravante alega, como razões de seu inconformismo, que os sócios são co-responsáveis pela dívida da empresa, pois seus nomes contam da Certidão de Dívida Ativa, competindo aos mesmos o ônus da prova, tendo em vista a presunção relativa de liquidez e certeza que milita em favor da CDA.

Embasou sua fundamentação em jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, em normas legais e em precedentes desta corte.

Requer por fim, a atribuição de efeito suspensivo para evitar lesão grave e de difícil reparação à agravante, haja vista o risco de dilapidação do patrimônio.

É o sucinto relato. Decido.

No caso em apreço, trata-se de recurso interposto contra decisão proferida em processo de execução, o qual é voltado diretamente à satisfação do direito do credor.

O art.522 do CPC tem como regra que o relator receba o recurso como agravo retido. No entanto, in casu, não é possível a ocorrência de tal regra, pois por se tratar de incidente em processo de execução, o agravo retido provavelmente tornar-se-ia inócuo. Tendo-se por inviável a conversão, deve ser devidamente processado por instrumento.

Da análise perfunctória do caderno processual, vislumbro a existência do periculum in mora para concessão do efeito suspensivo, em virtude da possibilidade de dilapidação do patrimônio.

Quanto à fumaça do bom direito, de fato, a fundamentação jurídica relevante está caracterizada, nesta sede de cognição sumaríssima, havendo inclusive precedente no Tribunal Roraimense, da lavra deste Relator:

“APELAÇÃO CÍVEL – EXECUÇÃO FISCAL – EMBARGOS – ILEGITIMIDADE PASSIVA DO SÓCIO DA EMPRESA – MATÉRIA PACIFICADA DO STJ – CÓ – RESPONSÁVEL NA CDA – INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA – SÓCIO PARTE LEGÍTIMA – RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO - MATÉRIA ATINENTE A LEI COMPLEMENTAR – NÃO APLICAÇÃO DO ART. 219 DO CPC – INTELIGÊNCIA DO ART.146, III, b, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL .”(grifo nosso)

Em face do exposto, presentes o fumus boni iuris e o periculum in mora, DEFIRO a atribuição de efeito suspensivo.

Requisitem-se informações à MM. Juíza de Direito da 2ª Vara Cível.

Após, ouça-se a douta Procuradoria de Justiça, nos moldes do art. 527, VI do CPC.

Por fim, conclusos.

Publique-se. Intimem-se.

Boa Vista-RR, 18 de setembro de 2008.

Des. Carlos Henriques  
Relator

**PUBLICAÇÃO DE DECISÃO**

**AGRAVO REGIMENTAL Nº 0010 08 010721-1 NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0010.08.010674-2 – BOA VISTA/RR**  
**AGRAVANTE: MAURÍCIO PEIXOTO DAMASCENO**  
**ADVOGADO: DR. JAQUES SONNTAG**  
**AGRAVADA: MARIA ELENILDE DO ESPÍRITO SANTO**

**ADVOGADOS: MARCELO AMARAL DA SILVA E OUTROS**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo regimental interposto por MAURÍCIO PEIXOTO DAMASCENO contra a decisão de fls. 08, que converteu o agravo de instrumento n.º 010 08 010674-2 em retido.

Seguindo a redação do inciso II, do art. 527, do CPC, dada pela Lei nº 11.187/05, se não se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissibilidade da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, deverá ser convertido o agravo de instrumento em retido.

Ressalte-se ainda, que a conversão do agravo de instrumento em agravo retido é irrecorrível, à luz do disposto no inciso II e parágrafo único, do art. 527, do Código de Processo Civil. Nesse sentido confira-se:

“AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO CONVERTIDO EM AGRAVO RETIDO. INVIABILIDADE. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.

A TEOR DO ART. 527, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC, NÃO SE ADMITE RECURSO CONTRA A DECISÃO DO RELATOR QUE CONVERTE O AGRAVO DE INSTRUMENTO EM AGRAVO RETIDO, SALVO SE O RELATOR A RECONSIDERAR. SE A PARTE AVIA AGRAVO REGIMENTAL, DEMONSTRA TENTATIVA DE VIOLAR A NORMA RECURSAL PROIBITIVA. RECURSO NÃO CONHECIDO.”  
(TJDF - 20080020042760AGI Acórdão Número : 311698 Data de Julgamento : 25/06/2008 Órgão Julgador : 3ª Turma Cível Relator : ESDRAS NEVES Publicação no DJU: 04/07/2008 Pág.: 50)

Se na redação anterior do mencionado inciso havia uma faculdade do Relator, que poderia converter o agravo em retido se não convencido sobre a possibilidade de dano irreparável ou de difícil reparação, na redação que foi dada ao dispositivo legal pela Lei nº 11.187, de 19.10.2005, indeferido o efeito suspensivo em razão da inexistência do alegado risco ou caso não tenha pedido de efeito suspensivo, é impositivo o comando legal que determina que o relator “converterá” o agravo de instrumento em retido.

Isto posto, mantenho a decisão acostada às fls. 08 e não conheço do agravo regimental.

Publique-se.

Intimem-se.

Boa Vista(RR), 22 de setembro de 2008.

Des. CARLOS HENRIQUES  
Relator

**PUBLICAÇÃO DE DECISÃO**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0010.070.08188-9 – BOA VISTA/RR**  
**AGRAVANTE: O ESTADO DE RORAIMA**  
**PROCURADOR DO ESTADO: DR. ARTHUR CARVALHO**  
**AGRAVADO: MOISEIS ALVES DA COSTA FILHO**  
**ADVOGADO: DR. ALEXANDER LADISLAU MENEZES**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO**

Vistos etc.

O Estado de Roraima, devidamente qualificado e representado (fl. 02), interpõe agravo de instrumento contra decisão proferida pelo MM. Juiz de Direito da 8ª Vara Cível, nos autos de ação ordinária com pedido de antecipação de tutela, processo nº 001007165784-4, aforada por Moiseis Alves da Costa Filho.

Sustenta, o Agravante, que o MM. Juiz singular esgotou por completo o objeto da ação ao determinar que o requerente, ora Agravado, seja mantido no cargo em que fora empossado, bem como sua reintegração no curso de formação e restituição das possíveis aulas perdidas em virtude da exclusão.

Requeru, o Estado, que fosse atribuído efeito suspensivo ao recurso por vislumbrar a possibilidade de lesão grave e de difícil



reparação contra a Fazenda Pública, pedido este que restou indeferido ante a falta de preenchimento dos requisitos legais pertinentes (fls. 57/58).

Prestando informações, nos termos do art. 527, IV, do CPC, o Julgador da causa informa, em 03.07.2007, à fl. 63, que a decisão fora mantida.

Regularmente intimado, o agravado requer o improvimento do recurso (fls. 64-68).

Oportunizada a manifestação do Órgão Ministerial de 2º Grau, este opina pela extinção do processo sem julgamento de mérito, tendo em vista a perda de seu objeto (fls. 71/72).

Eis o sucinto relato. Decido.

Depreende-se do duto parecer ministerial que, conforme publicação lançada no DPJ nº 3812, à fl. 38, os autos principais (nº 010.07.165784-4) foram sentenciados, tendo sido julgado procedente o pedido.

Ante o exposto, com arrimo no art. 175, XIV do RITJRR c/c o art. 557, do CPC, nego seguimento ao presente recurso, em face da superveniente perda do seu objeto.

Intimações e demais expedientes necessários.

Boa Vista, 19 de setembro de 2008.

Des. JOSÉ PEDRO – Relator

#### **PUBLICAÇÃO DE DECISÃO**

**HABEAS CORPUS COM PEDIDO DE LIMINAR Nº 0010.08.010673-4 – BOA VISTA/RR**  
**IMPETRANTE: EDNALDO GOMES VIDAL**  
**PACIENTE: FLÁVIO AUGUSTO DE FARIAS**  
**AUT. COATORA: MM. JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CRIMINAL DE BOA VISTA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. MAURO CAMPELLO**

#### **DECISÃO**

Trata-se de habeas corpus, com pedido de liminar, impetrado pelo advogado Ednaldo Gomes Vidal em favor de Flávio Augusto de Farias, denunciado pela prática, em tese, do delito previsto no art. 157, § 2º, I e II, do Código Penal Brasileiro.

Alega o impetrante, em síntese, que o Paciente suporta constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa do acusado.

Acrescentou que o réu apresentou-se espontaneamente à autoridade policial, e que não possui personalidade voltada para o crime, visto inexistirem quaisquer outros processos criminais tramitando em seu desfavor.

Solicitadas as informações à autoridade apontada coatora, estas foram devidamente prestadas e encontram-se acostadas aos autos às fls. 102/103, e delas consta que o paciente foi preso preventivamente em 17 de março de 2008; Denúncia oferecida em 1º de abril; Interrogatório do réu em 10 de abril; Defesa Prévia apresentada tempestivamente; Foram protocolados dois pedidos de revogação da prisão preventiva do acusado, os quais restaram indeferidos pelo Juízo a quo; Oitiva de três testemunhas de Acusação em 22 de abril, sendo designado o dia 13 de agosto, para oitiva das demais, porém, verificou-se que tal audiência não se realizou, por motivo de saúde da ilustre Promotora com assento naquele Juízo. Por fim, informou o duto magistrado a quo que a foi designado o dia 12 de setembro de 2008 para audiência de oitiva de testemunhas de defesa.

Às fls. 112, consta certidão emitida pelo escrivão da 5ª Vara Criminal, cujo teor permite depreender que a referida audiência teve por finalidade a oitiva de testemunha de acusação.

É o relatório. Decido.

Conforme asseverado em outras oportunidades, dúvidas não existem que o prazo para a conclusão da instrução criminal não é absoluto, devendo o feito ser avaliado de acordo com suas peculiaridades, com invocação do princípio da razoabilidade quando o processo transcorrer com prudente diligência do magistrado.

Constata-se que realmente o paciente encontra-se custodiado por período superior àquele firmado pela doutrina e jurisprudência em 81 (oitenta e um) dias para a formação da culpa, contudo há que se ressaltar que a produção da prova acusatória foi concluída no dia 12 de setembro de 2008, de modo que, para o encerramento da instrução criminal, aguarda-se tão-somente a oitiva das testemunhas arroladas pela defesa, a qual foi designada para o dia 18 de setembro do corrente, afastando-se, portanto, a legação de constrangimento ilegal por excesso de prazo, conforme demonstram os seguintes arestos lapidares:

**RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PROVAS INDICIÁRIAS INSUFICIENTES PARA EMBASAR A ACUSAÇÃO. INOBSERVÂNCIA DO RITO PROCEDIMENTAL ADOTADO PELA LEI 10.409/2002. NULIDADE RELATIVA. EXCESSO DE PRAZO. FEITO AGUARDANDO, TÃO-SOMENTE, A OITIVA DAS TESTEMUNHAS ARROLADAS PELA DEFESA, POR CARTA PRECATÓRIA. APLICAÇÃO DA SÚMULA N.º 64 DO STJ. PRECEDENTES.**

1. Vislumbrada pela instância ordinária a existência de indícios suficientes da autoria criminosa, para a instauração da ação penal, o exame da pretensão ora deduzia implicaria, para afastar o substrato fático em que se ampara a acusação, na dilação probatória dos autos, o que, como é sabido, não é possível na estreita e célere via do habeas corpus.

2. A inobservância do rito procedimental adotado na Lei n.º 10.409/2002, que derogou a Lei n.º 6.368/1976, encontrando-se, inclusive, em vigência, não constitui nulidade absoluta, mas relativa, dependendo, para o seu reconhecimento, de efetivo prejuízo.

3. Encerrada a fase de inquirição das testemunhas arroladas pela acusação, restando apenas a produção das provas da defesa, por carta precatória, não se configura, na espécie, o alegado excesso de prazo. Aplicação da Súmula n.º 64 desta Corte.

4. Precedentes do STJ.

5. Recurso conhecido, porém, desprovido.

(RHC 17788/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 28.06.2005, DJ 29.08.2005 p. 370)

**PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. EXCESSO DE PRAZO PARA O ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL.**

Encerrada a fase de inquirição das testemunhas arroladas pela acusação, restando apenas a produção das provas da defesa, não se configura o alegado constrangimento ilegal, mormente em se tratando de feito envolvendo excessivo número de testemunhas arroladas em favor do acusado (Súmula 64-STJ).

Writ denegado.

(HC 21664/PE, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 06.08.2002, DJ 16.09.2002 p. 215)

**HABEAS CORPUS. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. EXCESSO DE PRAZO NA INSTRUÇÃO CRIMINAL. SÚMULA 64 DO STJ. ORDEM DENEGADA.**

1. Encerrada a produção da prova oral acusatória, aguardando o feito tão-somente a devolução de carta precatória expedida para oitiva de testemunha da defesa, descabe falar em constrangimento ilegal por injustificada demora na formação da culpa (Intelecção dos enunciados nº 64 e 52 da Súmula de jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça).

2. Ordem denegada.

(HC 21933/PE, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, SEXTA TURMA, julgado em 29.10.2002, DJ 31.03.2003 p. 275)

**HABEAS CORPUS – Excesso de prazo. Testemunhas arroladas pela acusação. Inquirição encerrada. Inexistência de constrangimento ilegal. I – Tendo em vista encontrar-se a instrução criminal encerrada para a acusação, havendo sido designada data para se iniciar a oitiva de testemunhas indicadas pela defesa, não há mais falar em constrangimento ilegal por conta de excesso de prazo. Ademais, a denúncia foi ofertada contra dois agentes, devendo a apuração probatória desenvolver-se com relação a ambos, circunstância que provoca maior dilação nos prazos de realização dos atos processuais. II – Ordem denegada.**

(TJCE – APen 2000.06431-3 – 1ª C.Crim. – Rel. Des. Fernando Luiz Ximenes Rocha – DJCE 13.11.2000)

Ante o exposto, INDEFIRO a liminar pleiteada.  
Dê-se vista dos autos à Procuradoria de Justiça para manifestação;

Após, voltem-me conclusos.

Publique-se.

Boa Vista, 19 de setembro de 2008.

Des. Mauro Campello  
Relator

#### **PUBLICAÇÃO DE DECISÃO**

**HABEAS CORPUS COM PEDIDO DE LIMINAR Nº  
0010.08.010401-0 – SÃO LUIZ DO ANAÚÁ/RR  
IMPETRANTE: JOSÉ FÁBIO MARTINS DA SILVA  
PACIENTE: JUAREZ FERREIRA DA SILVA  
AUT. COATORA: MM. JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE  
SÃO LUIZ DO ANAÚÁ  
RELATOR: EXMO. SR. DES. MAURO CAMPELLO**

#### **DECISÃO**

Trata-se de habeas corpus, com pedido de liminar, impetrado pelo advogado José Fábio Martins da Silva em favor de Juarez Ferreira da Silva, contra ato do MM. Juiz de Direito da Comarca de São Luiz do Anua-RR, em razão da manutenção da prisão do paciente, ocorrida em 07.04.08 pela suposta prática prevista nos arts. 121, § 2º, IV, c/c artigo 14, II, do Código Penal e artigo 12, da Lei 10.826/2003.

Alega o impetrante que o Paciente suporta constrangimento ilegal devido ao oferecimento tardio da denúncia, mais de 30 (trinta) dias após a data em que deveria ter sido oferecida, alegando, ainda que o flagrante estava descaracterizado em virtude do decurso de tempo entre o cometimento do homicídio tentado (01.04.2008) e a sua prisão em flagrante, ocorrida somente em 07.04.2008, devendo, pois, sua prisão ser relaxada.

Sustentou a presença de irregularidades no auto de prisão em flagrante, bem como incompetência do Juízo a quo.

Sustentou que o paciente possui condições pessoais favoráveis, como primariedade, endereço fixo e trabalho definido, pugnando, ao final, pelo relaxamento da prisão do paciente.

Solicitadas as informações à autoridade apontada coatora, estas foram devidamente prestadas e encontram-se acostadas às fls. 79/82.

A liminar foi indeferida às fls. 84/85

Parecer Ministerial, às fls. 87/92, pelo indeferimento da ordem.

Petição atravessada às fls. 104, acompanhada de documentos às fls. 105/108, postulando a desistência da impetração deste writ, em razão da revogação da Prisão Preventiva do Paciente.

Nova manifestação ministerial, às fls. 115/116, pela prejudicialidade do writ, pela perda do objeto.

É o relatório. DECIDO.

Tendo em vista as informações quanto ao relaxamento da prisão do paciente (fls. 105/108) impõe-se o reconhecimento de que o alegado constrangimento ilegal restou afastado.

Neste diapasão, cumpre declarar prejudicado o presente writ, ante a superveniente perda do objeto, conforme dispõe o art. 659 do Código de Processo Penal.

Nesse sentido:

**RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS –  
TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL – FALTA DE JUSTA  
CAUSA – ABSOLUÇÃO EM 1ª INSTÂNCIA – DECISÃO  
TRANSITADA EM JULGADO – PERDA DE OBJETO.  
Há perda de objeto do pedido de trancamento da ação penal quando o Juízo de 1º Grau já absolveu o recorrente, em decisão já transitada**

em julgado, oportunidade em que eventual constrangimento ilegal por ele suportado já foi cessado.

Recurso julgado prejudicado.

(RHC 20.620/PB, Rel. Ministra JANE SILVA  
(DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG), QUINTA  
TURMA, julgado em 25.10.2007, DJ 19.11.2007 p. 246)

Desta forma, com fulcro nos arts. 175, XIV do RITJRR, e 659 do CPP, declaro extinto o presente writ.

Dê-se ciência desta decisão ao Parquet com assento nesta Corte.

Publique-se.

Intimem-se.

Boa Vista (RR), 22 de setembro de 2008.

Des. Mauro Campello  
Relator

#### **PUBLICAÇÃO DE DECISÃO**

**HABEAS CORPUS COM PEDIDO DE LIMINAR Nº  
0010.08.010606-4 – BOA VISTA/RR  
IMPETRANTE: JHONATHAN COSTA TEIXEIRA  
PACIENTE: JHONATHAN COSTA TEIXEIRA  
AUT. COATORA: MM. JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA  
CRIMINAL DE BOA VISTA  
RELATOR: EXMO. SR. DES. MAURO CAMPELLO**

#### **DECISÃO**

Trata-se de habeas corpus, com pedido de liminar, impetrado em causa própria por Jhonathan Costa Teixeira, condenado à pena de 03 (três) anos de reclusão, atualmente em regime semi-aberto, pela prática do delito previsto no art. 12 da Lei nº 6.368/76.

Alega o impetrante que vem sofrendo constrangimento ilegal por omissão do MM. Juiz da 3ª Vara Criminal, porquanto seu livramento condicional deveria ocorrer em 17.04.08, e, até a impetração deste writ, passaram-se 125 (cento e vinte e cinco) dias, sem que ocorresse a sua efetivação.

Acrescenta que o cumprimento de sua pena progrediu do regime fechado para o semi-aberto em 29.03.07 e que, até o momento, não obteve a progressão para o regime aberto, embora tenha transcorrido o lapso temporal necessário para tanto.

Sustentou que, embora tivesse direito a 5 (cinco) saídas temporárias por ano, não usufruiu do direito durante o ano de 2007, até a primeira metade desta ano, quando apenas uma saída foi gozada.

Afirmou que não obteve o benefício da remissão da pena, embora se encontre realizando trabalho externo, e, caso fosse deferido o direito, sua pena já se encontraria extinta, tendo em vista que o termo final da sua pena prazo dar-se-á em 26.10.08.

Solicitadas as informações à autoridade coatora, estas foram devidamente cumpridas e delas consta, às fls. 18/37, que foi deferido, na instância a quo, o pedido de livramento condicional do ora paciente, bem como a remissão de 50 (cinquenta) dias da sua pena.

Informa ainda o ilustre magistrado monocrático que não consta naquele Juízo qualquer pedido de progressão de regime, de semi-aberto para aberto, e quanto ao pedido de saída temporária, relatou que, ao contrário do alegado pelo impetrante, foram concedidas 04 saídas temporárias ao mesmo.

Às fls. 39/40, proferi decisão julgando parcialmente prejudicado o writ, tendo em vista a concessão pelo Juízo a quo do livramento condicional e remição da pena do paciente. Com relação ao pedido de progressão de regime aberto para o semi-aberto, o feito prosseguir, sendo remetido à Procuradoria de Justiça para emissão de parecer.

Parecer Ministerial, às fls. 42/45, pela prejudicialidade do writ, pela superveniente concessão do pedido principal em favor do paciente.

É o relatório. DECIDO.

Com razão o Parquet de segundo grau.

Ocorreu a perda do objeto deste writ, tendo em vista que a implementação da pretensão maior do paciente, qual seja, a obtenção de livramento condicional, perfaz situação mais benéfica que o regime aberto pleiteado.

Nesse sentido resta afastado o suposto constrangimento ilegal, restando evidenciada a perda do objeto do presente writ.

A corroborar tal entendimento, colho os seguintes arestos lapidares:

CRIMINAL. HC. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PROGRESSÃO DE REGIME CONCEDIDA. AGRAVO EM EXECUÇÃO. RECURSO MINISTERIAL PROVIDO. DECISÃO CASSADA. SUPERVENIENTE OBTENÇÃO PELO PACIENTE DE LIVRAMENTO CONDICIONAL. PERDA DE OBJETO. ORDEM PREJUDICADA.

1- Evidenciada a superveniente obtenção pelo paciente de livramento condicional, situação mais benéfica que o regime aberto por ele pleiteado, verifica-se a perda de objeto do presente writ.

2- Ordem prejudicada.

(HC 89346/SP, Rel. Ministra JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG), QUINTA TURMA, julgado em 04.10.2007, DJ 22.10.2007 p. 342)

HABEAS CORPUS – ESTUPRO – PROGRESSÃO DE REGIME – BENEFÍCIO DO LIVRAMENTO CONDICIONAL CONCEDIDO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA – PEDIDO PREJUDICADO – 1- há perda de objeto quando é concedido, pelo juízo das execuções criminais, benefício de livramento condicional, que satisfaz os interesses de trabalho externo do paciente. 2- pedido julgado prejudicado. (STJ – HC 200601805822 – (66121) – MG – 5ª T. – Relª. Min. Jane Silva – DJU 17.12.2007 – p. 00239)

HABEAS CORPUS – ESTUPRO – PROGRESSÃO DE REGIME – BENEFÍCIO DO LIVRAMENTO CONDICIONAL CONCEDIDO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA – PEDIDO PREJUDICADO – 1- há perda de objeto quando é concedido, pelo juízo das execuções criminais, benefício de livramento condicional, que satisfaz os interesses de trabalho externo do paciente. 2- pedido julgado prejudicado. (STJ – HC 200601805822 – (66121) – MG – 5ª T. – Relª. Min. Jane Silva – DJU 17.12.2007 – p. 00239)

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 175, XIV do RITJRR e 659 do CPP, julgo prejudicado o presente writ pela superveniente perda do objeto.

Boa Vista, 19 de setembro de 2008.

Des. Mauro Campello  
Relator

#### **PUBLICAÇÃO DE DECISÃO**

HABEAS CORPUS COM PEDIDO DE LIMINAR Nº 0010.08.010640-3 – BOA VISTA/RR  
**IMPETRANTE: EDNALDO GOMES VIDAL**  
**PACIENTE: ROSIELSON AMARO MENDES**  
**AUT. COATORA: MMª. JUÍZA DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DE BOA VISTA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES**

#### **DECISÃO LIMINAR**

Cuida-se de Habeas Corpus com pedido de liminar impetrado pelo Defensor Público Mauro Silva Castro em favor de ROSIELSON AMARO MENDES, preso em flagrante em 20.06.2008 e denunciado, juntamente com outros, pela prática do delito previsto no art. 121, § 2º, inciso I (motivo torpe) e IV (recurso que dificultou a defesa do ofendido) c/c art. 14, II (crime tentado) em concurso de agentes, todos do Código Penal.

Argumenta o impetrante, em síntese, que não estão presentes nenhum dos requisitos do art. 312 CPP. Ao final, pede a extensão dos efeitos do julgado monocrático que concebeu liberdade provisória aos acusados RONNY DA SILVA BARBOSA E RENNER MARINHO VIANA, com fulcro no art. 580 CPP.

Em face do conhecimento do caso pelo HC 0010 08 010 628-8, impetrado pelo Defensor Público Mauro Silva Castro em 19 de agosto do corrente, dois dias antes deste, impetrado por advogado contratado, deixarei de requisitar as informações da autoridade tida como coatora.

É o singelo relatório. DECIDO:

Embora se trate de um segundo habeas corpus em favor do paciente, e que do HC 0010 08 010 628-8, já conste a manifestação ministerial, por considerar diversa a causa de pedir é diversa, hei por bem dar prioridade à ordem impetrada pelo advogado contratado.

Em sede de liminar, impende verificar tão somente os requisitos autorizadores, quais sejam o fumus boni iuris e o periculum in mora.

Por cuidar-se da liberdade do indivíduo, o perigo da demora estará sempre presente. Entretanto há que se conjugar também a fumaça do bom direito em favor do paciente.

Pelas informações prestadas anteriormente, não se vislumbra, ao menos inicialmente, a fumaça do bom direito em favor do paciente, para a concessão liminar do pedido por diversidade das situações pessoais e condutas narradas na denúncia.

Posto isto, por ausência de um dos requisitos necessários, indefiro a liminar pleiteada.

Manifeste-se a douta Procuradoria de Justiça sobre o writ intentado, na forma da lei.

Publique-se. Intimem-se.

Boa Vista, 19 de SETEMBRO de 2008.

Des. CARLOS HENRIQUES  
Relator

#### **PUBLICAÇÃO DE DESPACHO**

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 0010.08.009563-0 – BOA VISTA/RR  
**AUTOR: CLEIDO PEREIRA DA COSTA**  
**ADVOGADO: DR. JOSUÉ DOS SANTOS FILHO**  
**RÉU: FRANCISCO EDMAR DE SOUZA**  
**ADVOGADO: DR. ELIDORO MENDES DA SILVA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. MAURO CAMPELLO**

#### **DESPACHO**

Baixem os autos ao Juízo de origem para fins do disposto no art. 492 do Código de Processo Civil.

Publique-se. Intimem-se.

Boa Vista, 19 de setembro de 2008.

DES. MAURO CAMPELLO  
Relator

#### **PUBLICAÇÃO DE DESPACHO**

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0010.08.010642-9 – BOA VISTA/RR  
**IMPETRANTE: JOSIAS SEVERINO CHAVES**  
**ADVOGADO: DR. MARCELO MARTINS RODRIGUES**  
**AUT. COATORA: MM. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE BOA VISTA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES**

#### **DESPACHO**

Trata-se de mandado de segurança ajuizado contra decisão do MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal que nos autos do Inquérito Policial nº 0010 08 193971-1, além de outras medidas, determinou o imediato bloqueio dos saldos existentes em conta bancária do impetrante.

Ab initio foram solicitadas informações da autoridade coatora, devidamente prestadas às fls. 28/31, acompanhadas dos documentos de fls. 32/121.

Vieram-me os autos para análise do pedido de concessão liminar da medida, ocasião em que constatei ter havido a distribuição de 02 (dois) habeas corpus referentes à decisão aqui atacada, o que de acordo com o Regimento Interno desta Corte torna preventiva a competência do respectivo Relator (art. 133, § 1º).

Destarte, reconheço de ofício a prevenção do Relator do Habeas Corpus nº 001008010651-0, distribuído em 26.08.08.

Remetam-se os autos, com oportuna compensação.

Boa Vista(RR), 22 de setembro de 2008.

Des. Carlos Henriques  
Relator

#### PUBLICAÇÃO DE DESPACHO

**HABEAS CORPUS COM PEDIDO DE LIMINAR Nº 0010.08.010748-4 – BOA VISTA/RR**  
**IMPETRANTE: LUCIELMASOBREIRA XAVIER**  
**PACIENTE: ANDRÉ MÁRCIO ADRIANO NUNES**  
**AUT. COATORA: MM. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE BOA VISTA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. RICARDO OLIVEIRA**

#### DESPACHO

Fundado em razões de prudência, examinarei o pedido de liminar após as informações da autoridade apontada como coatora.

Oficie-se ao MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal, para que as preste no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

Após, conclusos.

Publique-se.

Boa Vista, 18 de setembro de 2008.

Des. Ricardo Oliveira  
Relator

#### PUBLICAÇÃO DE DESPACHO

**HABEAS CORPUS COM PEDIDO DE LIMINAR Nº 0010.08.010762-5 – BOA VISTA/RR**  
**IMPETRANTE: RONNIE GABRIEL GARCIA – DPE**  
**PACIENTE: SIVIOMAR ANTONIO DE OLIVEIRA**  
**AUT. COATORA: MM. JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL DE BOA VISTA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. RICARDO OLIVEIRA**

#### DESPACHO

Fundado em razões de prudência, examinarei o pedido de liminar após as informações da autoridade apontada como coatora.

Oficie-se ao MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal, para que as preste no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

Após, conclusos.

Publique-se.

Boa Vista, 18 de setembro de 2008.

Des. Ricardo Oliveira  
Relator

#### PUBLICAÇÃO DE DESPACHO

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.08.010114-9 – BOA VISTA/RR**  
**APELANTE: HENRIQUE MANOEL FERNANDES MACHADO**  
**ADVOGADO: DR. LUIZ TRAVASSOS DUARTE NETO**  
**APELADO: PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RORAIMA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA**

#### DESPACHO

Considerando serem públicas e notórias em Boa Vista as nomeações dos Procuradores de Contas do TCE/RR, tendo sido inclusive

noticiadas no jornal “Prestando Contas”, daquela instituição, intime-se o Recorrente e o Ministério Público para que se manifestem a respeito da eventual perda do objeto desta apelação.

BV, 18/09/03.

Des. Almiro Padilha  
Relator

#### PUBLICAÇÃO DE DESPACHO

**HABEAS CORPUS COM PEDIDO DE LIMINAR Nº 0010.08.010766-6 – BOA VISTA/RR**  
**IMPETRANTE: MAURO SILVA DE CASTRO – DPE**  
**PACIENTE: EMANOEL DA SILVA ROCHA**  
**AUT. COATORA: MMª. JUÍZA DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DE BOA VISTA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. RICARDO OLIVEIRA**

#### DESPACHO

Fundado em razões de prudência, examinarei o pedido de liminar após as informações.

Oficie-se à autoridade indigitada coatora, para que as preste no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

Após, conclusos.

Publique-se.

Boa Vista, 19 de setembro de 2008.

Des. Ricardo Oliveira  
Relator

#### PUBLICAÇÃO DE DESPACHO

**EXECUÇÃO Nº 0010.03.001516-7 – BOA VISTA/RR**  
**EXEQUENTE: NATANAEL GONÇALVES VIEIRA**  
**ADVOGADO: EM CAUSA PRÓPRIA**  
**EXECUTADO: HIRAN MANOEL GONÇALVES DA SILVA**  
**ADVOGADO: DR. SAMUEL MORAES DA SILVA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES**

#### DESPACHO

Defiro o pedido de penhora on line.

Encaminhe-se o feito ao Dr. Erick Linhares, para as providências cabíveis junto ao BACENJUD, conforme atualização de fl. 458.

Para tanto, frise-se que o CPF do executado é 149.971.692-34, conforme informado às fls. 487.

Boa Vista-RR, 23 de setembro de 2008.

Des. Carlos Henriques  
Relator

#### PUBLICAÇÃO DE DESPACHO

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.08.010379-8 – BOA VISTA/RR**  
**APELANTE: DIOCESE DE RORAIMA**  
**ADVOGADOS: DR. PAULO LUIS DE MOURA HOLLANDA E OUTRO**  
**APELADA: IMOBILIÁRIA POTIGUAR LTDA**  
**ADVOGADO: DR. ALLAN KARDEC LOPES MENDONÇA FILHO**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA**

#### DESPACHO

Baixem-se os autos à vara de origem para cumprimento do disposto no art. 518 do CPC em relação à apelação de fls. 1.002-1.008.

BV, 19/09/08.

Des. Almiro Padilha  
Relator

**PUBLICAÇÃO DE DESPACHO**

**CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA Nº 0010.08.010758-3 – BOA VISTA/RR**  
**SUSCITANTE: JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DE BOA VISTA**  
**SUSCITADO: JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DE BOA VISTA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES**

**DESPACHO**

Dê-se vista ao juízo suscitado, para manifestação no prazo de 15 dias, nos termos do art. 119 do CPC.

Boa Vista, 23 de setembro de 2008.

Des. Carlos Henriques  
Relator

**PUBLICAÇÃO DE DESPACHO**

**APELAÇÃO CRIME Nº 0010.08.010769-0 – BOA VISTA/RR**  
**APELANTE: ELTON AGOSTINHO DE MORAIS**  
**DEFENSOR PÚBLICO: DR. RONNIE GABRIEL GARCIA**  
**APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES**

**DESPACHO**

À Secretaria da Câmara Única:

I. Intime-se o Defensor Público – RONNIE GABRIEL GARCIA, advogado do Apelante ELTON AGOSTINHO DE MORAIS para, no prazo de lei, oferecer as razões do recurso na forma do art. 600, § 4º do Código Processual Penal, conforme solicitado às fls. 89.

II. Após, encaminhem-se os autos à douta Procuradoria Geral de Justiça para indicação do membro do Parquet de primeiro grau que apresentará contra-razões;

III. Em seguida, à Procuradoria de Justiça para manifestação nesta instância;

IV. Por fim, voltem-me os autos conclusos.

Boa Vista(RR), 22 de setembro de 2008.

Des. Carlos Henriques  
Relator

**PUBLICAÇÃO DE DESPACHO**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.08.010052-1 – BOA VISTA/RR**  
**APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA**  
**PROCURADORA DO ESTADO: DRA. MARGAUX GUERREIRO DE CASTRO**  
**APELADO: ARIVELTON DE ASSIS ALCÂNTARA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA**

**DESPACHO**

Percebi que existem erros materiais na ementa e no acórdão de fl. 135, portanto, autorizado pelo inc. I do art. 463 do CPC, segue ementa e acórdão corrigidos.

Publique-se novamente.

BV, 18/09/08.

Des. Almiro Padilha  
Relator

**PUBLICAÇÃO DE DESPACHO**

**HABEAS CORPUS COM PEDIDO DE LIMINAR Nº 0010.08.010763-3 – BOA VISTA/RR**  
**IMPETRANTE: LENON GEYSON RODRIGUES LIRA**

**PACIENTE: MARCELO DE OLIVEIRA CUNHA**  
**AUT. COATORA: MM. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE BOA VISTA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. MAURO CAMPELLO**

**DESPACHO**

I – Requisitem-se as informações à indigitada autoridade coatora, conforme art. 662 do Código de Processo Penal, no prazo de 48 horas;

II – Quanto ao pedido liminar de concessão do Habeas Corpus, examinarei após prestadas as informações pela autoridade apontada como coatora, considerando a necessidade destas para a apreciação do WRIT (nesse sentido: STF, 1ª Turma, Rel. Min. Celso de Mello, DJU 07/05/03, p. 8331);

III – Após, retornem-me os autos.

Boa Vista, 18 de setembro de 2008.

Des. Mauro Campello  
Relator

**PUBLICAÇÃO DE DESPACHO**

**EMBARGOS DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.08.010188-3 – BOA VISTA/RR**  
**EMBARGANTE: O ESTADO DE RORAIMA**  
**PROCURADORA DO ESTADO: DRA. ADLANY ALVES XAVIER**  
**EMBARGADO: RAPHAEL MORAES PEREIRA**  
**ADVOGADO: DR. JOSIMAR SANTOS BATISTA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA**

**DESPACHO**

Intime-se o Embargado para que se manifeste a respeito dos embargos de declaração no prazo de cinco dias.

BV, 18/09/08.

Des. Almiro Padilha  
Relator

**PUBLICAÇÃO DE DESPACHO**

**APELAÇÃO CRIME Nº 0010.08.010726-0 – SÃO LUIZ DO ANAÚA/RR**  
**APELANTE: JOSUÉ SIMÃO NUNES**  
**DEFENSOR PÚBLICO: DR. ANTONIO AVELINO DE ALMEIDA NETO**  
**APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. RICARDO OLIVEIRA**

**DESPACHO**

Com fulcro no art. 133, § 1º, do RITJRR, reconheço, de ofício, a prevenção do Des. CARLOS HENRIQUES, em virtude de este ter sido Relator do Recurso em Sentido Estrito nº 0010.06.006573-6 (fls. 166/167).

À redistribuição, com oportuna compensação.

Publique-se.

Boa Vista, 18 de setembro de 2008.

Des. Ricardo Oliveira  
Relator

**PUBLICAÇÃO DE DESPACHO**

**HABEAS CORPUS Nº 0010.08.010755-9 – BOA VISTA/RR**  
**IMPETRANTE: ALUÍZIO ANDRADE DE CASTRO**  
**PACIENTE: ALUÍZIO ANDRADE DE CASTRO**  
**AUT. COATORA: MM. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE BOA VISTA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. MAURO CAMPELLO**

**DESPACHO**

I – Requistem-se as informações à indigitada autoridade coatora, conforme art. 662 do Código de Processo Penal, no prazo de 48 horas;

II – Quanto ao pedido liminar de concessão do Habeas Corpus, examinarei após prestadas as informações pela autoridade apontada como coatora, considerando a necessidade destas para a apreciação do WRIT (nesse sentido: STF, 1ª Turma, Rel. Min. Celso de Mello, DJU 07/05/03, p. 8331);

III – Após, retornem-me os autos.

Boa Vista, 18 de setembro de 2008.

Des. Mauro Campello  
Relator

**PUBLICAÇÃO DE DESPACHO**

**HABEAS CORPUS COM PEDIDO DE LIMINAR Nº 0010.08.010761-7 – BOA VISTA/RR**  
**IMPETRANTE: LUIZ AUGUSTO MOREIRA**  
**PACIENTE: EVERALDO DE SOUZA GARCIA**  
**AUT. COATORA: MM. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE BOA VISTA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. RICARDO OLIVEIRA**

**DESPACHO**

Fundado em razões de prudência, examinarei o pedido de liminar após as informações da autoridade apontada como coatora.

Oficie-se ao MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal, para que as preste no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

Após, conclusos.

Publique-se.

Boa Vista, 18 de setembro de 2008.

Des. Ricardo Oliveira  
Relator

**PUBLICAÇÃO D DESPACHO**

**REEXAME NECESSÁRIO Nº 0010.08.010377-2 – BOA VISTA/RR**  
**AUTORA: ELICE DE OLIVEIRA MARQUES**  
**ADVOGADAS: DRA. ISABEL CRISTINA MARX KOTELINSKI E OUTRA**  
**RÉU: O ESTADO DE RORAIMA**  
**PROCURADOR DO ESTADO: DR. PAULO ESTEVÃO SALES CRUZ**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES**

**DESPACHO**

Considerando o ofício de fl. 105, oriundo da 2ª Vara Cível, remeta-se o feito àquele juízo para providências.

Boa Vista, 23 de setembro de 2008.

Des. Carlos Henriques  
Relator

**PUBLICAÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO**

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO NAAPELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.08.010000-0 – BOA VISTA/RR**  
**RECORRENTE: O ESTADO DE RORAIMA**  
**PROCURADOR DO ESTADO: DR. FERNANDO MARCO RODRIGUES DE LIMA**  
**RECORRIDO: CLEDER ROQUE PIZATO**  
**ADVOGADO: DR. ALMIR ROCHA DE CASTRO JÚNIOR**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES**

**FINALIDADE:** Intimação da parte recorrida para apresentar contrarrazões no prazo legal.

Boa Vista, 24 de setembro de 2008.

**PUBLICAÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO**

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO NAAPELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.08.009788-3 – BOA VISTA/RR**  
**RECORRENTE: O ESTADO DE RORAIMA**  
**PROCURADOR DO ESTADO: DR. ELITON MENESES**  
**RECORRIDA: ELEONORA SILVA DE MORAIS**  
**ADVOGADO: DR. ALLAN KARDEC LOPES MENDONÇA FILHO**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES**

**FINALIDADE:** Intimação da parte recorrida para apresentar contrarrazões no prazo legal.

Boa Vista, 24 de setembro de 2008.

**PUBLICAÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO**

**RECURSO ESPECIAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0010.08.010512-4 – BOA VISTA/RR**  
**RECORRENTE: EDITORA BOA VISTA**  
**ADVOGADO: DR. FREDERICO SILVA LEITE**  
**RECORRIDO: RAIMUNDO DA COSTA SILVA FILHO**  
**ADVOGADO: DR. MAMEDE ABRÃO NETTO**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES**

**FINALIDADE:** Intimação da parte recorrida para apresentar contrarrazões no prazo legal.

Boa Vista, 24 de setembro de 2008.

**PUBLICAÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO**

**RECURSO ESPECIAL NAAPELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.08.010177-6 – BOA VISTA/RR**  
**RECORRENTE: PARINTINS VEÍCULOS LTDA**  
**ADVOGADO: DR. RARISON TATAÍRA DA SILVA**  
**RECORRIDO: WALACE COELHO AMORIM**  
**ADVOGADA: DRA. MARGARIDA BEATRIZ ORUÊ ARZA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES**

**FINALIDADE:** Intimação da parte recorrida para apresentar contrarrazões no prazo legal.

Boa Vista, 24 de setembro de 2008.

**PUBLICAÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0010.08.010780-7 DO RECURSO ESPECIAL NAAPELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.008879-3 – BOA VISTA/RR**  
**AGRAVANTE: RIOBRANCO BRASIL**  
**ADVOGADOS: DRA. SUELY ALMEIDA E OUTRO**  
**AGRAVADO: O ESTADO DE RORAIMA**  
**PROCURADORA DO ESTADO: DRA. FERNANDA MIRANDA FERREIRA DE MATTOS**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES**

**FINALIDADE:** Intimação da parte agravada para apresentar contrarrazões no prazo legal.

Boa Vista, 24 de setembro de 2008.

**PUBLICAÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO**

**RECURSO ESPECIAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0010.08.009993-9 – BOA VISTA/RR**  
**RECORRENTE: O ESTADO DE RORAIMA**  
**PROCURADOR DO ESTADO: DR. VENUSTO DA SILVA CARDOSO**  
**RECORRIDO: ANTONIO REICHERT FONTANA**  
**ADVOGADO: DR. JAQUES SONNTAG**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES**

**FINALIDADE:** Intimação da parte recorrida para apresentar contrarrazões no prazo legal.

Boa Vista, 24 de setembro de 2008.

#### PUBLICAÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0010.08.010774-0 DO RECURSO ESPECIAL NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.08.010347-5 – BOA VISTA/RR**  
**AGRAVANTE: BOA VISTA ENERGIA S.A.**  
**ADVOGADO: DR. HENRIQUE EDUARDO FIGUEIREDO**  
**AGRAVADO: PETER SHON COSTA PEREIRA DE SÁ**  
**ADVOGADO: DR. CLODOCI FERREIRA DO AMARAL**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES**

**FINALIDADE:** Intimação da parte agravada para apresentar contrarrazões no prazo legal.

Boa Vista, 24 de setembro de 2008.

#### PUBLICAÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0010.08.010779-9 DO RECURSO ESPECIAL NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.06.005839-2 – BOA VISTA/RR**  
**AGRAVANTES: EDVAN SILVA MAGALHÃES E OUTRA**  
**ADVOGADA: DRA. DENISE CAVALCANTI CALIL**  
**AGRAVADO: BANCO SUDAMERIS BRASIL S.A.**  
**ADVOGADOS: DR. GUTEMBERG DANTAS LICARIÃO E OUTROS**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES**

**FINALIDADE:** Intimação da parte agravada para apresentar contrarrazões no prazo legal.

Boa Vista, 24 de setembro de 2008.

**SECRETARIA DA CÂMARA ÚNICA, 24 DE SETEMBRO DE 2008.**

**ÁLVARO DE OLIVEIRA JÚNIOR**  
 Secretário da Câmara Única

#### GABINETE DA PRESIDÊNCIA

#### **PORTARIAS DO DIA 24 DE SETEMBRO DE 2008**

**O VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

#### **RESOLVE:**

**N.º 859** – Conceder ao Dr. **EUCLYDES CALIL FILHO**, Juiz de Direito titular da 3.ª Vara Criminal, licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 24 a 26.09.2008.

**N.º 860** – Designar o Dr. **ÂNGELO AUGUSTO GRAÇA MENDES**, Juiz Substituto, para responder pela 3.ª Vara Criminal, no período de 24 a 26.09.2008, em virtude de licença do titular.

**N.º 861** – Tornar sem efeito as Portarias n.º 848 e 849, de 18.09.2008, publicadas no DPJ n.º 3929, de 19.09.2008.

**N.º 862** – Autorizar o afastamento, com ônus, do Dr. **ERICK CAVALCANTI LINHARES LIMA**, Juiz de Direito titular do 2.º Juizado Especial, para participar do “Encontro Nacional do Judiciário”, a realizar-se na cidade de Manaus-AM, no dia 19.09.2008.

**N.º 863** – Designar o Dr. **RODRIGO CARDOSO FURLAN**, Juiz de Direito titular do 3.º Juizado Especial, para, cumulativamente, responder pelo 2.º Juizado especial, no dia 19.09.2008, em virtude de afastamento do titular.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

**Des. CARLOS HENRIQUES**  
 Presidente, em exercício

#### **PORTARIA N.º 864, DO DIA 24 DE SETEMBRO DE 2008**

**O VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

#### **RESOLVE:**

**Art. 1.º** Designar os Juizes abaixo relacionados para presidirem as sessões do Tribunal do Júri da Comarca de Boa Vista, referentes à pauta do mês de outubro/2008, nas respectivas datas, conforme quadro a seguir:

N.º	Juiz	Data
1	<b>Dr.ª Graciete Sotto Mayor Ribeiro</b>	02.10.2008 – 5.ª feira
2	<b>Dr. Breno Jorge Portela Silva Coutinho</b>	03.10.2008 – 6.ª feira
3	<b>Dr.ª Lana Leitão Martins</b>	07.10.2008 – 3.ª feira
4	<b>Dr. Marcelo Mazur</b>	09.10.2008 – 5.ª feira
5	<b>Dr. Luiz Alberto de Moraes Júnior</b>	10.10.2008 – 6.ª feira
6	<b>Dr.ª Maria Aparecida Cury</b>	13.10.2008 – 2.ª feira
7	<b>Dr.ª Lana Leitão Martins</b>	14.10.2008 – 3.ª feira
8	<b>Dr. Marcelo Mazur</b>	16.10.2008 – 5.ª feira
9	<b>Dr. Breno Jorge Portela Silva Coutinho</b>	17.10.2008 – 6.ª feira
10	<b>Dr. Parima Dias Veras</b>	20.10.2008 – 2.ª feira
11	<b>Dr.ª Lana Leitão Martins</b>	21.10.2008 – 3.ª feira
12	<b>Dr. Breno Jorge Portela Silva Coutinho</b>	23.10.2008 – 5.ª feira
13	<b>Dr. Luiz Alberto de Moraes Júnior</b>	24.10.2008 – 6.ª feira
14	<b>Dr. Parima Dias Veras</b>	30.10.2008 – 5.ª feira
15	<b>Dr.ª Lana Leitão Martins</b>	31.10.2008 – 6.ª feira

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

**Des. CARLOS HENRIQUES**  
 Presidente, em exercício

#### CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

#### **PORTARIA/CGJ N.º 065, DE 8 DE AGOSTO DE 2008**

O Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça, **ERICK LINHARES**, no uso das suas atribuições legais;  
 CONSIDERANDO o despacho de fl. 38 dos autos do Processo Administrativo Disciplinar n.º 004/08;

#### **RESOLVE:**

**Art. 1.º** Prorrogar, por 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar n.º 004/08, instaurado pela Portaria/CGJ n.º 040/08, com fulcro no art. 139, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual n.º 053/01.

**Art. 2.º** Esta portaria gera efeitos a partir do dia 08.08.2008.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.  
 Boa Vista (RR), 8 de agosto de 2008.

**ERICK LINHARES**  
 JUIZ AUXILIAR DA CGJ/RR

#### DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE DISPENSABILIDADE	
Nº DO P.A.:	1.728/2008
ASSUNTO:	Contratação emergencial de empresa de telefonia celular.
FUND. LEGAL:	art. 24, IV da Lei de Licitações.
CONTRATADA:	Amazônia Celular Ltda.
VALOR:	R\$ 2.116,50
DATA:	Boa Vista, 18 de setembro de 2008.

**Silvânia Nascimento**  
 Diretora do Departamento

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA**  
**DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS DA SEGUNDA INSTÂNCIA**

Expediente de 23/09/2008

**TURMA CÍVEL**

Juiz(iza): Almiro Padilha

**AGRAVO DE INSTRUMENTO**

00001 - 01008010782-3

Agravante: O Estado de Roraima, Agravado: Solrac Represent e Comercio de Mercadorias em Geral Ltda e outros =&gt;Distribuição por Sorteio, Adv - Alda Celi Almeida Bóson Schetine.

**APELAÇÃO CÍVEL**

00002 - 001008010785-6

Apelante: O Estado de Roraima, Apelado: Comercial Santa Camila Ltda =&gt;Distribuição por Sorteio, Adv - Ana Marcela Grana de Almeida, Denise Abreu Cavalcanti, Carlos Philippe Sousa Gomes da Silva.

Juiz(iza): Carlos Henriques

**APELAÇÃO CÍVEL**

00003 - 01008010783-1

Apelante: O Estado de Roraima, Apelado: Estágio Construções Ltda =&gt;Distribuição por Sorteio, Adv - Carlos Antônio Sobreira Lopes, Marcelo Martins Rodrigues.

00004 - 01008010787-2

Apelante: Jonas Rodrigues da Silva., Apelado: O Estado de Roraima =&gt;Distribuição por Sorteio, Adv - Almir Rocha de Castro Júnior, Marcus Gil Barbosa Dias.

Juiz(iza): José Pedro

**APELAÇÃO CÍVEL**

00005 - 01008010784-9

Apelante: Sandro Alexandre Freitas, Apelado: O Estado de Roraima =&gt;Distribuição por Sorteio, Adv - Ronald Ferreira, Ana Marcela Grana de Almeida.

00006 - 01008010786-4

Apelante: Raimundo Nonato Magalhães de Souza, Apelado: O Estado de Roraima =&gt;Distribuição por Sorteio, Adv - Almir Rocha de Castro Júnior, Ana Marcela Grana de Almeida.

**COMARCA DE BOA VISTA**  
**JUSTIÇA COMUM****ÍNDICE POR ADVOGADOS****Expediente de 23/09/2008**

002599AM =&gt;00012, 00069

004621AM =&gt;00036

000074RR-B =&gt;00004

000077RR-A =&gt;00041, 00060

000083RR-E =&gt;00048

000087RR-E =&gt;00035

000091RR-B =&gt;00063

000095RR-E =&gt;00040, 00052

000101RR-B =&gt;00049

000114RR-A =&gt;00069

000117RR-B =&gt;00041

000118RR-A =&gt;00058

000118RR =&gt;00044, 00057, 00062, 00069

000125RR-E =&gt;00035, 00039

000146RR-A =&gt;00052, 00053, 00054

000149RR-A =&gt;00040

000149RR =&gt;00029, 00030

000153RR =&gt;00064

000155RR-B =&gt;00012, 00069, 00085

000155RR =&gt;00019

000162RR-A =&gt;00049, 00055

000164RR =&gt;00069

000177RR =&gt;00077, 00084

000178RR =&gt;00047

000181RR-A =&gt;00049, 00050, 00069

000182RR-B =&gt;00052

000185RR-A =&gt;00037

000185RR =&gt;00069

000189RR =&gt;00076

000190RR =&gt;00061

000193RR-A =&gt;00052

000203RR =&gt;00047

000205RR-B =&gt;00034

000210RR =&gt;00069

000215RR-B =&gt;00020, 00021, 00022, 00023, 00024, 00025,

00026, 00027, 00028

000222RR-A =&gt;00040

000223RR-A =&gt;00041, 00046

000223RR =&gt;00044

000225RR =&gt;00043

000236RR =&gt;00069

000237RR-B =&gt;00005

000239RR-A =&gt;00059

000247RR-B =&gt;00059

000254RR-A =&gt;00082

000260RR =&gt;00069

000262RR =&gt;00055

000263RR =&gt;00042, 00043

000264RR-B =&gt;00006

000264RR =&gt;00035, 00039, 00056, 00069

000269RR =&gt;00037, 00042, 00043

000270RR-B =&gt;00056

000280RR-B =&gt;00048

000282RR =&gt;00057

000285RR =&gt;00040, 00052, 00053, 00054

000293RR-A =&gt;00047

000295RR-A =&gt;00031, 00032, 00033

000315RR-A =&gt;00031, 00032, 00033

000320RR =&gt;00002

000337RR =&gt;00069

000355RR =&gt;00061

000356RR =&gt;00081

000368RR =&gt;00048

000377RR =&gt;00038

000379RR =&gt;00019, 00029, 00030, 00032, 00033

000385RR =&gt;00047, 00067

000413RR =&gt;00051, 00069

000424RR =&gt;00019

000430RR =&gt;00057

000432RR =&gt;00069

000451RR =&gt;00041

000467RR =&gt;00019

000468RR =&gt;00035, 00039, 00069, 00086

000481RR =&gt;00045

000483RR =&gt;00013, 00047

000484RR =&gt;00008

000493RR =&gt;00064, 00071

000496RR =&gt;00048

000497RR =&gt;00069, 00070

000508RR =&gt;00040

083631SP =&gt;00046

132480SP =&gt;00057

144473SP =&gt;00057

186288SP =&gt;00046

196403SP =&gt;00022

**CARTÓRIO DISTRIBUIDOR****IAVARACÍVEL**

Juiz(iza): Luiz Fernando Castanheira Mallet

**EXECUÇÃO**

00018 - 001008194143-6

Exequente: M.H.G.S.

Executado: A.F.S. =&gt; Distribuição por Dependência em 23/09/2008.

Valor da Causa: R 6.460,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).



**2A VARACÍVEL**

Juiz(iza): Elaine Cristina Bianchi

**EXECUÇÃO**

00005 - 001008195417-3

Exeqüente: Israel Pardinho Souza

Executado: O Estado de Roraima =&gt; Distribuição por Dependência em 23/09/2008. Valor da Causa: R 8.417,66. Adv - Eduardo Silva Medeiros.

**5A VARACÍVEL**

Juiz(iza): Mozarildo Monteiro Cavalcanti

**EXECUÇÃO**

00004 - 001008194981-9

Exeqüente: José Carlos Barbosa Cavalcante

Executado: Construtora Raiar Ltda =&gt; Distribuição por Dependência em 23/09/2008. Valor da Causa: R 49.385,75. Adv - José Carlos Barbosa Cavalcante.

**8A VARACÍVEL**

Juiz(iza): Cesar Henrique Alves

**EXECUÇÃO FISCAL**

00006 - 001007157897-4

Exeqüente: O Estado de Roraima

Executado: Trevisan &amp; Cia Ltda e outros =&gt; Transferência Realizada em 23/09/2008. Valor da Causa: R 42.226,58. Adv - Marcelo Tadano.

**1A VARACRIMINAL**

Juiz(iza): Leonardo Pache de Faria Cupello

**REVOGAÇÃO PRISÃO PREVENT.**

00015 - 001008195415-7

Requerente: Françuele Costa da Silva =&gt; Distribuição por Dependência em 23/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**2A VARACRIMINAL**

Juiz(iza): Jarbas Lacerda de Miranda

**PEDIDO / PROVIDÊNCIA**

00010 - 001008190634-8

Requerente: Alexandre Ramagem Rodrigues - Delegado de Policia =&gt; Distribuição por Sorteio em 23/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**PRISÃO PREVENTIVA**

00011 - 001008195792-9

Autor: Delegado de Policia Federal =&gt; Distribuição por Sorteio em 23/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00012 - 001008195811-7

Requerido: Valdivino Queiroz da Silva =&gt; Distribuição por Sorteio em 23/09/2008. Adv - Ednaldo Gomes Vidal, Alberto Simonetti Cabral.

**RESTITUIÇÃO COISA APREEND**

00013 - 001008195812-5

Autor: Anderlan Chaves Diogenes =&gt; Distribuição por Dependência em 23/09/2008. Adv - Josinaldo Barboza Bezerra.

**SOLICITAÇÃO - CRIMINAL**

00014 - 001008195813-3

Autor: Francilene Lima Souza - Delegada de Policia =&gt; Distribuição por Sorteio em 23/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**3A VARACRIMINAL**

Juiz(iza): Euclides Calil Filho

**EXECUÇÃO PENA OUTRO JUÍZO**

00016 - 001005112681-0

Apenado: Raimundo Daniel da Silva =&gt; Transferência Realizada em 23/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**SOLICITAÇÃO - CRIMINAL**

00017 - 001008195830-7

Réu: Abraão Girão de Araújo =&gt; Distribuição por Sorteio em 23/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**4A VARACRIMINAL**

Juiz(iza): Jésus Rodrigues do Nascimento

**CRIME C/ PESSOA**

00007 - 001005110686-1

Indiciado: L.C.A. e outros =&gt; Nova Distribuição por Sorteio em 23/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**LIBERDADE PROVISÓRIA**

00008 - 001008195431-4

Requerente: Clecio Cardoso Batista =&gt; Distribuição por Dependência em 23/09/2008. Adv - Patrícia Aparecida Alves da Rocha.

**5A VARACRIMINAL**

Juiz(iza): Leonardo Pache de Faria Cupello

**PRISÃO EM FLAGRANTE**

00009 - 001008195414-0

Autuado: Jeferson Silva =&gt; Distribuição por Sorteio em 23/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

---

**PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS**

---

**2A VARACÍVEL****Expediente de 23/09/2008****JUIZ(A) TITULAR:****Elaine Cristina Bianchi****PROMOTOR(A):****Luiz Antonio Araújo de Souza****ESCRIVÃO(A):****Cláudia Luiza Pereira Nattrodt****Frederico Bastos Linhares****EMBARGOS DEVEDOR**

00019 - 001007166462-6

Embargante: O Estado de Roraima

Embargado: Antonio Oneildo Ferreira =&gt; DESPACHO: I. Diante da desnecessidade de produção de prova em audiência, anuncio o julgamento antecipado da lide

II. Int. Boa Vista-RR, 17/09/2008. (a) Elaine Cristina Bianchi, juíza de Direito. Adv - Mivanildo da Silva Matos, Antônio Oneildo Ferreira, Ronald Rossi Ferreira, Arthur Gustavo dos Santos Carvalho.

**EXECUÇÃO FISCAL**

00020 - 001001003163-0

Exeqüente: O Estado de Roraima

Executado: Giuliano de Almeida Barbosa e outros =&gt; DESPACHO:

I. A medida preceituada pelo artigo 185-A do CTN é recurso derradeiro a ser utilizado somente quando esgotados todos os meios necessários à localização de bens do Executado passíveis de penhora. Não é o que se verifica nos presentes autos

II. Diante do exposto, indefiro o pedido de indisponibilidade dos bens

III. Int. Boa Vista-RR, 17/09/2008. (a) Elaine Cristina Bianchi, Juíza de Direito. Adv - Daniella Torres de Melo Bezerra.

00021 - 001001003264-6

Exequente: O Estado de Roraima

Executado: Nivaldo Lima Guimarães => DESPACHO: I. A medida preceituada pelo artigo 185-A do CTN é recurso derradeiro a ser utilizado somente quando esgotados todos os meios necessários à localização de bens do Executado passíveis de penhora. Não é o que se verifica nos presentes autos

II. Diante do exposto, indefiro o pedido de indisponibilidade dos bens

III. Int. Boa Vista-RR, 17/09/2008. (a) Elaine Cristina Bianchi, Juíza de Direito. Adv - Daniella Torres de Melo Bezerra.

00022 - 001001003653-0

Exequente: O Estado de Roraima

Executado: José de Souza Adão => DESPACHO: I. A medida preceituada pelo artigo 185-A do CTN é recurso derradeiro a ser utilizado somente quando esgotados todos os meios necessários à localização de bens do Executado passíveis de penhora. Não é o que se verifica nos presentes autos

II. Diante do exposto, indefiro o pedido de indisponibilidade dos bens

III. Int. Boa Vista-RR, 17/09/2008. (a) Elaine Cristina Bianchi, Juíza de Direito. Adv - Alexandre Machado de Oliveira, Daniella Torres de Melo Bezerra.

00023 - 001001003792-6

Exequente: O Estado de Roraima

Executado: Ba Lira e outros => DESPACHO: I. Tendo em vista que a parte foi citada por edital, nomeio como Curador Especial o representante da Defensoria Pública que atua junto a esta Vara

II. Expeça-se Termo de Compromisso

III. Após, vistas à DPE para, em querendo, manifestar-se nos autos

IV. Int. Boa Vista-RR, 17/09/2008. (a) Elaine Cristina Bianchi, Juíza de Direito. Adv - Daniella Torres de Melo Bezerra.

00024 - 001001019670-6

Exequente: O Estado de Roraima

Executado: Disvital Distribuidora Boa Vista Ltda e outros => DESPACHO: I. Tendo em vista que a parte foi citada por edital, nomeio como Curador Especial o representante da Defensoria Pública que atua junto a esta Vara

II. Expeça-se Termo de Compromisso

III. Após, vistas à DPE para, em querendo, manifestar-se nos autos

IV. Int. Boa Vista-RR, 17/09/2008. (a) Elaine Cristina Bianchi, Juíza de Direito. Adv - Daniella Torres de Melo Bezerra.

00025 - 001004087820-8

Exequente: O Estado de Roraima

Executado: Sebastião Correia da Silva e outros => DESPACHO: I. Estando presentes os requisitos legais, defiro o bloqueio solicitado

II. Efetivado o bloqueio, caso haja bens constritos, encaminhem-se os autos a DPE para, em querendo, oferecer embargos

III. Sendo insuficiente ou negativa a resposta, diga o Exequente

IV. O espelho do bloqueio do Sistema BACENJUD valerá como Termo de Penhora, em virtude do princípio da instrumentalidade das formas

V. Int. Boa Vista-RR, 17/09/2008. (a) Elaine Cristina Bianchi, Juíza de Direito. Adv - Daniella Torres de Melo Bezerra.

00026 - 001005107024-0

Exequente: O Estado de Roraima

Executado: C Belisio Medeiros e outros => DESPACHO: I. Indefiro a citação dos co-responsáveis, pois não se verifica uma das hipóteses de responsabilidade tributária do sócio da empresa executada

II. Expeça-se mandado de citação, penhora e avaliação, quanto à pessoa jurídica

III. Int. Boa Vista-RR, 17/09/2008. (a) Elaine Cristina Bianchi, Juíza de Direito. Adv - Daniella Torres de Melo Bezerra.

00027 - 001005117459-6

Exequente: O Estado de Roraima

Executado: Supermercado Pedra Pintada e outros => DESPACHO:

I. Tendo em vista que a parte foi citada por edital, nomeio como Curador Especial o representante da Defensoria Pública que atua junto a esta Vara

II. Expeça-se Termo de Compromisso

III. Após, vistas à DPE para, em querendo, manifestar-se nos autos

IV. Int. Boa Vista-RR, 17/09/2008. (a) Elaine Cristina Bianchi, Juíza de Direito. Adv - Daniella Torres de Melo Bezerra.

00028 - 001005121912-8

Exequente: O Estado de Roraima

Executado: Mana Industria de Bebidas Ltda e outros =>

DESPACHO: I. Estando presentes os requisitos legais, defiro o bloqueio solicitado

II. Efetivado o bloqueio, intime-se o executado para, em querendo, oferecer embargos

III. Sendo insuficiente o saldo ou negativa a resposta, diga o Exequente

IV. O espelho do bloqueio do Sistema BACENJUD valerá como Termo de Penhora, em virtude do princípio da instrumentalidade das formas

V. Int. Boa Vista-RR, 17/09/2008. (a) Elaine Cristina Bianchi, Juíza de Direito. Adv - Daniella Torres de Melo Bezerra.

#### INDENIZAÇÃO

00029 - 001007160333-5

Autor: Gilda Maria Estrella Barbara Hupsel

Réu: O Estado de Roraima => DESPACHO: I. Tendo em vista que as partes não requereram a produção de prova em audiência designada

II. Dessa forma, anuncio o julgamento antecipado da lide

III. Int. Boa Vista, 22/09/2008. (a) Elaine Cristina Bianchi-Juíza de Direito. Adv - Marcos Antônio C de Souza, Mivanildo da Silva Matos.

00030 - 001007173232-4

Autor: Arly Sobrinho Azevedo

Réu: O Estado de Roraima => DESPACHO: Antes de decidir sobre a oitiva da testemunha referida em audiência, determino ao Cartório que investigue sobre a existência de processo criminal que tenha como parte a autora. Em caso positivo, oficie-se à Vara Criminal respectiva requisitando-se cópia integral dos autos. Int. Boa Vista, 22 de setembro de 2008. (a) Elaine Cristina Bianchi-Juíza de Direito. Adv - Marcos Antônio C de Souza, Mivanildo da Silva Matos.

#### ORDINÁRIA

00031 - 001007160210-5

Requerente: Maria Selma Cavalcante de Sousa

Requerido: O Estado de Roraima => FINAL DE

SENTENÇA:..Diante do exposto, resolvo o mérito do presente feito, nos termos do inciso I do art. 269 do CPC, para julgar parcialmente procedente o pedido autoral, condenando o Estado de Roraima ao pagamento da diferença salarial devida ao Requerente, referente à revisão geral anual de 5% dos anos de 2003, que deverá incidir sobre os vencimentos percebidos a partir da respectiva posse, nos termos da fundamentação acima esposada, incidindo seus reflexos, inclusive, em todas as gratificações, adicionais, décimo-terceiro salário, férias e abonos de 1/3 sobre o valor das remunerações de férias, valores estes a serem calculados em liquidação de sentença e implantados em folha de pagamento. Despesas processuais devidas por ambas as partes, em razão da sucumbência recíproca (art.21, do CPC), admitindo-se a compensação. Sendo a Requerente beneficiária da Justiça Gratuita, as despesas devem ser recolhidas somente diante da configuração da hipótese elencada no art. 12 da Lei nº 1.060/50. Fixo os honorários advocatícios em R \$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), nos termos do art. 20, § 4º, do CPC c/c o § 3º, letras a, b e c, do mesmo artigo. Porém, em face da sucumbência recíproca, a verba honorária é devida à razão de metade para cada um dos litigantes, admitida a compensação (art. 21, do CPC). Transcorrido, in albis, o prazo para recurso voluntário das partes, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, com nossas homenagens, para reexame necessário. P.R.I. Boa Vista-RR, 05 de setembro de 2008. (a) Elaine Cristina Bianchi-Juíza de Direito. Adv - Jucelaine Cerbatto Schmitt Prym, Isabel Cristina Marx Kotelinski.

00032 - 001007161510-7

Requerente: Diva Albino de Souza

Requerido: O Estado de Roraima => FINAL DE SENTENÇA:

Diante do exposto, resolvo o mérito do presente feito, nos termos do inciso I do art. 269 do CPC, para julgar parcialmente procedente o pedido autoral, condenando o Estado de Roraima ao pagamento do referido índice, qual seja, 5% (cinco por cento) sobre a remuneração da Requerente, referente ao ano de 2003, incidindo sobre seus reflexos, inclusive, em todas as gratificações, adicionais, décimo-terceiro salário, férias e abonos de 1/3 sobre o valor das remunerações de férias, valores estes a serem calculados em liquidação de sentença e implantados em folha de pagamento. Despesas processuais devidas por ambas as partes, em razão da

sucumbência recíproca (art. 21, do CPC), admitindo-se a compensação. Sendo a Requerente beneficiária da Justiça Gratuita, as despesas devem ser recolhidas somente diante da configuração da hipótese elencada no art. 12 da Lei nº 1.060/50. O réu, entretanto, está isento do pagamento de custas e emolumentos, em razão das suas naturezas tributárias. Fixo os honorários advocatícios em R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), nos termos do art. 20, § 4º, do CPC c/c o § 3º, letras a, b e c, do mesmo artigo. Porém, em face da sucumbência recíproca, a verba honorária é devida à razão de metade para cada um dos litigantes, admitida a compensação (art. 21, do CPC). Transcorrido, in albis, o prazo para recurso voluntário das partes, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, com nossas homenagens, para reexame necessário. P.R.I. Boa Vista-RR, 05 de setembro de 2008. (a) Elaine Cristina Bianchi-Juíza de Direito Adv - Mivanildo da Silva Matos, Jucelaine Cerbatto Schmitt Prym, Isabel Cristina Marx Kotelinski.

00033 - 001007164776-1

Requerente: Lêda Pinto da Silva

Requerido: O Estado de Roraima => FINAL DE SENTENÇA:

Diante do exposto, resolvo o mérito do presente feito, nos termos do inciso I do art. 269 do CPC, para julgar parcialmente procedente o pedido autoral, condenando o Estado de Roraima ao pagamento do referido índice, qual seja, 5% (cinco por cento) sobre a remuneração da Requerente, referente ao ano de 2003, incidindo sobre seus reflexos, inclusive, em todas as gratificações, adicionais, décimo-terceiro salário, férias e abonos de 1/3 sobre o valor das remunerações de férias, valores estes a serem calculados em liquidação de sentença e implantados em folha de pagamento. Despesas processuais devidas por ambas as partes, em razão da sucumbência recíproca (art. 21, do CPC), admitindo-se a compensação. Sendo a Requerente beneficiária da Justiça Gratuita, as despesas devem ser recolhidas somente diante da configuração da hipótese elencada no art. 12 da Lei nº 1.060/50. O réu, entretanto, está isento do pagamento de custas e emolumentos, em razão das suas naturezas tributárias. Fixo os honorários advocatícios em R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), nos termos do art. 20, § 4º, do CPC c/c o § 3º, letras a, b e c, do mesmo artigo. Porém, em face da sucumbência recíproca, a verba honorária é devida à razão de metade para cada um dos litigantes, admitida a compensação (art. 21, do CPC). Transcorrido, in albis, o prazo para recurso voluntário das partes, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, com nossas homenagens, para reexame necessário. P.R.I. Boa Vista-RR, 05 de setembro de 2008. (a) Elaine Cristina Bianchi-Juíza de Direito Adv - Mivanildo da Silva Matos, Jucelaine Cerbatto Schmitt Prym, Isabel Cristina Marx Kotelinski.

00034 - 001007168918-5

Requerente: Município de Boa Vista

Requerido: Francisco Barros Magalhães => DESPACHO: I. Tendo em vista que a diligência requerida já foi realizada à fl. 51, indefiro o pedido de fl. 57

II. Manifeste-se o Requerente

III. Int. Boa Vista-RR, 17/09/2008. (a) Elaine Cristina Bianchi, Juíza de Direito. Adv - Marco Antônio Salvato Fernandes Neves.

#### 4AVARACÍVEL

**Expediente de 23/09/2008**

**JUIZ(A) TITULAR:**

**Cristovão José Suter Correia da Silva**

**JUIZ(A) SUBSTITUTO C/SORTEIO:**

**Délcio Dias Feu**

**PROMOTOR(A):**

**Zedequias de Oliveira Junior**

**ESCRIVÃO(Ã):**

**Andrea Ribeiro do Amaral Noronha**

#### ACÇÃO DE COBRANÇA

00035 - 001006146785-7

Autor: Boa Vista Energia S/A

Réu: Roraima Bioagroflorestal => ATO ORDINATÓRIO: Ao autor: certidão fl. 96. (Port.02/99). Boa Vista, 22/09/2008. Adv - Alexandre Cesar Dantas Socorro, Allan Kerdec Lopes Mendonça Filho, Allan Kerdec Lopes Mendonça Filho, Camila Araújo Guerra.

BUSCA/APREENSÃO DEC.911

00036 - 001007171375-3

Autor: Banco Finasa S/A

Réu: Sidnei Castro Miranda => ATO ORDINATÓRIO: Ao autor: resposta ao ofício, fls. 39. (Port.02/99). Boa Vista, 22/09/2008. Adv - Gisele Sampaio Fernandes.

#### EXECUÇÃO DE HONORÁRIOS

00037 - 001002041460-2

Exequente: Rodolpho César Maia de Moraes

Executado: Angelo Celomar Pires Cerveira => FINAL DE

DECISÃO: (...) III - Posto isto, rejeito a presente impugnação. IV - Admissível a penhora sobre parte do salário (margem consignável) V - Promova-se a liberação do equivalente à percentagem de 70% dos proventos e a expedição de alvará de levantamento da quantia restante ao exequente (fls. 232/233)

VI - Após, atualize-se o débito, voltando-me conclusos. Boa Vista, 16/09/2008 - Cristóvão Suter - Juiz de Direito Adv - Rodolpho César Maia de Moraes, Agenor Veloso Borges.

00038 - 001005124267-4

Exequente: Karina Lígia de Menezes Batista

Executado: Maria Joelma Pereira de Oliveira => DESPACHO:

Intime-se o devedor (mandado), a fim de que em 15 dias promova o pagamento da dívida, sob pena da incidência de multa de 10% sobre o valor do débito (CPC, art. 475-j). Boa Vista, 16/09/2008 - Cristóvão Suter - Juiz de Direito Adv - Luiz Travassos Duarte Neto.

#### EXECUÇÃO DE SENTENÇA

00039 - 001006146875-6

Exequente: Boa Vista Energia S/A

Executado: G Queiroz de Lucena Me => DESPACHO: I - Promova-se a atualização do débito, aplicando-se a multa de 10% pelo não cumprimento voluntário da obrigação

II - Após, conclusos. Boa Vista, 10/09/2008 - Cristóvão Suter - Juiz de Direito Adv - Alexandre Cesar Dantas Socorro, Allan Kerdec Lopes Mendonça Filho, Camila Araújo Guerra.

#### INDENIZAÇÃO

00040 - 001001005154-7

Autor: Luciano de Souza Castro

Réu: Empresa Roraimense de Comunicação Ltda => DESPACHO: I - O pedido de fls. 155/156 pode ser alcançado pela própria parte II - Indique o autor a sua pretensão. Boa Vista, 10/09/2008 - Cristóvão Suter - Juiz de Direito Adv - Emerson Luis Delgado Gomes, Antônio Evaldo Marques de Oliveira, Maria Eliane Marques de Oliveira, Camila Arza Garcia, Camila Arza Garcia.

00041 - 001006142129-2

Autor: Bomfim Raimundo do Nascimento e outros

Réu: Severino Duarte da Silva => ATO ORDINATÓRIO: Ao autor: apresentar Réplica, no prazo legal. (Port.02/99). Boa Vista, 22/09/2008. Adv - Gerson da Costa Moreno Júnior, Mamede Abrão Netto, Roberto Guedes Amorim, Roberto Guedes de Amorim Filho.

00042 - 001006147338-4

Autor: Lira e Cia Ltda

Réu: Sociedade Fogas Ltda => FINAL DE SENTENÇA: (...) III - Posto isto, ao tempo em que torno definitivo os efeitos da tutela antecipada, na forma do art. 269, I, do CPC, julgo procedente o pedido, condenando a requerida ao pagamento de 10.000,00 (dez mil reais) a título de indenização por danos morais, com incidência de juros moratórios a partir do evento danoso, devidamente corrigidos na forma da lei, mais custas, despesas processuais e honorários advocatícios de 10% sobre o valor da condenação. P.R.I. Boa Vista, 17/09/2008 - Cristóvão Suter - Juiz de Direito Adv - Rárisson Tataira da Silva, Rodolpho César Maia de Moraes.

00043 - 001008180843-7

Autor: Tarsis Cruz de Almeida

Réu: Consórcio Nacional Gm Ltda e outros => ATO

ORDINATÓRIO: Ao autor: apresentar Réplica, no prazo legal. (Port. 02/99). Boa Vista, 22/09/2008 Adv - Samuel Moraes da Silva, Rodolpho César Maia de Moraes, Rárisson Tataira da Silva.

#### ORDINÁRIA

00044 - 001004096736-5

Requerente: Maria Livoni Bezerra de Oliveira de Olivares

Requerido: Alderico Matos Moura => FINAL DE SENTENÇA:

(...) III - Posto isto, na forma do art. 269, I, do Código de Processo Civil, julgo improcedente o pedido, condenando a autora ao

pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios de 10%. P.R.I. Boa Vista, 16/09/2008 - Cristóvão Suter - Juiz de Direito Adv - José Fábio Martins da Silva, Jaeder Natal Ribeiro.

#### REINTEG. POSSE DE VEÍCULO

00045 - 001008185360-7

Requerente: Banco Itaúcard S/A

Requerido: Cleonice de Melo Leão => DESPACHO: I-

Regularmente citada, permaneceu inerte a requerida, razão pela qual decreto-lhe a revelia

II - Caso de julgamento antecipado da lide

III - Decorrido o prazo recursal, conclusos para sentença. Boa Vista, 10/09/2008 - Cristóvão Suter - Juiz de Direito Adv - Paulo Luis de Moura Holanda.

#### REPETIÇÃO INDÉBITO

00046 - 001007173410-6

Autor: Auto Sport Comércio e Representação Ltda-me

Réu: Fn Distribuidora de Peças Automotivas Ltda => DESPACHO:

I - Promova-se o desentranhamento de todas as peças relativas à impugnação à gratuidade da justiça e exceção de incompetência, atuando-as em apenso, comunicando-se o distribuidor

II - Após, conclusos. Boa Vista, 16/09/2008 - Cristóvão Suter - Juiz de Direito Adv - Mamede Abrão Netto, Dagoberto Silvério da Silva, Rodrigo de Abreu Gonzales.

#### SAVARACÍVEL

Expediente de 23/09/2008

#### JUIZ(A) TITULAR:

**Mozarildo Monteiro Cavalcanti**

#### PROMOTOR(A):

**Jeanne Christhine Fonseca Sampaio**

**Zedequias de Oliveira Junior**

#### ESCRIVÃO(A):

**Tyenne Messias de Aquino**

#### COMINATÓRIA

00047 - 001007161846-5

Requerente: Luis Barbosa Alves e outros

Requerido: Merceus do Brasil Agropecuária Ltda => Sentença: (...)

Face ao exposto, julgo os pedidos da parte autora improcedentes.

Condeno a autora ao pagamento das custas finais e de honorários advocatícios fixados por equidade em R 2.000,00 (dois mil reais).

Após o trânsito em julgado e o pagamento das custas ou a

comunicação do não pagamento ao setor competente do TJRR,

arquite-se. O prazo para o pagamento voluntário, de 15 dias,

contará a partir do trânsito em julgado, independentemente de

intimação (STJ, Resp 954859). P.R.I. Boa Vista, 22/09/2008.

Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Michael

Ruiz Quara, Almir Rocha de Castro Júnior, Bernardino Dias de S. C.

Neto, Francisco Alves Noronha, Josinaldo Barboza Bezerra.

#### COMINATÓRIA OBRIG. FAZER

00048 - 001007171243-3

Requerente: Zelito Souza de Almeida

Requerido: Telemar S/A => Sentença: (...) Face ao exposto, julgo o

processo extinto sem resolução de mérito, com fundamento no artigo

267, inciso VI, do Código de Processo Civil. Condeno o autor ao

pagamento das custas processuais e de honorários advocatícios

fixados por equidade em R 1.000,00 (um mil reais), devendo-se

observar que, por força do disposto nos artigos 11-§2º e 12 da Lei

nº. 1.060/50, tal obrigação fica suspensa pelo prazo de cinco anos.

Após o trânsito em julgado e o pagamento das custas ou a

comunicação do não pagamento ao setor competente do TJRR,

arquite-se. P.R.I. Boa Vista, 08/09/2008. Mozarildo Monteiro

Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - José Gervásio da Cunha,

Winston Regis Valois Júnior, Viviane Noal dos Santos Esteves,

Viviane Bueno da Silva.

#### DECLARATÓRIA

00049 - 001007166366-9

Autor: Adriana Melo Brasil da Silva

Réu: Milenium Motos e outros => Sentença: (...) Face ao exposto,

julgo improcedente o pedido da autora e revogo a antecipação dos

efeitos da tutela. Condeno a autora ao pagamento das custas

processuais e de honorários advocatícios fixados por equidade em R 1.000,00 (um mil reais), devendo-se observar que, por força do disposto nos artigos 11-§2º e 12 da Lei nº. 1.060/50, tal obrigação fica suspensa pelo prazo de cinco anos. Após o trânsito em julgado e o pagamento das custas ou a comunicação do não pagamento ao setor competente do TJRR, archive-se. O prazo para o pagamento voluntário, de 15 dias, contará a partir do trânsito em julgado, independentemente de intimação (STJ, Resp 954859). P.R.I. Boa Vista, 22/09/2008. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Sivrino Pauli, Hindenburgo Alves de O. Filho, Clodoci Ferreira do Amaral.

#### EXECUÇÃO DE SENTENÇA

00050 - 001004091488-8

Exeqüente: Mauricio Rocha do Amaral

Executado: Márcio Parente Fagundes => Decisão: (...) Nesta causa,

a dívida decorre de relação comercial, sem natureza alimentar. Por

isso, indefiro o pedido de fls. 90/95. Boa Vista, 22/09/2008.

Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Clodoci

Ferreira do Amaral.

#### IMISSÃO NA POSSE

00051 - 001008182149-7

Requerente: Marlene Maria Ribeiro Alves

Requerido: Carana Construções e Empreendimentos Imobiliários

Ltda => Sentença: (...) Face ao exposto, julgo procedente o pedido

para determinar a imissão de posse da autora no imóvel descrito na

petição inicial. Condeno a parte ré ao pagamento das custas

processuais e dos honorários advocatícios fixados por equidade em

R 1.000,00 (mil reais). Após o trânsito em julgado e o pagamento

das custas ou a comunicação do não pagamento ao setor competente

do TJRR, archive-se. O prazo para o pagamento voluntário, de 15

dias, contará a partir do trânsito em julgado, independentemente de

intimação (STJ, Resp 954859). Expeça-se mandado de imissão de

posse. P.R.I. Boa Vista, 22/09/2008. Mozarildo Monteiro

Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Silas Cabral de Araújo Franco.

#### INDENIZAÇÃO

00052 - 001001006528-1

Autor: Romero Jucá Filho

Réu: Empresa Roraimense de Comunicação Ltda => Sentença: (...)

Face ao exposto, julgo o processo extinto com resolução de mérito

para reconhecer a existência de prescrição da pretensão executória.

Boa Vista, 01/09/2008. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de

Direito. Adv - Elenauro Batista dos Santos, Geralda Cardoso de

Assunção, Emerson Luis Delgado Gomes, Geralda Cardoso de

Assunção, Camila Arza Garcia.

00053 - 001002038469-8

Autor: Romero Jucá Filho

Réu: Empresa Roraimense de Comunicação Ltda => Sentença: (...)

Face ao exposto, julgo o processo extinto com resolução de mérito

para reconhecer a existência de prescrição da pretensão executória.

Boa Vista, 01/09/2008. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de

Direito. Adv - Geralda Cardoso de Assunção, Emerson Luis

Delgado Gomes.

00054 - 001002038473-0

Autor: Romero Jucá Filho

Réu: Empresa Roraimense de Comunicação Ltda => Sentença: (...)

Face ao exposto, julgo o processo extinto com resolução de mérito

para reconhecer a existência de prescrição da pretensão executória.

Boa Vista, 01/09/2008. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de

Direito. Adv - Emerson Luis Delgado Gomes, Geralda Cardoso de

Assunção.

00055 - 001008183198-3

Autor: Rozani Elizabet Menezes Araujo de Sousa

Réu: Norte Brasil Telecom S/A => Decisão: (...) Por estas razões,

defiro o pedido de concessão da antecipação parcial dos efeitos da

tutela para determinar que a ré se abstenha de suspender os serviços

prestados e que não inclua o nome da autora nos órgãos de proteção

ao crédito até a decisão da causa. Caso já tenha efetuada a restrição

do nome da autora, determino a sua retirada. Fixo multa diária no

valor de R 1.000,00 (mil reais) para o caso de descumprimento desta

decisão. Trata-se de relação de consumo e está presente o requisito da hipossuficiência do consumidor. Por isso, inverte o ônus da prova na forma do art. 6º, VIII do CDC. Especifiquem as provas que pretendem produzir, indicando se pretendem participar da tentativa de conciliação (Código de Processo Civil, art. 331 - §3º). Em caso positivo, designe-se audiência preliminar. Caso as partes não se manifestem quanto à possibilidade de conciliação, proceda-se à conclusão dos autos para os fins do disposto no art. 331 - §2º do Código de Processo Civil. Boa Vista, 22/09/2008. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Hindenburgo Alves de O. Filho, Helaine Maise de Moraes França.

**ORDINÁRIA**

00056 - 001006142132-6

Requerente: Boa Vista Energia S/A

Requerido: Jaber Peixoto da Silva => Sentença: (...) Face ao exposto, julgo o pedido procedente para condenar a parte ré ao pagamento de R 2.932,41 (dois mil, novecentos e trinta e dois reais e quarenta e um centavos), com juros a partir da citação e correção monetária desde quando devida cada fatura. Condeno ainda a parte ré ao pagamento das custas finais e de honorários advocatícios arbitrados em 10% do valor da condenação. Após o trânsito em julgado e o pagamento das custas ou a comunicação do não pagamento ao setor competente do TJRR, archive-se. O prazo para o pagamento voluntário, de 15 dias, contará a partir do trânsito em julgado, independentemente de intimação (STJ, Resp 954859). P.R.I. Boa Vista, 22/09/2008. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Alexandre Cesar Dantas Socorro, Henrique Edurado Ferreira Figueredo.

00057 - 001007152682-5

Requerente: F A Barros Me

Requerido: Luca Com. e Representação de Peças para Tratores Ltda => Sentença: (...) Face ao exposto, julgo o pedido procedente, confirmando a antecipação dos efeitos da tutela, para condenar a parte ré ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R 5.000,01 (cinco mil reais e um centavo), com juros e correção monetária a partir da sentença. Condeno ainda a ré ao pagamento das custas finais e de honorários advocatícios arbitrados em 20% do valor da condenação. Após o trânsito em julgado e o pagamento das custas ou a comunicação do não pagamento ao setor competente do TJRR, archive-se. O prazo para o pagamento voluntário, de 15 dias, contará a partir do trânsito em julgado, independentemente de intimação (STJ, Resp 954859). P.R.I. Boa Vista, 22/09/2008. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Valter Mariano de Moura, Ricardo Fernandes de Paula, Fabiano Fernandes Paula, José Fábio Martins da Silva, Débora Mara de Almeida.

00058 - 001008194650-0

Requerente: Ana Cristina Lima Alves e outros

Requerido: O Estado de Roraima => Despacho: Remetam-se os autos para uma das Varas de Fazenda Pública. Efetuar as diligências necessárias. Boa Vista, 19/08/2008. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Geraldo João da Silva.

**6AVARACÍVEL****Expediente de 23/09/2008**

**JUIZ(A) TITULAR:**  
**Alcir Gursen de Miranda**  
**JUIZ(A) SUBSTITUTO C/SORTEIO:**  
**Ângelo Augusto Graça Mendes**  
**PROMOTOR(A):**  
**Zedequias de Oliveira Junior**

**REINTEG. POSSE DE VEÍCULO**

00059 - 001006135292-7

Requerente: Cia Irauleasing de Arrendamento Mercantil  
Requerido: Maria Gabriela de França Pinho Freitas => Cumpra-se o cartório com parte final da decisão de fls. 60/61. Diligências necessárias. Comarca de Boa Vista, 23 de setembro de 2008. Gursen De Miranda - Juiz de Direito Adv - Elaine Bonfim de Oliveira, Alexander Sena de Oliveira.

**1AVARACRIMINAL****Expediente de 23/09/2008**

**JUIZ(A) TITULAR:**  
**Lana Leitão Martins**  
**PROMOTOR(A):**  
**Ademir Teles Menezes**  
**Carlos Paixão de Oliveira**  
**ESCRIVÃO(A):**  
**Shyrley Ferraz Meira**

**CRIME C/ PESSOA - JÚRI**

00060 - 001001010895-8

Réu: Manoel Rodrigues da Costa => À defesa para alegações finais no prazo de cinco dias. Adv - Roberto Guedes Amorim.

00061 - 001004096055-0

Réu: Alphonso Thomaz Brashe Filho e outros => Audiência de para oitiva de Testemunha de Acusação prevista para o dia 02/10/2008 às 08:00 horas. Adv - Moacir José Bezerra Mota, Marlene Moreira Elias.

00062 - 001006133223-4

Réu: Francisco das Chagas Braga de Oliveira => À defesa para apresentação de alegações no prazo de cinco dias. Adv - José Fábio Martins da Silva.

**RELAXAMENTO DE PRISÃO**

00063 - 001008195759-8

Requerente: Dienes Guilherme Teixeira => Final da decisão: “Assim, concedo o pedido de revogação da prisão preventiva de DIENES GUILHERME TEIXEIRA, mediante termo de comparecimento a todos os atos processuais, com as seguintes restrições: proibição de qualquer aproximação com a vítima ou os familiares da mesma de permanecer na rua após às 22h exceto se estiver trabalhando não se envolver no cometimento de qualquer crime, mesmo que de menor potencial ofensivo proibição de ingerir bebida alcoólica e frequentar bares ou locais de prostituição e de ausentar-se da cidade de Boa Vista por prazo superior a cinco dias sem prévia e expressa autorização deste Juízo. É, principalmente, qualquer mudança de endereço deverá ser imediatamente informada ao Cartório da 1A Vara Criminal, sob pena de revogação do benefício. Expeça-se o competente alvará de soltura e coloque-se o requerente em liberdade, salvo se por outro motivo não estiver preso. Ciência desta decisão ao MP. P.R. Intimem-se, inclusive a vítima. Boa Vista, 23/09/2008. DECISÃO: Pedido Deferido. Adv - João Felix de Santana Neto.

**2AVARACRIMINAL****Expediente de 23/09/2008**

**JUIZ(A) TITULAR:**  
**Jarbas Lacerda de Miranda**  
**PROMOTOR(A):**  
**Ilaine Aparecida Pagliarini**  
**José Rocha Neto**  
**ESCRIVÃO(A):**  
**Iarly José Holanda de Souza**

**CRIME C/ COSTUMES**

00064 - 001008183117-3

Réu: Jose Fidelis => 1) Designo o dia 03 de outubro de 2008, às 09h00min, para audiência de instrução e julgamento 2) Ficam as testemunhas Manoel Ramos da Luz, Eulina Albuquerque e Onedia Paulino de Lima, devidamente intimados desta audiência

3) Intimem-se as testemunhas arroladas às fls. 04 dos autos e também as testemunhas de fls. 83/84 (somente Lurdes Albuquerque, Benedito Francisco dos Santos, Jamico Manoel Gregório e Valdir Soares)

4) Requisitar o acusado junto ao DESIPE

5) Fica a i. Advogada do acusado, devidamente intimada desta audiência

6) Com relação as certidões do senhor Oficial de Justiça, retornem os autos conclusos para despacho

7) Notifique-se o Ministério Público

8) Cumpra-se. Boa Vista/RR, 23 de setembro de 2008. Jarbas Lacerda de Miranda - MM. Juiz de Direito Titular da 2A Vara Criminal. Adv - Nílter da Silva Pinho, Dolane Patrícia Santos Silva Santana.

00065 - 001008195357-1

Réu: Raimundo Nonato Trindade => DECISÃO: “(...) 7. Assim, com fundamentos no Artigo 396 do Código de Processo Penal (nova redação determinada pela Lei n.º 11.719/2008), determino a(s) citação(ões) do(s) acusado(s) RAIMUNDO NONATO TRINDADE, para oferecer(em) defesa(s) preliminar(es), por escrito, no prazo de 10 (dez) dias

8. A resposta, com fulcro no Artigo 396-A do Código de Processo Penal (nova redação determinada pela Lei n.º 11.719/2008), consistirá em defesas preliminares, de mérito e/ou exceções. Assim, o(s) acusado(s) poderá(ão) arguir preliminares e invocar todas as razões de seu interesse, oferecer documentos e justificações, especificar as provas que pretende produzir e arrolar testemunhas até o máximo 08 (oito), qualificando-as e requerendo sua intimação, quando for necessário

9. Se a resposta não for apresentada no prazo, nos termos preconizados pelo § 2º do Artigo 396-A do Código de Processo Penal (redação determinada pela Lei n.º 11.719/2008), nomeio desde já o(a) ilustre Defensor(a) Público(a) com atribuições nesta Vara Especializada para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias. Posteriormente, havendo condições financeiras do(s) acusado(s) será(ão) fixado(s) honorários do Defensor nomeado, em favor do Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado de Roraima

10. Requisitem-se os antecedentes criminais do(s) acusado(s) junto à Secretaria Estadual de Segurança Pública, Departamento de Polícia Federal (via internet, se possível), Justiça Estadual, Justiça Federal - Seção Judiciária de Roraima (via internet, se possível) e Tribunal Regional Eleitoral. 11. Expedir ofício ao IMOL - Instituto Médico-Odonto-Legal do Estado de Roraima, requisitando o encaminhamento do Laudo de Exame de Corpo de Delito, conforme requisição da Autoridade Policial de fls. 19

12. Cumpra-se COM URGÊNCIA. Boa Vista/RR, 19 de setembro de 2008. Dr. Jarbas Lacerda de Miranda. Juiz Titular da 2A Vara Criminal”. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

#### CRIME DE TÓXICOS

00066 - 001006142001-3

Réu: Valmi Bezerra => Aguarda trânsito em julgado. Prazo de 005 dia(s). Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00067 - 001008190900-3

Réu: Renato Paes de Melo e outros => DESPACHO EM ATA: (INICIO) 1) Homologo a desistência da oitiva das testemunhas das partes. 2) Nos termos do artigo 57 concedo a palavra ao Ministério Público pelo prazo de vinte minutos para sua sustentação oral. Após, ao advogado do acusado Renato pelo prazo de vinte minutos e em seguida a advogada do acusado Lázaro, pelo prazo de vinte minutos para sua sustentação oral. SENTENÇA EM AUDIÊNCIA (FINAL): (...) Diante do exposto, em sintonia com o parecer do Ministério Público e com as sustentações orais dos Defensores, com fundamentos no artigo 386 inciso VI do Código de Processo Penal, JULGO IMPROCEDENTE A DENÚNCIA, para: 1) Em primeiro lugar, absolver o(s) acusado(s) RENATO PAES DE MELO das imputações que lhe foram feitas às fls. 02/04. 2) Em segundo lugar, com relação ao acusado LÁZARO QUINCAS SALDANHA, desclassificar as imputações que lhe foram feitas por ocasião do oferecimento da denúncia para eventual delito previsto no artigo 28 da Lei n.º 11.343/06, com a remessa dos autos ao C aratório Distribuidor para um dos Juizados Especiais Criminais da Capital, após o trânsito em julgado desta decisão. Em vista disso determino a expedição de Alvarás de Soltura, colocando os acusados em liberdade imediatamente se por outro motivo não estiverem presos. Determino a restituição dos bens apreendidos, ficando condicionado a expedição do Mandado com relação ao veículo a comprovação da

propriedade e regularidade fiscal. Expeça-se ofício à Comarca de Pacaraima requisitando a devolução da Carta Precatória, independente de cumprimento. Dou por publicado em audiência, ficam as partes intimadas. Registre-se e Cumpra-se. Boa Vista/RR, 23 de setembro de 2008. Jarbas Lacerda de Miranda - MM. Juiz de Direito Titular da 2A Vara Criminal. Adv - Almir Rocha de Castro Júnior.

00068 - 001008194875-3

Indiciado: A.C.S. e outros => DESPACHO: “ 1. Nos termos do Artigo 55 da Lei Federal n.º 11.343/2006, determino a notificação do(s) acusado(s) ALEX DA CONCEIÇÃO SILVA e CÍCERO CLEMENTINO RIBEIRO JÚNIOR, para oferecer(em) defesa(s) prévia, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. 2. Na resposta, consistente em defesa preliminar e exceções, o(s) acusado(s) poderá(ão) arguir preliminares e invocar todas as razões da defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas que pretende produzir e arrolar testemunhas até o máximo 05 (cinco). 3. Se a resposta não for apresentada no prazo, com fundamento no § 3º do Artigo 55 da Lei Federal n.º 11.343/2006, determino vista à honrada Defensoria Pública para oferecê-la em 10 (dez) dias. 4. Requisitem-se os antecedentes criminais do(s) acusado(s) à Secretaria Estadual de Segurança Pública, Departamento de Polícia Federal (via internet, se possível), Justiça Estadual, Justiça Federal - Seção Judiciária de Roraima (via internet, se possível) e Tribunal Regional Eleitoral. 5. Expedir ofício ao Instituto de Criminalística do Estado de Roraima, requisitando o encaminhamento do Laudo de Exame Definitivo em Substância, conforme requisição da Autoridade Policial de fls. 22. 6. Cumpra-se COM URGÊNCIA. Boa Vista/RR, 19 de setembro de 2008. Dr. Jarbas Lacerda de Miranda. Juiz de Direito Titular da 2A Vara Criminal”. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

#### CRIMES C/ CRIA/ADOL/IDOSO

00069 - 001008190630-6

Réu: Lidiane do Nascimento Foo e outros => FICAM OS ADVOGADOS DE DEFESA INTIMADOS DA JUNTADA DOS MANDADOS DE FLS. 1862/1864 E 1888/1898 BEM COMO PARA O CUMPRIMENTO DO ITEM 03 DO DESPACHO DE FLS. 1871. Adv - Silas Cabral de Araújo Franco, Josué dos Santos Filho, Allan Kerdec Lopes Mendonça Filho, Francisco das Chagas Batista, Alexandre Cesar Dantas Socorro, Ednaldo Gomes Vidal, Elias Augusto de Lima Silva, Rosa Cláudia Silva Queiroz, Mário Junior Tavares da Silva, Clodoci Ferreira do Amaral, Aline Dionisio Castelo Branco, Mauro Silva de Castro, Rogenilton Ferreira Gomes, José Fábio Martins da Silva, Alberto Simonetti Cabral, Alcides da Conceição Lima Filho.

#### LIBERDADE PROVISÓRIA

00070 - 001008195339-9

Requerente: Ângela Maria Oliveira da Silva => DESPACHO: “1. Intime-se a ré ÂNGELA MARIA OLIVEIRA DA SILVA, para, querendo, através de seu advogado constituído, Dr. Elias Augusto de Lima Silva, OAB/RR n.º. 497, juntar os antecedentes criminais da Secretaria Estadual de Segurança Pública, Departamento de Polícia Federal (via internet, se possível), e Tribunal Regional Eleitoral, no prazo de 10 (dez) dias, via Diário do Poder Judiciário - DPJ 2. Após o transcurso do prazo, com ou sem manifestação, retornem os autos conclusos 3. Cumpra-se COM URGÊNCIA Boa Vista-RR, 19 de setembro de 2008. Dr. Jarbas Lacerda de Miranda. Juiz de Direito Titular da 2A Vara Criminal”. Adv - Elias Augusto de Lima Silva.

00071 - 001008195781-2

Requerente: Jose Fidelis => DESPACHO: “1. Intime-se o réu JOSÉ FIDELIS, para, querendo, através de sua advogada constituída, Dra. Dolane Patrícia, OAB/RR n.º. 493, juntar os antecedentes criminais da Secretaria Estadual de Segurança Pública, Departamento de Polícia Federal (via internet, se possível), Justiça Estadual, Justiça Federal - Seção Judiciária de Roraima (via internet, se possível) e Tribunal Regional Eleitoral, ível), via Diário do Poder Judiciário - DPJ, no prazo de 10 (dez) dias 2. Após o transcurso do prazo, com ou sem manifestação, retornem os autos conclusos 3. Cumpra-se COM URGÊNCIA Boa Vista-RR, 19 de setembro de 2008. Dr. Jarbas Lacerda de Miranda. Juiz de Direito Titular da 2A Vara Criminal”. Adv - Dolane Patrícia Santos Silva Santana.

## PRISÃO EM FLAGRANTE

00072 - 001008195367-0

Autuado: Ronaldo Pereira de Almeida => DECISÃO: “(...) 6. Em vista disso, a prisão foi efetuada legalmente e nos termos do inciso I do artigo 302 do Código de Processo Penal

7. Por fim, “a priori” não existem vícios formais ou materiais que venham a macular a peça, razão pela qual HOMOLOGO O AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO e mantenho a(s) prisão(ões) do(s) flagranteado(s): RONALDO PEREIRA DE ALMEIDA

8. Dar ciência ao ilustre membro da Defensoria Pública (Artigo 306, § 1º do Código de Processo Penal, com redação determinada pela Lei Federal nº 11.449/2007)

9. Aguardar em cartório o encaminhamento dos autos principais, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsto no artigo 51 da Lei Federal nº 11.343/2007

10. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Boa Vista-RR, 19 de setembro de 2008. Dr. Jarbas Lacerda de Miranda - Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Criminal.” Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

## SOLICITAÇÃO - CRIMINAL

00073 - 001008195571-7

Réu: José Kleber Rodrigues da Silva => DECISÃO: “(...) 16. Desta forma, em face ao exposto, com fundamento no artigo 22, inciso III, alíneas “a” e “c”, da Lei Federal nº 11.340 de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), DEFIRO A(S) SEGUINTE(S) MEDIDA(S) PROTETIVA(S): a) Proibição do requerido/agressor de aproximação da ofendida, de seus familiares e testemunhas, num raio de 500 (quinhentos) metros, bem como de contato com os mesmos por qualquer meio de comunicação

b) Proibição de freqüentação do requerido/agressor à determinados lugares, quer seja, a cercania da residência da ofendida, bem como o local de trabalho, escola ou igreja, com a finalidade de preservar a integridade física e/ou psicológica da vítima

17. Para o cumprimento das medidas protetivas acima enumeradas, em especial a de afastamento do lar, DETERMINO a expedição de mandado judicial, em desfavor do requerido/agressor, devendo constar a possibilidade do Sr(a). Oficial(a) de Justiça requisitar auxílio de força policial independentemente de nova decisão de cisão deste Juízo, primeiramente, à Delegacia de Defesa e Proteção à Mulher ou, em segundo lugar, junto à Polícia Militar. 18. Providências de praxe. 19. Intimem-se o requerido/agressor, bem como a ofendida dando-lhes ciência desta decisão. 20. Dar ciência ao(à) representante do Ministério Público. 21. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Boa Vista-RR, 22 de setembro de 2008. Dr. Jarbas Lacerda de Miranda - Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Criminal da Capital.” Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00074 - 001008195744-0

Réu: Antonio Senatiel Pereira Lopes => DECISÃO: “(...) 17. Desta forma, em face ao exposto, com fundamento no artigo 22, inciso III, alíneas “a” e “c”, da Lei Federal nº 11.340 de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), DEFIRO A(S) SEGUINTE(S) MEDIDA(S) PROTETIVA(S): a) Proibição do requerido/agressor de aproximação da ofendida, de seus familiares e testemunhas, num raio de 500 (quinhentos) metros, bem como de contato com os mesmos por qualquer meio de comunicação

b) Proibição de freqüentação do requerido/agressor à determinados lugares, quer seja, a cercania da residência da ofendida, bem como o local de trabalho, escola ou igreja, com a finalidade de preservar a integridade física e/ou psicológica da vítima

18. Para o cumprimento das medidas protetivas acima enumeradas, em especial a de afastamento do lar, DETERMINO a expedição de mandado judicial, em desfavor do requerido/agressor, devendo constar a possibilidade do Sr(a). Oficial(a) de Justiça requisitar auxílio de força policial independentemente de nova decisão de cisão deste Juízo, primeiramente, à Delegacia de Defesa e Proteção à Mulher ou, em segundo lugar, junto à Polícia Militar. 19. Providências de praxe. 20. Intimem-se o requerido/agressor, bem como a ofendida dando-lhes ciência desta decisão. 21. Dar ciência ao(à) representante do Ministério Público. 22. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Boa Vista-RR, 22 de setembro de 2008. Dr. Jarbas Lacerda de Miranda - Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Criminal da Capital.” Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00075 - 001008195749-9

Réu: Paulo Alves de Caldas => DECISÃO: “(...) 16. Desta forma, em face ao exposto, com fundamento no artigo 22, inciso III, alíneas “a” e “c”, da Lei Federal nº 11.340 de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), DEFIRO A(S) SEGUINTE(S) MEDIDA(S)

PROTETIVA(S): a) Proibição do requerido/agressor de aproximação da ofendida, de seus familiares e testemunhas, num raio de 500 (quinhentos) metros, bem como de contato com os mesmos por qualquer meio de comunicação

b) Proibição de freqüentação do requerido/agressor à determinados lugares, quer seja, a cercania da residência da ofendida, bem como o local de trabalho, escola ou igreja, com a finalidade de preservar a integridade física e/ou psicológica da vítima

17. Para o cumprimento das medidas protetivas acima enumeradas, em especial a de afastamento do lar, DETERMINO a expedição de mandado judicial, em desfavor do requerido/agressor, devendo constar a possibilidade do Sr(a). Oficial(a) de Justiça requisitar auxílio de força policial independentemente de nova decisão de cisão deste Juízo, primeiramente, à Delegacia de Defesa e Proteção à Mulher ou, em segundo lugar, junto à Polícia Militar. 18. Providências de praxe. 19. Intimem-se o requerido/agressor, bem como a ofendida dando-lhes ciência desta decisão. 20. Dar ciência ao(à) representante do Ministério Público. 21. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Boa Vista-RR, 22 de setembro de 2008. Dr. Jarbas Lacerda de Miranda - Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Criminal da Capital.” Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

## 4ª VARA CRIMINAL

Expediente de 23/09/2008

JUIZ(A) TITULAR:

Jésus Rodrigues do Nascimento

PROMOTOR(A):

Adriano Ávila Pereira

Carla Cristiane Pipa

ESCRIVÃO(A):

Maria do Perpétuo Socorro Nunes de Queiroz

## CRIME C/ PATRIMÔNIO

00076 - 001006142470-0

Réu: José Vitor da Silva Júnior => ...Isto posto, condeno José Vitor da Silva Júnior nas penas dos arts. 155, caput e 171, na forma do 69, todos do CP(...) Furto simples: Fixo a pena-base em 01 ano de reclusão e 10 dias-multa à razão de 1/30 do salário mínimo cada um. Deixo de aplicar a atenuante da confissão face a pena-base ter sido fixada no mínimo legal, não havendo causa de aumento ou diminuição de pena, torno definitiva a pena aplicada. Estelionato: (...) Fixo a pena-base em 01 ano de reclusão e 10 dias-multa, à razão de 1/30 do salário mínimo cada um (...) Nos termos do art. 69 do CP, procedo a adição das penas redundando numa reprimenda de 02 anos de reclusão e 20 dias-multa. Nos termos do art. 44 do CP procedo a substituição da pena privativa de liberdade por duas restritivas de direitos, a serem especificadas pela VEP, sendo que em caso de não aceitação ou descumprimento, a pena será cumprida em regime aberto, nos termos do art. 33, § 2º, “c” do CP. Após o trânsito em julgado, remetam-se cópias à VEP. BV, 19/09/2008. Adv - Lenon Geyson Rodrigues Lira.

00077 - 001008192781-5

Réu: Alexandre de Souza e outros => Intimação ordenado(a). Intimação do advogado do réu para comparecer à audiência designada para o dia 25/09/08 às 09h30min. Adv - Luiz Augusto Moreira.

## 5ª VARA CRIMINAL

Expediente de 23/09/2008

JUIZ(A) TITULAR:

Leonardo Pache de Faria Cupello

PROMOTOR(A):

Cláudia Parente Cavalcanti

ESCRIVÃO(A):

Ronaldo Barroso Nogueira

## CRIME C/ ADMIN. PÚBLICA

00078 - 001004082837-7

Réu: Deuzanete Nunes Pires => FINAL DE DECISÃO: “(...) Isto posto, na forma do art. 366 do CPP, SUSPENDO O CURSO DO PROCESSO, bem como fica também suspenso o prazo prescricional. Mantenham-se os autos em arquivo provisório. Consoante tendência jurisprudencial a respeito, que adoto, determino que a suspensão fique limitada a 4 (quatro) anos, a contar desta data, tempo relacionado com o prazo prescricional previsto para o crime, em abstrato (art. 109, V, do CPB). Transcorrido esse

prazo ou, nesse interim, havendo fato novo relevante, voltem os autos conclusos. Dê-se ciência ao MP.” Boa Vista/RR, 23 de setembro de 2008. Leonardo Pache de Faria Cupello - Juiz de Direito Titular da 5ª Vara Criminal”. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00079 - 001005110398-3

Réu: Leiciane Silva Bonfim => FINAL DE DECISÃO: “(...) Isto posto, na forma do art. 366 do CPP, SUSPENDO O CURSO DO PROCESSO, bem como fica também suspenso o prazo prescricional. Mantenham-se os autos em arquivo provisório. Consoante tendência jurisprudencial a respeito, que adoto, determino que a suspensão fique limitada a 4(quatro) anos, a contar desta data, tempo relacionado com o prazo prescricional previsto para o crime, em abstrato (art. 109, V, do CPB). Transcorrido esse prazo ou, nesse interim, havendo fato novo relevante, voltem os autos conclusos. Dê-se ciência ao MP.” Boa Vista/RR, 23 de setembro de 2008. Leonardo Pache de Faria Cupello - Juiz de Direito Titular da 5ª Vara Criminal”. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

#### CRIME C/ PATRIMÔNIO

00080 - 001001015134-7

Réu: Raimundo Nonato Fonseca Vale => FINAL DE DECISÃO: “ (...) Dessa forma, assiste razão à nobre representante do MPE, haja vista o disposto no art. 41, do COJER, que assim versa, “In Verbis”: Art. 41 Ao Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal compete processar e julgar: I - os crimes relativos ao tráfico ilícito  
II - os crimes contra os costumes  
III - os crimes praticados contra a criança e o adolescente (grifo nosso)  
IV - os crimes praticados contra o idoso  
e V - os pedidos de habeas-corpus. Posto isso, entendo que a competência para julgar o presente feito é da 2ª Vara Criminal. Ciência desta decisão ao Ministério Público. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Boa Vista/RR, 23 de setembro de 2008. Leonardo Pache de Faria Cupello - Juiz de Direito Titular da 5ª Vara Criminal”. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00081 - 001003065073-2

Réu: Ronilson Sarmento Amaral => FINALIDADE: Intimar a Defesa para tomar ciência da audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para a data de 25 DE SETEMBRO DE 2008 às 09h40min. Adv - Alberto Jorge da Silva.

00082 - 001004097618-4

Réu: Sandro Lima de Souza e outros => FINALIDADE: Intimar a Defesa para tomar ciência da audiência de oitiva de testemunha do Juízo designada para a data de 26 DE SETEMBRO DE 2008 às 09h40min. Adv - Elias Bezerra da Silva.

00083 - 001006130608-9

Réu: Airton Pereira da Silva => FINAL DE DECISÃO: “(...) Na forma do art. 366 do CPP, SUSPENDO O CURSO DO PROCESSO, bem como fica também suspendo o prazo prescricional. Consoante tendência jurisprudencial a respeito, que adoto, determino que a suspensão fique limitada a 8 (oito) anos, a contar desta data, tempo relacionado com o prazo prescricional previsto para o crime, em abstrato (art. 109, IV, do CPB). Transcorrido esse prazo ou, nesse interim, havendo fato novo relevante, voltem os autos conclusos. Psto isto, DETERMINO A SUSPENSÃO DO PROECSSO E DO PRAZO PRESCRICIONAL PELO PARZO ACIMA FIXADO. Registre-se e intimem-se o MP e a DPE. Dê-se ciência ao MP.” Boa Vista/RR, 23 de setembro de 2008. Leonardo Pache de Faria Cupello - Juiz de Direito Titular da 5ª Vara Criminal”. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00084 - 001007154240-0

Réu: Robinson Oliveira Dias => FINALIDADE: Intimar a Defesa para tomar ciência da audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para a data de 25 DE SETEMBRO DE 2008 às 09h45min. Adv - Luiz Augusto Moreira.

00085 - 001008186801-9

Réu: Flavio Augusto de Farias e outros => DESPACHO: “Vista à Defesa, no prazo legal, em razão do não comparecimneto em audiência da testemunha RÉGIS.” Boa Vista/RR, 23 de setembro de 2008. Leonardo Pache de Faria Cupello - Juiz de Direito Titular da 5ª Vara Criminal. Adv - Ednaldo Gomes Vidal.

00086 - 001008186847-2

Réu: Ranis Maia Melo => FINALIDADE: Intimar a Defesa para tomar ciência da audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para a data de 29 DE SETEMBRO DE 2008 às 09h45min. Adv - Allan Kerdec Lopes Mendonça Filho.

#### CRIME C/ PESSOA

00087 - 001006135762-9

Indiciado: J.L.R. => FINAL DE SENTENÇA: “(...) Isto posto, com fulcro no artigo 107, inciso IV, e art. 109, inciso VI, do Código Penal, declaro EXTINTA A PUNIBILIDADE de JOSÉ LAERTE RODRIGUES, pela ocorrência da PRESCRIÇÃO da pretensão punitiva. Sem custas. P.R.I. Após trânsito em julgado, arquivem-se os autos, com as providências de estilo. Boa Vista/RR, 23 de setembro de 2008. Leonardo Pache de Faria Cupello - Juiz de Direito Titular da 5ª Vara Criminal. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00088 - 001006144290-0

Réu: Cleiton Vieira de Sousa => FINAL DE DECISÃO: “(...) Isto posto, na forma do art. 366 do CPP, SUSPENDO O CURSO DO PROCESSO, bem como fica também suspenso o prazo prescricional. Mantenham-se os autos em arquivo provisório. Consoante tendência jurisprudencial a respeito, que adoto, determino que a suspensão fique limitada a 4(quatro) anos, a contar desta data, tempo relacionado com o prazo prescricional previsto para o crime, em abstrato (art. 109, V, do CPB). Transcorrido esse prazo ou, nesse interim, havendo fato novo relevante, voltem os autos conclusos. Dê-se ciência ao MP.” Boa Vista/RR, 23 de setembro de 2008. Leonardo Pache de Faria Cupello - Juiz de Direito Titular da 5ª Vara Criminal”. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

#### CRIME DA LEG.COMPLEMENTAR

00089 - 001002054492-9

Réu: Antonio Almeida Lima => FINAL DE SENTENÇA: “(...) Isto posto, com fulcro no artigo 107, inciso IV, e art. 109, inciso V, do Código Penal, declaro EXTINTA A PUNIBILIDADE de ANTÔNIO ALMEIDA LIMA, pela ocorrência da PRESCRIÇÃO da pretensão punitiva. Sem custas. P.R.I. Após trânsito em julgado, arquivem-se os autos, com as providências de estilo. Boa Vista/RR, 23 de setembro de 2008. Leonardo Pache de Faria Cupello - Juiz de Direito Titular da 5ª Vara Criminal. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

#### CRIME PORTE ILEGAL ARMA

00090 - 001003059733-9

Indiciado: S.S.F. e outros => FINAL DE SENTENÇA: “(...) Isto posto, com fulcro no artigo 107, inciso IV, 1ª parte e art. 109, inciso V, do Código Penal, declaro EXTINTA A PUNIBILIDADE de SILAS DE SOUZA FERREIRA e REDSON BENTES DE SOUZA, pela ocorrência da PRESCRIÇÃO da pretensão punitiva. Sem custas. P.R.I. Após trânsito em julgado, arquivem-se os autos, com as providências de estilo. Façam-se as necessárias comunicações. Boa Vista/RR, 23 de setembro de 2008. Leonardo Pache de Faria Cupello - Juiz de Direito Titular da 5ª Vara Criminal. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

#### INFÂNCIA E JUVENTUDE

**Expediente de 23/09/2008**

**JUIZ(A) TITULAR:**

**Graciete Sotito Mayor Ribeiro**

**PROMOTOR(A):**

**Jeanne Christhine Fonseca Sampaio**

**Luiz Carlos Leitão Lima**

**Márcio Rosa da Silva**

**ESCRIVÃO(A):**

**Gianfranco Leskewsz Nunes de Castro**



**AÇÃO SÓCIO-EDUCATIVA**

00001 - 001008189015-3

Infrator: F.B.S.S. e outros =&gt; Aguarda expedição de exp. infrac. urgente. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00002 - 001008194259-0

Infrator: J.E.C.A. =&gt; SENTENÇA: Remissão homologada com medida de prestação de Serviços à Comunidade c/c Liberdade Assistida. Adv - Francisco Francelino de Souza.

**PRECATÓRIA CÍVEL**

00003 - 001008181188-6

Requerente: I.G.S.

Criança Adol: C.E.W. e outros =&gt; Aguarda Preparo do Cartório: cível. \*\*AVERBADO\*\* Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

---

**COMARCA DE BOA VISTA**  
**JUIZADOS ESPECIAIS**


---

**ÍNDICE POR ADVOGADOS****Expediente de 23/09/2008**

000111RR-B =>00010  
 000113RR-E =>00002  
 000117RR-B =>00019  
 000128RR-B =>00027  
 000149RR =>00025  
 000180RR-A =>00018  
 000182RR =>00014  
 000186RR =>00012, 00016, 00026, 00028  
 000194RR =>00030  
 000226RR =>00007  
 000231RR =>00015  
 000247RR-B =>00001, 00002  
 000260RR-B =>00008  
 000284RR =>00001  
 000287RR =>00015  
 000352RR =>00010  
 000355RR =>00002, 00013  
 000380RR =>00002  
 000409RR =>00001  
 000413RR =>00001  
 000505RR =>00020

---

**PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS**


---

**3º JUIZADO CÍVEL****Expediente de 23/09/2008****JUIZ(A) PRESIDENTE(A):****Rodrigo Cardoso Furlan****PROMOTOR(A) :****Cláudia Parente Cavalcanti****Elba Crhistine Amarante de Moraes****Janaina Carneiro Costa Menezes****Ricardo Fontanella****Stella Maris Kawano Dávila****Ulisses Moroni Junior****Zedequias de Oliveira Junior****ESCRIVÃO(Á):****Eliane de Albuquerque Cavalcanti Oliveira****Marley da Silva Ferreira****COMINATÓRIA OBRIG. FAZER**

00001 - 001006145531-6

Requerente: Maria Lucia Luiz

Requerido: Editora Globo Ltda => DESPACHO1-Transfiram-se os valores penhorados às w fls.109, para conta judicial. 2-após, intime-se a parte executada, para querendo, oferecer embargos no prazo de 15 (quinze) dias. BV/RR 23 de setembro de 2008 - Juiz RODRIGO CARDOSO FURLAN - Titular do 3º JESP Adv - Silas Cabral de Araújo Franco, Liliana Regina Alves, Tarciano Ferreira de Souza, Alexander Sena de Oliveira.

**4º JUIZADO CÍVEL****Expediente de 23/09/2008****JUIZ(A) PRESIDENTE(A):****Antônio Augusto Martins Neto****PROMOTOR(A) :****Elba Crhistine Amarante de Moraes****Jeanne Christhine Fonseca Sampaio****Stella Maris Kawano Dávila****Ulisses Moroni Junior****Valdir Aparecido de Oliveira****Zedequias de Oliveira Junior****ESCRIVÃO(Á):****Walter Menezes****AÇÃO DE COBRANÇA**

00002 - 001006133429-7

Autor: Hildegardo Bantim Junior

Réu: Charles Dantas da Silva => Leilão DESIGNADO para o dia 15/10/2008 às 10:00 horas. Leilão DESIGNADO para o dia 31/10/2008 às 10:00 horas. Adv - Marlene Moreira Elias, Janaina Debastiani, Alexander Sena de Oliveira, Andréa Letícia da S. Nunes.

**2º JUIZADO CRIMINAL****Expediente de 23/09/2008****JUIZ(A) PRESIDENTE(A):****Erick Cavalcanti Linhares Lima****PROMOTOR(A) :****Cláudia Parente Cavalcanti****Elba Crhistine Amarante de Moraes****Ilaine Aparecida Pagliarini****Jeanne Christhine Fonseca Sampaio****Luiz Carlos Leitão Lima****Stella Maris Kawano Dávila****Ulisses Moroni Junior****Zedequias de Oliveira Junior****ESCRIVÃO(Á):****Luciana Silva Callegário****CONTRAVENÇÃO PENAL**

00003 - 001007173825-5

Indiciado: A.S.R. => FINAL DE SENTENÇA: "... Isto posto, arquivem-se obedecendo as formalidades legais. P.R.I." Em, 22/09/2008. (a) Erick Linhares - Juiz de Direito. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00004 - 001007178040-6

Indiciado: M.L.S.R.C. => FINAL DE SENTENÇA: "...Portanto, encaminhem-se os autos à 3ª Vara Criminal desta Comarca". Em, 19/09/2008. (a) Erick Linhares - Juiz de Direito. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00005 - 001008181259-5

Indiciado: C.V.M. => FINAL DE SENTENÇA: "... Isto posto, arquivem-se obedecendo os formalidades legais. P.R.I." Em, 22/09/2008. (a) Erick Linhares - Juiz de Direito. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00006 - 001008181434-4

Indiciado: S.N.R. e outros => FINAL DE SENTENÇA: "... Ante o exposto, julgo extinta a punibilidade do fato, pela decadência, com base no artigo 107,IV, segunda figura, do Código Penal. P.R.I." Em, 22/09/2008. (a) Erick Linhares - Juiz de Direito. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**CRIME C/ ADMIN. PÚBLICA**

00007 - 001006145008-5

Indiciado: A.L.M. => DESPACHO: CUMpra-se DESPACHO ANTERIOR COM A MÁXIMA URGÊNCIA. EM, 22/09/2008. (A) ERICK LINHARES - JUIZ DE DIREITO. Adv - Alexander Ladislau Menezes .

00008 - 001007168199-2

Indiciado: M.E.A.F. => DESPACHO: Ao Ministério Público. Após, conclusos. Em, 19/09/2008. (a) Erick Linhares - Juiz de Direito. Adv - Gianne Gomes Ferreira.

00009 - 001008181343-7

Indiciado: P.C.R.S. => FINAL DE SENTENÇA: "...Portanto, encaminhem-se os autos à 3ª Vara Criminal desta Comarca". Em, 19/09/2008. (a) Erick Linhares - Juiz de Direito. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

## CRIME C/ MEIO AMBIENTE

00010 - 001007173835-4

Indiciado: A.M.G. => DESPACHO: AO MINISTÉRIO PÚBLICO. APÓS, CONCLUSOS. EM, 19/09/08. (A) ERICK LINHARES - JUIZ DE DIREITO Adv - Luciana Olbertz Alves, Stélio Baré de Souza Cruz.

00011 - 001008181333-8

Indiciado: A.C.R. => SENTENÇA: "Vistos etc. Em razão da aceitação da transação homologada, por sentença, o acordo firmado, para que produza seus efeitos legais. Após, o cumprimento da transação penal (fls. 30), arquivem-se os autos". Em, 19/09/2008. (a) Erick Linhares - Juiz de Direito. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00012 - 001008181532-5

Indiciado: N.S.M. => DESPACHO: Ao Ministério Público. Após, conclusos. Em, 19/09/2008. (a) Erick Linhares - Juiz de Direito. Adv - Wallace Rodrigues da Silva.

00013 - 001008185609-7

Indiciado: C.M.R. => DESPACHO: AO MINISTÉRIO PÚBLICO. APÓS, CONCLUSOS. EM, 19/09/2008. (A) ERICK LINHARES - JUIZ DE DIREITO. Adv - Marlene Moreira Elias.

## CRIME C/ PATRIMÔNIO

00014 - 001007156801-7

Indiciado: E.M.V. e outros => DESPACHO: Designe-se nova data para realização da audiência. Renovem-se as diligências. Ciência ao Ministério Público. Cumpra-se com urgência. Em, 19/09/2008. (a) Erick Linhares - Juiz de Direito. Adv - Noelina dos Santos Chaves Lopes.

## CRIME C/ PESSOA

00015 - 001007168132-3

Indiciado: G.R.M. => FINAL DECISÃO: "... Portanto, encaminhem-se os autos à 3ª Vara Criminal desta Comarca." Em, 19/09/2008. (a) Erick Linhares - Juiz de Direito. Adv - Rita Cássia Ribeiro de Souza, Angela Di Manso.

00016 - 001007169751-9

Indiciado: C.F. => DESPACHO: Disponibilize o cartório cópia da audiência de instrução e julgamento. Após, ao Ministério Público para apresentação de memoriais, no prazo legal. Por fim, em igual prazo, a Defensoria Pública do Estado. Cumpra-se. Em, 19/09/2008. (a) Erick Linhares - Juiz de Direito Adv - Wallace Rodrigues da Silva.

00017 - 001007169825-1

Indiciado: M.W.N. e outros => SENTENÇA: "Vistos etc. Em razão da composição para ressarcimento dos danos, a qual traduz renúncia ao direito de representação (art. 74 da lei 9.099/95), por se tratar de infração de menor potencial ofensivo, homologado, por sentença, o acordo firmado, para que produza seus efeitos legais, determinando o arquivamento dos autos. Sem custas". Em, 19/09/2008. (a) Erick Linhares - Juiz de Direito. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00018 - 001007169879-8

Indiciado: C.A.S. => DESPACHO: Disponibilize o cartório cópia da audiência de instrução e julgamento. Após, ao Ministério Público para apresentação de memoriais, no prazo legal. Por fim, em igual prazo, ao advogado do autor do fato. Cumpra-se. Em, 19/09/2008. (a) Erick Linhares - Juiz de Direito. Adv - Euflávio Dionísio Lima.

00019 - 001007169914-3

Indiciado: G.C. => DESPACHO: Ao Ministério Público. Após, conclusos. Em, 19/09/2008. (a) Erick Linhares - Juiz de Direito Adv - Gerson da Costa Moreno Júnior.

00020 - 001007178038-0

Indiciado: R.G.S. => SENTENÇA: Vistos, etc. Em razão da aceitação da transação homologada, por sentença, o acordo firmado, para que produza seus efeitos legais. Após, o cumprimento da transação penal (fls. 21/23), arquivem-se os autos. Em, 19/09/2008. (a) Erick Linhares - Juiz de Direito. Adv - Claybson César Baia Alcântara.

00021 - 001008181250-4

Indiciado: A.A.O. => FINAL DE SENTENÇA: "... Ante o exposto, julgo extinta a punibilidade do fato, pela decadência, com base no artigo 107, IV, segunda figura, do Código Penal. P.R.I." Em, 19/09/2008. (a) Erick Linhares - Juiz de Direito. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00022 - 001008181427-8

Indiciado: J.P.S. => FINAL DE SENTENÇA: "... Desta feita, por acolher a bem lançada fundamentação do Ministério Público, declaro extinta a punibilidade do autor do fato, em razão da renúncia da vítima ao direito de representação. P.R.I." Em, 22/09/2008. (a) Erick Linhares - Juiz de Direito. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00023 - 001008181553-1

Indiciado: M.A.P. => FINAL DE SENTENÇA: "... Ante o exposto, julgo extinta a punibilidade do fato, pela decadência, com base no artigo 107, IV, segunda figura, do Código Penal. P. R. I." Em, 19/09/2008. (a) Erick Linhares - Juiz de Direito. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00024 - 001008181571-3

Indiciado: A.M.R.S. => FINAL DE SENTENÇA: "Ante o exposto, julgo extinta a punibilidade do fato, pela decadência, com base no artigo 107, IV, segunda figura, do Código Penal. P.R.I." em, 22/09/2008. (a) Erick Linhares - Juiz de Direito. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00025 - 001008181667-9

Indiciado: J.O.A. => DESPACHO: AO MINISTÉRIO PÚBLICO. APÓS, CONCLUSOS. EM 23/09/2008. (A) ERICK LINHARES - JUIZ DE DIREITO. Adv - Marcos Antônio C de Souza.

## CRIME DE TÓXICOS

00026 - 001007173886-7

Indiciado: A.P.O. => SENTENÇA: "Vistos etc. Em razão da aceitação da transação homologada, por sentença, o acordo firmado, para que produza seus efeitos legais. Após, o cumprimento da transação penal (fls. 15/30), arquivem-se os autos". Em, 22/09/2008. (a) Erick Linhares - Juiz de Direito. Adv - Wallace Rodrigues da Silva.

## CRIME DE TRÂNSITO - CTB

00027 - 001006136751-1

Indiciado: J.P.M. => DESPACHO: Certifique o trânsito em julgado. Aguarde-se o cumprimento da transação penal. Certifique-se. Após, ao Ministério Público. Em, 22/09/2008. (a) Erick Linhares - Juiz de Direito. Adv - José Demontiê Soares Leite.

00028 - 001007173814-9

Indiciado: F.C.R. => DESPACHO: DEFIRO A COTA MINISTERIAL FL. 32. INTIME-SE O AUTOR DO FATO PARA CUMPRIMENTO DA TRANSAÇÃO PENAL. (FL. 28). EM, 19/09/2008. (A) ERICK LINHARES - JUIZ DE DIREITO. Adv - Wallace Rodrigues da Silva.

00029 - 001007178102-4

Indiciado: D.M.O. => FINAL DECISÃO: "...Portanto, encaminhem-se os autos à 3ª Vara Criminal desta Comarca." Em, 19/09/2008. (a) Erick Linhares - Juiz de Direito. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00030 - 001008181412-0

Indiciado: J.B.C. => DESPACHO: Certifique o trânsito em julgado. Aguarde-se o cumprimento da transação penal. Certifique-se. Após, ao Ministério Público. Em, 22/09/2008. (a) Erick Linhares - Juiz de Direito. Adv - Rimatla Queiroz.

00031 - 001008181643-0

Indiciado: G.C. => SENTENÇA: "Vistos etc. Em razão da aceitação da transação homologa, por sentença, o acordo firmado, para que produza seus efeitos legais. Após, o cumprimento da transação penal (fls. 15), arquivem-se os autos. Em, 19/09/2008. (a) Erick Linhares - Juiz de Direito. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

---

**COMARCA DE BOA VISTA**  
**JUIZADOS ESPECIAIS**

---

**ÍNDICE POR ADVOGADOS****Expediente de 23/09/2008**

000176RR-B =&gt;00001

000300RR-A =&gt;00001

000413RR =&gt;00002

---

**CARTÓRIO DISTRIBUIDOR**

---

**TURMA RECURSAL**

Relator(a): Cristovão José Suter Correia da Silva

**APELAÇÃO CÍVEL**

00001 - 001008185729-3

Apelante: Telemar Norte Leste S/A

Apelado: Área Ramos Genelho =&gt; Distribuição por Sorteio em 23/09/2008. Adv - Rodrigo Guarienti Rorato, João Pereira de Lacerda.

**RECURSO INOMINADO**

00002 - 001008185731-9

Recorrente: Joao Batista de Castro

Recorrido: Luiz Fernando Moscoso Maia =&gt; Distribuição por Sorteio em 23/09/2008. Adv - Silas Cabral de Araújo Franco.

---

**COMARCA DE BOA VISTA**  
**JUSTIÇA ITINERANTE**

---

**ÍNDICE POR ADVOGADOS****Expediente de 23/09/2008**

000172RR-B =&gt;00026, 00027

000247RR-B =&gt;00028;

---

**CARTÓRIO DISTRIBUIDOR**

---

**VARA ITINERANTE**

Juiz(iza): Tânia Maria Vasconcelos D de Souza Cruz

**DISPENSA DE PROCLAMA**

00001 - 001008192098-4

Requerente: João de Araújo Sousa e outros => Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 23/09/2008. \*\*AVERBADO\*\* Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00002 - 001008192100-8

Requerente: Damião Celso da Silva e outros => Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 23/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00003 - 001008192109-9

Requerente: Antonio Silva Nascimento e outros => Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 23/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00004 - 001008192110-7

Requerente: Francisco Arleudo Barros dos Santos e outros => Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 23/09/2008. \*\*AVERBADO\*\* Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00005 - 001008192111-5

Requerente: Raimundo Francisco de Lima e outros => Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 23/09/2008. \*\*AVERBADO\*\* Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00006 - 001008192112-3

Requerente: Antonio da Silva Costa e outros => Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 23/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00007 - 001008192113-1

Requerente: Delci Eduardo Pereira e outros => Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 23/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00008 - 001008192114-9

Requerente: Benedito Santos Silva e outros => Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 23/09/2008. \*\*AVERBADO\*\* Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00009 - 001008192115-6

Requerente: Francirley do Nascimento Lopes e outros => Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 23/09/2008. \*\*AVERBADO\*\* Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00010 - 001008192118-0

Requerente: Valdeir Viana Rodrigues e outros => Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 23/09/2008. \*\*AVERBADO\*\* Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00011 - 001008192119-8

Requerente: Valtenor de Santi e outros => Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 23/09/2008. \*\*AVERBADO\*\* Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00012 - 001008192120-6

Requerente: Elias Acacio Vasconcelos Meira e outros => Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 23/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00013 - 001008192121-4

Requerente: Roberto Bento da Silva e outros => Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 23/08/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00014 - 001008192122-2

Requerente: Aguinaldo Barbosa da Silva e outros => Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 23/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00015 - 001008192123-0

Requerente: Loifran da Conceição Monteiro e outros => Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 23/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00016 - 001008192469-7

Requerente: Elson Santos de Meireles e outros => Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 23/07/2008. \*\*AVERBADO\*\* Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00017 - 001008192485-3

Requerente: José Ribamar Campos Bezerra e outros => Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 23/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00018 - 001008192486-1

Requerente: Emerson Oliveira Figueiredo e outros => Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 23/08/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00019 - 001008192487-9

Requerente: Hilquias Almeida Gomes e outros => Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 29/08/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00020 - 001008192488-7

Requerente: Augusto Magalhaes e outros => Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 23/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00021 - 001008192489-5

Requerente: Ivan da Conceição Lima e outros => Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 23/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00022 - 001008192490-3

Requerente: Eldo Rone Ribeiro Costa e outros => Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 23/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00023 - 001008192491-1

Requerente: Edson Vitor Queiroz e outros => Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 23/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**REGISTRO CIVIL**

00024 - 001008192473-9

Requerente: Deilson Silva Costa => Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 23/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00025 - 001008195158-3

Requerente: Analisa Yanomami => Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 23/09/2008. \*\*AVERBADO\*\* Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS****VARA ITINERANTE****Expediente de 23/09/2008****JUIZ(A) TITULAR:****Tânia Maria Vasconcelos D de Souza Cruz****PROMOTOR(A):****Elba Crhistine Amarante de Moraes****Stella Maris Kawano Dávila****ESCRIVÃO(A):****Ana Ângela Marques de Oliveira****Eduardo Futemma Ushikoshi****EXONER. PENSÃO ALIMENTÍCIA**

00026 - 001008192318-6

Autor: M.S.S. e outros => Intimação decretado(a). (...) Cite-se/ intime-se a requerida e intime-se o requerente, a fim de que compareçam a audiência que designo para o dia 21/10/08, às 10:00 h, acompanhados de seus advogados, passando-se, em seguida, à oitiva das testemunhas e à prolação de sentença. IV- Cientifique-se o Ministério Público. V- Intime-se e cumpra-se. Boa Vista/RR, 15.09.2008. Tânia Maria Vasconcelos Dias. Juíza de Direito da VJI. Adv - Margarida Beatriz Oruê Arza.

00027 - 001008195855-4

Autor: M.S.S.

Réu: D.S.S. => Intimação decretado(a). Intime-se o requerente, a fim de que compareçam a audiência que designo para o dia 20/10/08, às 10:00h, acompanhados de seus advogados e de suas testemunhas, importando a ausência do requerente em arquivamento do pedido e da parte requerida confissão e revelia. III. Na audiência, se não houver acordo, poderá o requerido contestar, desde que o faça por intermédio de advogado, passando-se, em seguida, à oitiva das testemunhas e à prolação de sentença. Intime-se e cumpra-se. Boa Vista, 15.09.08. Tânia Maria Vasconcelos Dias. Juíza de Direito. Adv - Margarida Beatriz Oruê Arza.

**REVISIONAL DE ALIMENTOS**

00028 - 001008189717-4

Requerente: F.A.S.

Requerido: E.S.C. => Intimação decretado(a). Intime-se o requerente, a fim de que compareçam a audiência que designo para o dia 21/10/08 às 09:00 h, acompanhados de seus advogados e de suas testemunhas, importando a ausência do requerente em arquivamento do pedido e da parte requerida confissão e revelia. III Na audiência, se não houver acordo, poderá o requerido contestar, desde que o faça por intermédio de advogado, passando-se, em seguida, à oitiva das testemunhas e à prolação de sentença. Intime-se e cumpra-se. Boa Vista, 15.09.08. Tânia Maria Vanconcelos Dias. Juíza de Direito Adv - Alexander Sena de Oliveira.

**COMARCA DE CARACARAÍ  
JUSTIÇA COMUM****ÍNDICE POR ADVOGADOS****Expediente de 23/09/2008**

Não existem advogados para compor o índice.

**CARTÓRIO DISTRIBUIDOR****VARACRIMINAL**

Juiz(iza): Marcelo Mazur

**CARTA DE ORDEM**

00001 - 002008001293-1

Autor: Ministério Público Estadual

Réu: Antonio Elismar do Nascimento Carvalho => Distribuição por Sorteio em 23/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**PRECATÓRIA CRIME**

00002 - 002008012914-9

Autor: Justiça Pública

Réu: Antonio Marcelo de Souza Silva => Distribuição por Sorteio em 23/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**COMARCA DE MUCAJÁ  
JUSTIÇA COMUM****ÍNDICE POR ADVOGADOS****Expediente de 22/09/2008**

000127RR =&gt;00006

000156RR-B =&gt;00001

000254RR-A =&gt;00006

000282RR =&gt;00005

000493RR =&gt;00005

**CARTÓRIO DISTRIBUIDOR****VARACÍVEL**

Juiz(iza): Breno Jorge Portela S. Coutinho

**DIVÓRCIO LITIGIOSO**

00001 - 003008011399-3

Requerente: M.R.V.L.

Requerido: A.L. => Distribuição por Sorteio em 22/09/2008. Valor da Causa: R 415,00. Adv - Julian Silva Barroso.

**NOTIFICAÇÃO/INTERPELAÇÃO**

00002 - 003008011400-9

Requerente: E.M.S.C. => Distribuição por Sorteio em 22/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00003 - 003008011401-7

Requerente: A.C. => Distribuição por Sorteio em 22/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS****VARACÍVEL****Expediente de 22/09/2008****JUIZ(A) TITULAR:****Breno Jorge Portela S. Coutinho****PROMOTOR(A) :****André Paulo dos Santos Pereira****ESCRIVÃO(Ã) :****Alexandre Martins Ferreira****ALIMENTOS - PEDIDO**

00004 - 003008010536-1

Requerente: M.A.S. e outros

Requerido: E.P.S. =&gt; Audiência de CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO e JULGAMENTO designada para o dia 30/09/2008 às 12:00 horas.

Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**VARACRIMINAL****Expediente de 22/09/2008****JUIZ(A) TITULAR:****Breno Jorge Portela S. Coutinho****PROMOTOR(A) :****André Paulo dos Santos Pereira****ESCRIVÃO(Ã) :****Alexandre Martins Ferreira****CRIME C/ COSTUMES**

00005 - 003008010804-3

Réu: Domingos Espíndola de Lima =&gt; Juntada efetivada de ped.liberdade provis. Adv - Valter Mariano de Moura, Dolane Patrícia Santos Silva Santana.

**CRIME C/ PESSOA - JÚRI**

00006 - 003002000171-2

Réu: Elias Alves da Silva =&gt; SANEADOR: 1 - Adoto como relatório a decisão de fls. 305/307

2 - Inclua-se em pauta, cumprindo-se o despacho de fl. 346v., em todos os seus termos

3 - Intimem-se o MP, o advogado do réu e as testemunhas, inclusive, a do juízo. 4 - Publique-se. Mucajaí, 17/09/2008. Juiz Breno Coutinho. Adv - Vincenzo Di Manso, Elias Bezerra da Silva.

**COMARCA DE MUCAJAÍ  
JUIZADOS ESPECIAIS****ÍNDICE POR ADVOGADOS****Expediente de 22/09/2008**

000112RR-B =&gt;00001, 00002, 00003, 00004;

**CARTÓRIO DISTRIBUIDOR****JUIZADO CRIMINAL**

Juiz(iza): Breno Jorge Portela S. Coutinho

**QUEIXA CRIME**

00001 - 003008011402-5

Querelante: JOÃO COSTA DA SILVA

Indiciado: R.C.S. =&gt; Distribuição por Sorteio em 22/09/2008. Adv - Antônio Cláudio Carvalho Theotônio.

00002 - 003008011403-3

Querelante: JOSÉ CRAVINO DE OLIVEIRA FILHO

Indiciado: R.C.S. =&gt; Distribuição por Sorteio em 22/09/2008. Adv - Antônio Cláudio Carvalho Theotônio.

00003 - 003008011404-1

Querelante: JOSE ALVES LIMA

Indiciado: R.C.S. =&gt; Distribuição por Sorteio em 22/09/2008. Adv - Antônio Cláudio Carvalho Theotônio.

00004 - 003008011405-8

Querelante: SEBASTIÃO NUNES CRUZ NETO

Indiciado: R.C.S. =&gt; Distribuição por Sorteio em 22/09/2008. Adv - Antônio Cláudio Carvalho Theotônio.

**PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS****JUIZADO CRIMINAL****Expediente de 22/09/2008****JUIZ(A) PRESIDENTE(A):****Breno Jorge Portela S. Coutinho****PROMOTOR(A) :****André Paulo dos Santos Pereira****ESCRIVÃO(Ã) :****Alexandre Martins Ferreira****CRIME C/ MEIO AMBIENTE**

00005 - 003007010335-0

Indiciado: R.S.A. =&gt; Audiência Preliminar designada para o dia 13/10/2008 às 14:45 horas. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**COMARCA DE MUCAJAÍ  
JUSTIÇA COMUM****ÍNDICE POR ADVOGADOS****Expediente de 23/09/2008**

000072RR-B =&gt;00028

000156RR-B =&gt;00028

000177RR-B =&gt;00026, 00027

000281RR-B =&gt;00028

000368RR =&gt;00027

**CARTÓRIO DISTRIBUIDOR****VARACÍVEL**

Juiz(iza): Breno Jorge Portela S. Coutinho

**HABILITAÇÃO**

00005 - 003008011408-2

Autor: Edelson Silva Mendes e outros =&gt; Distribuição por Sorteio em 23/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00006 - 003008011409-0

Autor: Rosiel da Conceição Meireles e outros =&gt; Distribuição por Sorteio em 23/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00007 - 003008011410-8

Autor: José Barbosa Jacinto Pereira e outros =&gt; Distribuição por Sorteio em 23/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00008 - 003008011412-4

Autor: Francisco Wendell Leite da Silva e outros =&gt; Distribuição por Sorteio em 23/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**INVENTÁRIO NEGATIVO**

00009 - 003008011417-3

Inventariante: União =&gt; Distribuição por Sorteio em 23/09/2008.

Valor da Causa: R 100,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**PRECATÓRIA CÍVEL**

00010 - 003008011413-2

Requerente: Alex da Silva Pereira e outros

Requerido: O Estado de Roraima e outros =&gt; Distribuição por Sorteio em 23/09/2008. Valor da Causa: R 1.000,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00011 - 003008011414-0

Requerente: União

Requerido: Carlos Ney Oliveira Amaral => Distribuição por Sorteio em 23/09/2008. Valor da Causa: R 23.165,25. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00012 - 003008011416-5

Requerente: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente-ibama

Requerido: Sebastião Pedrosa Lima => Distribuição por Sorteio em 23/09/2008. Valor da Causa: R 19.486,50. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**VARACRIMINAL**

Juiz(iza): Breno Jorge Portela S. Coutinho

**PRECATÓRIA CRIME**

00003 - 003008011407-4

Autor: Justiça Publica

Réu: Daniel de Oliveira Moraes => Distribuição por Sorteio em 23/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00004 - 003008011415-7

Autor: Justiça Publica

Réu: José Antonio Costa => Distribuição por Sorteio em 23/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**INFÂNCIA E JUVENTUDE**

Juiz(iza): Breno Jorge Portela S. Coutinho

**AUTORIZAÇÃO JUDICIAL**

00001 - 003008011419-9

Requerente: K.A.M. e outros => Distribuição por Sorteio em 23/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00002 - 003008011420-7

Requerente: N.R.S. e outros => Distribuição por Sorteio em 23/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS****VARACÍVEL****Expediente de 23/09/2008****JUIZ(A) TITULAR:****Breno Jorge Portela S. Coutinho****PROMOTOR(A) :****André Paulo dos Santos Pereira****ESCRIVÃO(Ã) :****Alexandre Martins Ferreira****ALIMENTOS - OFERTA**

00013 - 003007009862-6

Requerente: L.A.F. e outros

Requerido: L.F.S.F. => SENTENÇA: "Homologo por sentença o acordod celebrado entre as partes, declarando resolvido o mérito, nos termos do artigo 269,III,do CPC. Sentença Publicada em audiência, ocasião em que considero os presentes intimados. Registre-se. Cumpra-se. Após, archive-se. Mucajaí, 16 de setembro de 2008. Juiz BRENO JORGE PORTELA SILVA COUTINHO. Titular da Comarca de Mucajaí. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**ALIMENTOS - PEDIDO**

00014 - 003008010913-2

Requerente: R.S.S. e outros

Requerido: V.P.S. => SENTENÇA: Homologo por sentença o acordo celebrado entre as partes, declarando resolvido o mérito, nos termos do artigo 269, III, do CPC. Sentença publicada em audiência, ocasião em que considero os presentes intimados, os quais abrem mão do prazo recursal. Registre-se. Cumpra-se. Após, archive-se. Mucajaí, 16 de setembro de 2008. Juiz BRENO JORGE PORTELA SILVA COUTINHO. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**DIVÓRCIO LITIGIOSO**

00015 - 003007009887-3

Requerente: M.M.S.

Requerido: C.S.S. => SENTENÇA: Nos termos dos artigos 1.571, IV e 1580, §2º, do CC c/c art. 269 I, do CPC, considerando ainda a revelia decretada à fl. 28, julgo procedente o pedido, com resolução do mérito, razão pela qual decreto o divórcio de M. M. da S. e C. de S. S., decorrendo desse ato todos os efeitos legais. Oficie-se para o cartório do Estado do Maranhão, conforme fl. 05, para fins de averbação. Demais expedientes. Considero os presentes intimados, os quais, inclusive, abrem mão do prazo recursal. Mucajaí, 16 de setembro de 2008. Juiz BRENO JORGE PORTELA SILVA COUTINHO. Titular da Comarca de Mucajaí. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO**

00016 - 003007010087-7

Requerente: C.X.S. e outros => (...) DO exposto, homologo a avença firmada, com resolução de mérito, nos termos do art. 269, III, do CPC. Sem custas. Publique-se. Registra-se. Ciência à DPE e ao MP. Após o trsânsito em julgado, arquivem-se os autos, com baixa. Mucajaí, terça-feira, 16 de setembro 2008. Juiz Breno Jorge Portela Silva Coutinho. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**NOTIFICAÇÃO/INTERPELAÇÃO**

00017 - 003006006951-2

Requerente: F.L.S. => (...) Do exposto, extingo o presente feito, sem julgamento do mérito, com base no art. 267, IV, do CPC. P.R.I. Mucajaí, terça-feira, 16 de setembro de 2008. Juiz Breno Coutinho Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00018 - 003007008968-2

Requerente: C.G.S. => Audiência NÃO REALIZADA. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00019 - 003007009706-5

Requerente: D.G.C. => (...) Do exposto, extingo o presente feito, sem julgamento do mérito, com base no art. 267, IV, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intime-se MP, tão-só. Após as formalidades legais, arquivem-se os autos, com as devidas baixas. Cumpra-se. Mucajaí, terça-feira, 16 de setembro 2008. Juiz BRENO COUTINHO. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00020 - 003008010435-6

Requerente: Maria de Nazaré Farias Figueiredo e outros => (...) Do exposto, extingo o presente feito, sem julgamento do mérito, com base no art. 267, IV, do CPC. P.R.I (...) Mucajaí, terça-feira, 09 de setembro de 2008. Juiz Breno Coutinho. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00021 - 003008010436-4

Requerente: Maria de Nazaré Farias Figueiredo e outros => (...) Do exposto, extingo o presente feito, sem julgamento do mérito, com base no art. 267, IV, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intime-se MP, tão-só. Após as formalidades legais, arquivem-se os autos, com as devidas baixas. Cumpra-se. Mucajaí, terça-feira, 09 de setembro de 2008. Juiz BRENO COUTINHO. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00022 - 003008010562-7

Requerente: Laugina Maria da Silva e outros => (...) Do exposto, extingo o presente feito, sem julgamento do mérito, com base no art. 267, IV, do CPC. P.R.I. Mucajaí, terça-feira, 16 de setembro de 2008. Juiz Breno Coutinho Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00023 - 003008010849-8

Requerente: Rosangela Sousa da Silva e outros => (...) Do exposto, extingo o presente feito, sem julgamento do mérito, com base no art. 267, IV, do CPC. P.R.I. Mucajaí, terça-feira, 16 de setembro de 2008. Juiz Breno Coutinho Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00024 - 003008010951-2

Requerente: Adriana da Silva Santi e outros => (...) Do exposto, extingo o presente feito, sem julgamento do mérito, com base no art. 267, IV, do CPC. P.R.I. Mucajaí, terça-feira, 16 de setembro de 2008. Juiz Breno Coutinho Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00025 - 003008010966-0

Requerente: Helen Márcia Aristão Félix e outros => (...) Do exposto, extingo o presente feito, sem julgamento do mérito, com base no art. 267, IV, do CPC. P.R.I. (...) Mucajaí, terça-feira, 16 de setembro de 2008. Juiz Breno Coutinho. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**ORDINÁRIA**

00026 - 003006007420-7

Requerente: J.C.P.Q.

Requerido: I.N.S.S. => (...) Do exposto, extingo o presente feito, sem julgamento do mérito, com base no art. 267, VIII, do CPC. Após as formalidades legais, arquivem-se os autos, com a devida baixa. P.R.C. Mucajaí, quarta-feira, 18 de setembro de 2008. Juiz Breno Coutinho. Adv - Dário Quaresma de Araújo.

00027 - 003007008740-5

Requerente: Isabel Sousa Pinto

Requerido: Instituto Nacional de Seguro Social - Inss => (...) Do exposto, extingo o presente feito, sem julgamento do mérito, com base no art. 267, VIII, do CPC. Após as formalidades legais, arquivem-se os autos, com a devida baixa. P.R.C. Mucajaí, quarta-feira, 18 de setembro de 2008. Juiz Breno Coutinho. Adv - José Gervásio da Cunha, Dário Quaresma de Araújo.

**REVISIONAL DE ALIMENTOS**

00028 - 003008011186-4

Requerente: R.Y.N.

Requerido: G.I.N. e outros => SENTENÇA: Homologo por sentença o acordo celebrado entre as partes, declarando resolvido o mérito, nos termos do art. 269, III, do CPC. Sentença publicada em audiência, ocasião em que considero os presentes intimados, os quais abrem mão do prazo recursal. Registre-se. Cumpra-se. Após, archive-se." Mucajaí, 16 de setembro de 2008. Juiz BRENO JORGE PORTELA SILVA COUTINHO. Titular da Comarca de Mucajaí. Adv - Julian Silva Barroso, Pierre Santos Castro, Josimar Santos Batista.

**COMARCA DE MUCAJAÍ  
JUIZADOS ESPECIAIS****ÍNDICE POR ADVOGADOS****Expediente de 23/09/2008**

106202MG =&gt;00006

000365RR =&gt;00006;

**CARTÓRIO DISTRIBUIDOR****JUIZADO CÍVEL**

Juiz(iza): Breno Jorge Portela S. Coutinho

**AÇÃO DE COBRANÇA**

00001 - 003008011406-6

Autor: Rivaldo Tude do Nascimento

Réu: Zopone Engenharia Ltda => Distribuição por Sorteio em 23/09/2008. Valor da Causa: R 625,00 - Audiência Conciliação: Dia 18/12/2008, às 09:00 Horas. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

Juiz(iza): Maria Aparecida Cury

**AÇÃO DE COBRANÇA**

00002 - 003008011411-6

Autor: Francisco de Assis Silva Aguiar

Réu: Prefeitura Municipal de Mucajaí => Distribuição por Sorteio em 23/09/2008. Valor da Causa: R 3.700,00 - Audiência Conciliação: Dia 23/10/2008, às 09:20 Horas. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**JUIZADO CRIMINAL**

Juiz(iza): Breno Jorge Portela S. Coutinho

**CRIME C/ ADMIN. PÚBLICA**

00003 - 003008011418-1

Indiciado: A.L.S. e outros => Distribuição por Sorteio em 23/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS****JUIZADO CÍVEL****Expediente de 23/09/2008**

**JUIZ(A) PRESIDENTE(A):**  
**Breno Jorge Portela S. Coutinho**  
**PROMOTOR(A) :**  
**André Paulo dos Santos Pereira**  
**ESCRIVÃO(A) :**  
**Alexandre Martins Ferreira**

**AÇÃO DE COBRANÇA**

00004 - 003008011406-6

Autor: Rivaldo Tude do Nascimento

Réu: Zopone Engenharia Ltda => Audiência de CONCILIAÇÃO designada para o dia 18/12/2008 às 09:00 horas. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00005 - 003008011411-6

Autor: Francisco de Assis Silva Aguiar

Réu: Prefeitura Municipal de Mucajaí => Audiência de CONCILIAÇÃO designada para o dia 23/10/2008 às 09:20 horas. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**INDENIZAÇÃO**

00006 - 003007010005-9

Autor: Denilton Gomes Cardoso

Réu: Companhia Energética de Roraima => Audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia 07/10/2008 às 14:00 horas. Adv - Nelson Ramayana Rodrigues Lopes, Káren Macêdo de Castro.

**COMARCA DE RORAINÓPOLIS  
JUSTIÇA COMUM****ÍNDICE POR ADVOGADOS****Expediente de 23/09/2008**

Não existem advogados para compor o índice.

**CARTÓRIO DISTRIBUIDOR****VARACÍVEL**

Juiz(iza): Luiz Alberto de Moraes Junior

**PRECATÓRIA CÍVEL**

00001 - 004708008541-9

Requerente: L S de J

Requerido: Humberto Abade de Jesus => Distribuição por Sorteio em 23/09/2008. Valor da Causa: R 137,90. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00002 - 004708008542-7

Requerente: Yasmim dos Anjos Queiroz

Requerido: Josival Mendes de Queiros => Distribuição por Sorteio em 23/09/2008. Valor da Causa: R 1.380,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

## COMARCA DE SÃO LUIZ JUSTIÇA COMUM

### ÍNDICE POR ADVOGADOS

#### Expediente de 23/09/2008

000157RR-B =>00008  
000210RR =>00008

## CARTÓRIO DISTRIBUIDOR

### VARACRIMINAL

Juiz(iza): Elvo Pigari Junior

#### PRECATÓRIA CRIME

00001 - 006008022392-2

Réu: Fabio Zangama de Andrade => Distribuição por Sorteio em 23/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00002 - 006008022393-0

Réu: Magnum Gomes Emanuel => Distribuição por Sorteio em 23/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00003 - 006008022394-8

Réu: Arildo Pinto Araújo => Distribuição por Sorteio em 23/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00004 - 006008022395-5

Réu: Raimundo Nonato de Souza => Distribuição por Sorteio em 23/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00005 - 006008022396-3

Réu: Heloisa Augusta dos Santos => Distribuição por Sorteio em 23/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

## PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS

### VARACÍVEL

#### Expediente de 23/09/2008

**JUIZ(A) TITULAR:**  
**Elvo Pigari Junior**  
**PROMOTOR(A) :**  
**Ademir Teles de Menezes**  
**Alexandre Moreira Tavares dos Santos**  
**Hevandro Cerutti**  
**José Rocha Neto**  
**ESCRIVÃO(Ã) :**  
**Wallison Larieu Vieira**

### CURATELA/INTERDIÇÃO

00007 - 006007020778-6

Requerente: O.C.S.  
Interditado: I.L.S. => Vistos, etc...Oziel da Conceição Silva requereu a interdição de Israel Lima Silva especificando os fatos que revelam que o interditando possui psicose não-orgânica não especificada, ou seja, transtorno mental. Citado, não foi interrogado, tendo sido sua presença dispensada em razão de fazer uso de remédios controlados e passar a maior parte do tempo em estado de sonolência. Existente nos autos comprovação médica do alegado, registrou-se intervenção do Ministério Público. Era o relato. Decido. Ratificadas as alegações da inicial pelo interrogatório e pela apreciação médica, ocorrendo contestação por negativa geral e nada opondo o representante do Ministério Público JULGO PROCEDENTE o pedido e, ante a incapacidade da requerida DECRETO sua interdição nomeando seu pai Oziel da Conceição Costa como curador, sob compromisso. Procedam-se às publicações previstas no art. 1.184 do Código de Processo Civil. Transitada em julgado esta, expeça-se o

mandado correspondente. Registre-se. Intimem -se. Publique-se. Cumpra-se. São Luiz do Anauá (RR), 17 de Setembro de 2008. ELVO PIGARI JÚNIOR Juiz de Direito Titular. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

### RECLAMATÓRIA TRABALHISTA

00008 - 006005017771-0

Reclamante: Gisleyangela Schaefer Vieira Sousa  
Reclamado: Município de São Luiz do Anauá => Audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia 26/11/2008 às 10:30 horas. Adv - Mauro Silva de Castro, Francisco de Assis Guimarães Almeida.

### INFÂNCIA E JUVENTUDE

#### Expediente de 23/09/2008

**JUIZ(A) TITULAR:**  
**Elvo Pigari Junior**  
**PROMOTOR(A) :**  
**Ademir Teles de Menezes**  
**Alexandre Moreira Tavares dos Santos**  
**Hevandro Cerutti**  
**José Rocha Neto**  
**ESCRIVÃO(Ã) :**  
**Wallison Larieu Vieira**

### ALVARÁ JUDICIAL

00006 - 006008022416-9

Requerente: L.B. => SENTENÇA: Posto isto, DEFIRO PARCIALMENTE o pedido de autorização judicial formulado pelo requerente devendo ser expedido o alvará com as seguintes advertências: os adolescentes com idade de entre 14 e 15 anos, somente participarão do evento se estes estiverem devidamente acompanhados de seus pais ou representantes legais. Os adolescentes com idade igual ou superior a 16 anos apenas permanecerão no local até a meia-noite. Assim, declaro resolvido o presente procedimento, com resolução do mérito, nos termos do art. 269, inciso I do CPC. Oficie-se ao Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, conforme requerido pelo MP. Cientifique-se o Ministério Público. Após o trânsito em julgado e as baixas necessárias, arquivem-se os autos. P.R.I.C. São Luiz do Anauá (RR), 11 de setembro de 2008. ELVO PIGARI JÚNIOR Juiz de Direito Titular Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

## COMARCA DE SÃO LUIZ JUIZADOS ESPECIAIS

### ÍNDICE POR ADVOGADOS

#### Expediente de 23/09/2008

Não existem advogados para compor o índice.

## CARTÓRIO DISTRIBUIDOR

### JUIZADO CÍVEL

Juiz(iza): Elvo Pigari Junior

#### EXECUÇÃO

00001 - 006008022481-3

Exequente: Julio Carvalho da Penha  
Executado: Edmilson Fernandes Sousa e outros => Distribuição por Sorteio em 23/09/2008. Valor da Causa: R 2.300,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

## COMARCA DE ALTO ALEGRE JUSTIÇA COMUM

### ÍNDICE POR ADVOGADOS

#### Expediente de 23/09/2008

000149RR =>00004



**PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS****VARACÍVEL****Expediente de 23/09/2008**

**JUIZ(A) TITULAR:**  
**Maria Aparecida Cury**  
**PROMOTOR(A) :**  
**André Paulo dos Santos Pereira**  
**ESCRIVÃO(Ã) :**  
**Alan Johnnes Lira Feitosa**

**ALIMENTOS - PEDIDO**

00002 - 000508007068-2  
 Requerente: I.N.P. e outros  
 Requerido: O.F.P. => DECISÃO:R.A  
 S.J

Defiro o pedido de justiça gratuita  
 Considerando o binômio necessidade/possibilidade e que aos pais incumbe o dever de contribuir para o sustento dos filhos, fixo alimentos provisórios em nome da representante dos menores Sra. DARLETE DO NASCIMENTO, no valor de R 124,50 (cento e vinte e quatro reais e cinquenta centavos), equivalente a 30% (trinta por cento) do salário mínimo vigente, a serem depositados na conta corrente nº 0520615-4, agência nº 0522-3 do Banco Bradesco, até o dia 10 (dez) de cada mês  
 Designo o dia 02/12/2008, às 09h30min., para audiência de C.I.J  
 Cite-se e intime-se o réu, POR PRECATÓRIA, cientificando-o de que poderá apresentar defesa até o dia da audiência e fazer-se acompanhar de advogado e testemunhas(..)  
 O(s) autor(es) também deverão fazer-se acompanhar de advogado e de testemunhas independente de rol prévio  
 Intime-se o(a) autor(a) através de seu(a) representante legal, o MP e a DPE  
 AA/RR, 23/09/08.Maria Aparecida Cury-Juíza de Direito.  
 Audiência de CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO e JULGAMENTO designada para o dia 02/12/2008 às 09:30 horas. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**REINTEGRAÇÃO DE POSSE**

00003 - 000508006844-7  
 Autor: Eduardo Loureto de Souza  
 Réu: Francisco José Carneiro => FINAL DE SENTENÇA: "..."  
 Pelo exposto, JULGO EXTINTO o processo com resolução de mérito, nos termos do artigo 269, III, do CPC. Dêem-se as baixas necessárias e arquivem-se os autos. Sem custas. P. R. I. C. Alto Alegre/RR, 23 de setembro de 2008. MARIA APARECIDA CURY- Juíza de Direito. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**VARACRIMINAL****Expediente de 23/09/2008**

**JUIZ(A) TITULAR:**  
**Maria Aparecida Cury**  
**PROMOTOR(A) :**  
**André Paulo dos Santos Pereira**  
**ESCRIVÃO(Ã) :**  
**Alan Johnnes Lira Feitosa**

**CRIME C/ PESSOA - JÚRI**

00004 - 000502000479-1  
 Réu: Carlos Sérgio da Silva => FINALIDADE: INTIMAÇÃO do advogado do réu, Dr. Marcos Antônio C. de Souza, OAB 149/RR, para comparecer à AUDIÊNCIA DE OITIVA DE TESTEMUNHA DE DEFESA, designada para o dia 19/11/2008, às 09:30 horas, a ser realizada na sede deste Juízo. Adv - Marcos Antônio C de Souza.

**INFÂNCIA E JUVENTUDE****Expediente de 23/09/2008**

**JUIZ(A) TITULAR:**  
**Maria Aparecida Cury**  
**PROMOTOR(A) :**  
**André Paulo dos Santos Pereira**  
**ESCRIVÃO(Ã) :**  
**Alan Johnnes Lira Feitosa**

**ATO INFRACIONAL**

00001 - 000505001802-6  
 Infrator: M.S.A. e outros => Audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia 05/02/2009 às 09:30 horas.  
 Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**COMARCA DE ALTO ALEGRE**  
**JUIZADOS ESPECIAIS**
**ÍNDICE POR ADVOGADOS****Expediente de 23/09/2008**

Não existem advogados para compor o índice.

**PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS****JUIZADO CRIMINAL****Expediente de 23/09/2008**

**JUIZ(A) PRESIDENTE(A):**  
**Maria Aparecida Cury**  
**PROMOTOR(A) :**  
**André Paulo dos Santos Pereira**  
**ESCRIVÃO(Ã) :**  
**Alan Johnnes Lira Feitosa**

**CRIME C/ PESSOA**

00001 - 000508006983-3  
 Indiciado: J.S.N.A. => FINAL DE SENTENÇA: "..."  
 Pelo exposto, JULGO EXTINTA a punibilidade de JOSUEL DOS SANTOS NUNES AMARAL em razão do cumprimento da pena imposta.  
 Após o trânsito em julgado e as baixas necessárias, arquivem-se os autos. Sem custas. P.R.I.C. Alto Alegre/RR, 23 de setembro de 2008. MARIA APARECIDA CURY - Juíza de Direito. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**1ª VARA CÍVEL****EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS**

O DOUTOR **LUIZ FERNANDO CASTANHEIRA MALLET** – JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA ESTADO DE RORAIMA

**CITAÇÃO DE: CARLOS ALBERTO MORAES DE MOURA**, brasileiro, casado, filho de José Neves de Moura e Maria Raimunda Moraes Moura, demais dados ignorados, estando em lugar incerto e não sabido.

FINALIDADE: Para tomar conhecimento dos termos do Processo nº 010.2008.906.046-0, Ação de DIVÓRCIO DIRETO LITIGIOSO, em que são partes I.P.S.M., contra C.A.M.M., ficando ciente que terá o prazo de 15 dias para apresentar contestação, sob pena de revelia.

SEDE DO JUÍZO: 1ª Vara Cível – Fórum Advogado Sobral Pinto – Praça do Centro Cívico, 666 – Centro – Boa Vista/RR – Fone: 3621 2721.

Dado e passado nesta Comarca e cidade de Boa Vista, Capital do Estado de Roraima aos vinte e quatro dias do mês de setembro de dois mil e oito. E, para constar, Eu, Maria Cristina Chaves Viana (Assistente Judiciária) o digitei e Liduina Ricarte Beserra Amâncio (Escrivã Judicial), de ordem do MM. Juiz o assinou.

**Liduina Ricarte Beserra Amâncio**  
 Escrivã Judicial

**EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS**

O DOUTOR **LUIZ FERNANDO CASTANHEIRA MALLET** – JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA ESTADO DE RORAIMA

**CITAÇÃO DE: GERALDO VIEIRA DA SILVA**, brasileiro, casado, filho de Horácio Vieira da Silva e Maria Arruda da Silva, demais dados ignorados, estando em lugar incerto e não sabido.

**FINALIDADE:** Para tomar conhecimento dos termos do Processo nº 010.2008.907.629-2, Ação de DIVÓRCIO DIRETO LITIGIOSO, em que são partes M.N.S., contra G.V.S., ficando ciente que terá o prazo de 15 dias para apresentar contestação, sob pena de revelia.

**SEDE DO JUÍZO:** 1ª Vara Cível – Fórum Advogado Sobral Pinto – Praça do Centro Cívico, 666 – Centro – Boa Vista/RR – Fone: 3621 2721.

Dado e passado nesta Comarca e cidade de Boa Vista, Capital do Estado de Roraima aos vinte e quatro dias do mês de setembro de dois mil e oito. E, para constar, Eu, Maria Cristina Chaves Viana (Assistente Judiciária) o digitei e Liduina Ricarte Beserra Amâncio (Escrivã Judicial), de ordem do MM. Juiz o assinou.

**Liduina Ricarte Beserra Amâncio**  
Escrivã Judicial

#### **EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS**

O DOUTOR **LUIZ FERNANDO CASTANHEIRA MALLET** – JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA ESTADO DE RORAIMA

**CITAÇÃO DE: ADNEAN RODRIGUES DA CONCEIÇÃO**, brasileira, casada, filha de Antônio Pereira Rodrigues e Luiza Pereira Rodrigues, demais dados ignorados, estando em lugar incerto e não sabido.

**FINALIDADE:** Para tomar conhecimento dos termos do Processo nº 010.2008.907.654-0, Ação de DIVÓRCIO DIRETO LITIGIOSO, em que são partes A.D.C., contra A.R.C., ficando ciente que terá o prazo de 15 dias para apresentar contestação, sob pena de revelia.

**SEDE DO JUÍZO:** 1ª Vara Cível – Fórum Advogado Sobral Pinto – Praça do Centro Cívico, 666 – Centro – Boa Vista/RR – Fone: 3621 2721.

Dado e passado nesta Comarca e cidade de Boa Vista, Capital do Estado de Roraima aos vinte e quatro dias do mês de setembro de dois mil e oito. E, para constar, Eu, Maria Cristina Chaves Viana (Assistente Judiciária) o digitei e Liduina Ricarte Beserra Amâncio (Escrivã Judicial), de ordem do MM. Juiz o assinou.

**Liduina Ricarte Beserra Amâncio**  
Escrivã Judicial

#### **EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS**

O DOUTOR **LUIZ FERNANDO CASTANHEIRA MALLET** – JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA ESTADO DE RORAIMA

**CITAÇÃO DE: WALLACE ALVES COSTA**, brasileiro, casado, contabilista, filho de Durval Costa Dias e Maria Izabel Alves, demais dados ignorados, estando em lugar incerto e não sabido.

**FINALIDADE:** Para tomar conhecimento dos termos do Processo nº 010.2008.908.028-6, Ação de DIVÓRCIO DIRETO LITIGIOSO, em que são partes M.L.N.N., contra W.A.C., ficando ciente que terá o prazo de 15 dias para apresentar contestação, sob pena de revelia.

**SEDE DO JUÍZO:** 1ª Vara Cível – Fórum Advogado Sobral Pinto – Praça do Centro Cívico, 666 – Centro – Boa Vista/RR – Fone: 3621 2721.

Dado e passado nesta Comarca e cidade de Boa Vista, Capital do Estado de Roraima aos vinte e quatro dias do mês de setembro de dois mil e oito. E, para constar, Eu, Maria Cristina Chaves Viana (Assistente Judiciária) o digitei e Liduina Ricarte Beserra Amâncio (Escrivã Judicial), de ordem do MM. Juiz o assinou.

**Liduina Ricarte Beserra Amâncio**  
Escrivã Judicial

#### **EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS**

O DOUTOR **LUIZ FERNANDO CASTANHEIRA MALLET** – JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA ESTADO DE RORAIMA

**CITAÇÃO DE: FRANCISCO PAULINO FÉLIX DE SOUZA**, brasileiro, casado, filho de Manoel paulino de Souza e Vitalina Félix de Souza, demais dados ignorados, estando em lugar incerto e não sabido.

**FINALIDADE:** Para tomar conhecimento dos termos do Processo nº 010.2008.908.087-2, Ação de DIVÓRCIO DIRETO LITIGIOSO, em que são partes D.M.G.S., contra F.P.F.S., ficando ciente que terá o prazo de 15 dias para apresentar contestação, sob pena de revelia.

**SEDE DO JUÍZO:** 1ª Vara Cível – Fórum Advogado Sobral Pinto – Praça do Centro Cívico, 666 – Centro – Boa Vista/RR – Fone: 3621 2721.

Dado e passado nesta Comarca e cidade de Boa Vista, Capital do Estado de Roraima aos vinte e quatro dias do mês de setembro de dois mil e oito. E, para constar, Eu, Maria Cristina Chaves Viana (Assistente Judiciária) o digitei e Liduina Ricarte Beserra Amâncio (Escrivã Judicial), de ordem do MM. Juiz o assinou.

**Liduina Ricarte Beserra Amâncio**  
Escrivã Judicial

#### **EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS**

O DOUTOR **LUIZ FERNANDO CASTANHEIRA MALLET** – JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA ESTADO DE RORAIMA

**CITAÇÃO DE: MARIA DO DESTERRO MONTE DE ARAÚJO**, brasileiro, casado, filha de Luiz Alexandre do Monte e Maria das Dores do Monte, demais dados ignorados, estando em lugar incerto e não sabido.

**FINALIDADE:** Para tomar conhecimento dos termos do Processo nº 010.2008.908.120-1, Ação de DIVÓRCIO DIRETO LITIGIOSO, em que são partes J.R.A., contra M.D.M.A., ficando ciente que terá o prazo de 15 dias para apresentar contestação, sob pena de revelia.

**SEDE DO JUÍZO:** 1ª Vara Cível – Fórum Advogado Sobral Pinto – Praça do Centro Cívico, 666 – Centro – Boa Vista/RR – Fone: 3621 2721.

Dado e passado nesta Comarca e cidade de Boa Vista, Capital do Estado de Roraima aos vinte e quatro dias do mês de setembro de dois mil e oito. E, para constar, Eu, Maria Cristina Chaves Viana (Assistente Judiciária) o digitei e Liduina Ricarte Beserra Amâncio (Escrivã Judicial), de ordem do MM. Juiz o assinou.

**Liduina Ricarte Beserra Amâncio**  
Escrivã Judicial

### **4ª VARA CRIMINAL**

#### **PORTARIA Nº 04/08**

O MM. Juiz Titular da 4ª Vara Criminal da Comarca de Boa Vista/RR, Dr. Jesus Rodrigues do Nascimento, no uso das suas atribuições legais, e considerando a necessidade de otimizar a tramitação dos atos processuais visando a celeridade da prestação jurisdicional, objetivo colimado pela nova Lei Nº 11.719, de 20 de junho de 2008, que alterou os procedimentos do CPP c/c com o art. 93, XIV, da Constituição Federal

#### **RESOLVE:**

1-) Determinar que as audiências não realizadas devido qualquer motivo, sejam de plano redesignadas para data mais próxima possível, saindo desde logo intimados as testemunhas e advogados que comparecerem. Caso haja testemunhas ausentes ou não-localizadas, as partes deverão ser intimadas para que se manifestem sobre as mesmas.

Parágrafo único: nos casos acima previstos, deverá ser aposta tarja vermelha no centro da capa do feito, a fim de indicar a urgência nas possíveis manifestações.

2-) Determinar que nos feitos em que caiba, em tese, o sursis processual, após a juntada da FAC e apresentação da resposta escrita, e não havendo matéria de defesa a ser apreciada, dê-se vista ao MP para análise de possível proposta do citado benefício legal.

3-) Determinar que em caso de réus soltos, após a apresentação da resposta escrita, e não havendo matéria de defesa a ser apreciada, proceda-se, de ordem, a designação da audiência.

4-) Determinar que após a localização de endereços das testemunhas, seja de ordem designada a audiência, dando-se vista às partes para se manifestarem sobre alguma testemunha não localizada.

Parágrafo único: no caso de haver testemunha não localizada, deverá ser aposta tarja vermelha no centro da capa do feito, a fim de indicar a urgência nas possíveis manifestações.

4-) Determinar que em caso de desistência de testemunhas, não havendo nenhuma diligência sido solicitada, seja dado vista às partes para apresentação de alegações finais escritas.

Publique-se.  
Registre-se.

Boa Vista, 19 de setembro de 2008.

**JÉSUM RODRIGUES DO NASCIMENTO**  
JUIZ DE DIREITO

## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA – TRE/RR**

### **SECRETARIA JUDICIÁRIA**

Expediente do dia **24 de setembro de 2008**, para ciência e intimação das partes.

### **PAUTA DE JULGAMENTO**

A Secretaria Judiciária do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, em obediência ao que determina o artigo 32 do RI/TRE, torna público que, na sessão ordinária do dia **30/09/2008** serão julgados os seguintes feitos:

#### **PRESTAÇÃO DE CONTAS N.º 17**

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE NARA ESTEVAM ASSUNÇÃO E SILVA, REFERENTE A SUA CANDIDATURA AO CARGO DE DEPUTADO ESTADUAL PELO PMDB – ELEIÇÕES 2006.

AUTOR: ESTEVAM ASSUNÇÃO E SILVA  
RELATOR: JUIZA MARIA DILMAR

#### **PUBLICAÇÃO DE DESPACHO:**

#### **PRESTAÇÃO DE CONTAS N.º 30**

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE NARA REJANE DE ABREU ROQUE, REFERENTE A SUA CANDIDATURA AO CARGO DE DEPUTADO ESTADUAL PELO PV – ELEIÇÕES 2006.

AUTOR: NARA REJANE DE ABREU ROQUE  
RELATOR: JUIZA MARIA DILMAR

#### **DESPACHO**

Considerando os novos documentos de fls. 72/82, determino vista sucessiva à COCIN e ao Ministério Público Eleitoral.  
Boa Vista, 23 de setembro de 2008.

**JUIZA MARIA DILMAR**  
Relatora

#### **PRESTAÇÃO DE CONTAS N.º 17**

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE NARA ESTEVAM ASSUNÇÃO E SILVA, REFERENTE A SUA CANDIDATURA

AO CARGO DE DEPUTADO ESTADUAL PELO PMDB – ELEIÇÕES 2006.

AUTOR: ESTEVAM ASSUNÇÃO E SILVA  
RELATOR: JUIZA MARIA DILMAR

#### **DESPACHO**

Inclua-se na pauta de julgamento.  
Boa Vista, 23 de setembro de 2008.

**JUIZA MARIA DILMAR**  
Relatora

#### **PROCESSO N.º 1254 – CLASSE OUTROS PROCESSOS NÃO CLASSIFICADOS**

ASSUNTO: INQUÉRITO POLICIAL N.º 1007155820-8, POR SUPOSTA PRÁTICA DE CRIME PREVISTO NO ART. 339 DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO.

AUTOR: ANTÔNIO IDALINO DE MELO  
INDICIADO: LEONIDIO NETTO LAIA E JOAQUIM SANTOS SILVA  
RELATOR: JUIZA MARIA DILMAR

#### **DESPACHO**

Considerando-se a solicitação de fl. 93, item 3, dê-se vista ao Ministério Público Eleitoral.  
Boa Vista, 23 de setembro de 2008.

**JUIZA MARIA DILMAR**  
Relatora

#### **PUBLICAÇÃO DE RESOLUÇÃO:**

RESOLUÇÃO TRE/RR N.º 26/2008

ESPECIFICA OS TIPOS DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS CUJA UTILIZAÇÃO É VEDADA NAS SEÇÕES ELEITORAIS DO ESTADO DE RORAIMA.

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO a necessidade de proteger o sigilo do voto, coibindo qualquer tipo de pressão ou fiscalização ilícita; e CONSIDERANDO o disposto no artigo 52, inciso VIII, da Resolução TSE n.º 22.712/2008;

#### **R E S O L V E:**

Art. 1.º Fica proibida a utilização de qualquer equipamento eletrônico que possua sistema fotográfico ou de filmagem, a exemplo dos aparelhos de telefone celular e máquinas fotográficas, no período das 8h às 17h, no dia 05 de outubro de 2008, dentro das seções de votações do Estado de Roraima.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, aos vinte e dois dias de setembro de dois mil e oito.

Desembargador **ALMIRO PADILHA**, Presidente  
Desembargador **RICARDO OLIVEIRA**, Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral  
Juíza **MARIA DILMAR**, Jurista  
Juiz **LUIZ FERNANDO MALLET**, Juiz de Direito  
Juiz **HELDER GIRÃO**, Juiz Federal  
Juiz **ERICK LINHARES**, Juiz de Direito  
Doutor **AGEU FLORÊNCIO DA CUNHA**, Procurador Regional Eleitoral

#### **PUBLICAÇÃO DE PORTARIAS:**

#### **PORTARIA N.º 187, DE 22 DE SETEMBRO DE 2008.**

O Juiz **ALMIRO PADILHA**, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, nos termos do art. 54 da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, aprova o Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de setembro de 2007 a agosto de 2008, anexo a esta Portaria.

Registre-se. Publique-se.

Juiz **ALMIRO PADILHA**  
Presidente

#### **RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**

**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
 Setembro/2007 a Agosto/2008

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" e Portaria STN 632/2006 – Anexo I

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS SET/2007 a AGO / 2008		
	Liquidadas	Inscr. em RP Não Process.	TOTAL
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>24.377.619,01</b>	<b>5.368,06</b>	<b>24.382.987,07</b>
Pessoal Ativo	24.100.325,30	5.368,06	24.105.693,36
Demais Despesas com Pessoal Ativo	24.100.325,30	5.368,06	24.105.693,36
Pessoal Inativo e Pensionista	277.293,71		277.293,71
(-) Despesas não Computadas (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	2.372.371,14	5.368,06	2.377.739,20
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			
Despesas de Exercícios Anteriores	2.126.272,43	5.368,06	2.131.640,49
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	246.098,71		246.098,71
<b>TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE – TDP (III) = (I-II)</b>	<b>22.005.247,87</b>	<b>-</b>	<b>22.005.247,87</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>		<b>445.106.323.000,00</b>	
<b>% TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE – TDP sobre a RCL (V) = (III/IV)*100</b>	<b>0,004944%</b>		
<b>LIMITE MÁXIMO (inciso I, art. 20, LRF) - &lt;%&gt;</b>	<b>0,007401 %</b>		<b>32.942.318,97</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22, LRF) - &lt;%&gt;</b>	<b>0,007031 %</b>		<b>31.295.425,57</b>

FONTE: SIAFI e COFIC/SOF/TSE

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.

2) Os percentuais dos limites máximo (0,007401) e prudencial (0,007031), foram estabelecidos através da Portaria TSE nº 440/2005 em vista do disposto no art. 1º da resolução nº 5, de 16/08/2005, do Conselho Nacional de Justiça.

3) RCL (IV) Valores referentes à portaria STN nº 529 de 19 de setembro de 2008.

ARMANDO CARLOS NAHMIA COSTA  
 Gestor Financeiro

MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO ROSAS TRAJANO  
 Controle Interno, em substituição

ALEX CAON FIN  
 Diretor-Geral

Juiz ALMIRO PADILHA  
 Presidente

### 3.ª ZONA ELEITORAL

**PROCESSO : 05/2008**

ESPÉCIE : AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL (AIJE)

REPRESENTANTE : COLIGAÇÃO "UNIDOS VENCEREMOS" - CANTÁ

ADVOGADOS : JOSÉ ALE JÚNIOR (OAB/RR 247)

SEBASTIÃO ERNESTO SANTOS DOS ANJOS (OAB/RR123-B) E OUTROS.

REPRESENTADO : ZACARIAS ASSUNÇÃO RIBEIRO ARAÚJO

ADVOGADOS : EMERSON LUIZ DELGADO GOMES (OAB/RR 285)

CAMILA ARZA GARCIA (OAB/RR 508)

**SENTENÇA**

Por todo o exposto, e por tudo o mais que dos autos consta, em perfeita harmonia com o parecer Ministerial e no livre convencimento de que as provas colacionadas aos autos não têm o condão de merecer êxito em seu propósito, julgo TOTALMENTE IMPROCEDENTE o pedido constante da presente Ação de Investigação Judicial Eleitoral.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Transcorrido *in albis* o prazo recursal, archive-se.

Alto Alegre, 22 de setembro de 2008.

Maria Aparecida Cury  
 Juíza Eleitoral

### 1.ª ZONA ELEITORAL

**EDITAL**

O Dr. ALEXANDRE MAGNO MAGALHÃES VIEIRA, Juiz da 1.ª Zona Eleitoral/RR – Boa Vista, faz saber aos interessados que foi protocolizado perante este Juízo pela Coligação BOA VISTA FELIZ, sob o número de protocolo 5038/2008 e número de processo 1440/2008, o pedido de registro do candidato abaixo para concorrer ao cargo de Vice-Prefeito, em substituição, nas Eleições de 05.10.2008, nos termos do art. 64 da Resolução TSE nº 22.717/2008.

Candidato substituto: 22 – FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO  
Candidato substituído: 22 – MARCIO HENRIQUE JUNQUEIRA PEREIRA

Nos termos do art. 3º da Lei Complementar n.º 64/90, c/c o art. 39 da Resolução TSE n.º 22.717/2008, caberá a qualquer candidato(a), partido político, coligação partidária ou ao Ministério Público, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação deste edital, impugnar, em petição fundamentada, o pedido de registro de candidatura.

No mesmo prazo, qualquer cidadão(ã), no gozo de seus direitos políticos, poderá dar notícia de inelegibilidade, nos termos do art. 45 da referida Resolução.

**DR. ALEXANDRE MAGNO MAGALHÃES VIEIRA**  
Juiz da 1.ª ZE/RR

## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA

### PORTARIA Nº 553, DE 24 DE SETEMBRO DE 2008

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais,

#### RESOLVE:

Tornar pública a escala de plantão dos Promotores de Justiça na Comarca de Boa Vista, para o mês de OUTUBRO/2008:

04/05	<b>Drª. ILAINE APARECIDA PAGLIARINI</b>
11/12	<b>Drª. JANAÍNA CARNEIRO COSTA MENEZES</b>
18/19	<b>Drª. ÉRIKA LIMA GOMES MICHETTI</b>
25/26	<b>Dr. RICARDO FONTANELLA</b>
27/28	<b>Dr. LUIS CARLOS LEITÃO LIMA</b>
<b>TELEFONE DO PLANTÃO: 9971.1305</b>	

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

**CLEONICE ANDRIGO VIEIRA**  
Procuradora-Geral de Justiça  
-em exercício-

### PORTARIA Nº 554, DE 24 DE SETEMBRO DE 2008

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições,

#### RESOLVE:

Autorizar o afastamento da Procuradora de Justiça, Dra. **REJANE GOMES DE AZEVEDO**, para participar do **XXII Congresso Brasileiro de Direito Administrativo**, no período de 07 a 11OUT08, a realizar-se na cidade de Brasília/DF.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

**CLEONICE ANDRIGO VIEIRA**  
Procuradora-Geral de Justiça  
-em exercício-

## DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

### PORTARIA Nº 002, DE 24 DE SETEMBRO DE 2008

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA, com fulcro na Resolução nº 14, de 16 de setembro de 2008,

#### RESOLVE:

Conceder à servidora **KATIÚSCIA CARVALHO ALBUQUERQUE TELES**, 02 (dois) dias de licença por motivo de doença em pessoa da família, com efeitos a contar de 26AGO08.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

**MARIA IVONEIDE DA SILVA COSTA**  
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

### PORTARIA Nº 003, DE 24 DE SETEMBRO DE 2008

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA, com fulcro na Resolução nº 14, de 16 de setembro de 2008,

#### RESOLVE:

Conceder à servidora **CATARINA MENDES BATISTA ROSA ARAÚJO**, 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, com efeitos a contar de 08SET08.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

**MARIA IVONEIDE DA SILVA COSTA**  
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

## MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA PROMOTORIA DE JUSTIÇA

### 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE BOA VISTA

**Objeto: Possível Crime de Poluição Sonora**  
**Interesse Difuso.: Meio Ambiente**

**Investigado: BOATE LA CUCARACHA (LC PENTAGONO LIFE LTDA ME)**

**Fonte: Termo de Declarações**

#### DESPACHO

O Ministério Público do Estado de Roraima, por meio dos Titulares da 3ª Promotoria de Justiça Cível - Meio Ambiente da Comarca de Boa Vista-RR, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 129, incisos I e III, da Constituição Federal, art. 34, parágrafo único, alínea "a", da LCE nº 003/94 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Roraima), **DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO DE INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR** tendo como fundamento informações constantes no Ofício nº 735/2008 da Fundação Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia – FEMACT, Auto de Infração nº 000477, Termo de Embargo nº 000335 e Relatório Ambiental nº 126/08, que noticiam o crime de poluição sonora causado pela **BOATE LA CUCARACHA**, onde o ruído produzido no local está acima do permitido por lei e que o mesmo é propagado para a circunvizinhança por não disponibilizar de um sistema de acabamento acústico conforme determina as normas ambientais.

**RESOLVE**, por isso, deliberar o seguinte:

- Para atuar no feito na qualidade de secretário dos trabalhos fica designado a servidora **ANA CRISTINA MENDES RUIZ**;
- Autuar e registrar o presente PIP em livro correspondente;
- Juntar os mencionados elementos de convicção **em ordem cronológica**;
- Cientificar à Corregedoria-Geral do Ministério Público e ao Coordenador das Promotorias de Justiça Especializadas da vertente instauração;
- Em cumprimento ao princípio da publicidade, enviar a portaria para veiculação no DPJ;
- Notificar o investigado para prestar declarações e ofertar documentos;
- Atendidos todos os pontos, venham os autos conclusos.

Boa Vista-RR, 22 de setembro de 2008.

**JANAÍNA CARNEIRO COSTA MENEZES**  
Promotora de Justiça

## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RORAIMA

**PORTARIA/DPG Nº. 622, DE 23 DE SETEMBRO DE 2008.**  
O Defensor Público-Geral em Exercício do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições legais e regulamentares,

**RESOLVE:**

Designar os Servidores Públicos lotados nesta DPE/RR, abaixo relacionados, para prestarem serviços na sede da Defensoria Pública, nas respectivas datas, com o objetivo de receberem as comunicações das prisões em flagrante.

Nome do Servidor	Data
RAFAEL MIRANDA DE ALBUQUERQUE	04/10/2008
MIRIAN HUMAN FERNANDES	05/10/2008
MARILETE CAITANO DEMETRIO	11/10/2008
KLEITON DA SILVA PINHEIRO	12/10/2008
FRANCISCA FERREIRA COSTA SOUSA	18/10/2008
FRANCISCO ROGÉRIO GOMES DOS SANTOS	19/10/2008
MARCEL MACIEL MOTA	25/10/2008
VALESSA PERES TABOSA	26/10/2008
RICARDO DA CONCEIÇÃO SILVA	28/10/2008

Publique-se. Cumpra-se.

**RONNIE GABRIEL GARCIA**  
Defensor Público-Geral em Exercício

**PORTARIA Nº. 623, DE 23 DE SETEMBRO DE 2008.**

O Defensor Público-Geral em Exercício do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições legais e regulamentares,

**RESOLVE:**

Autorizar o afastamento do Defensor Público da 2ª Categoria, Dr. JULIAN SILVA BARROSO, no período de 27 de outubro a 01 de novembro de 2008, para participar do “VII Encontro Nacional dos Defensores Públicos” a realizar-se na cidade de Cuiabá-MT, com ônus no que concerne às diárias.

Publique-se. Cumpra-se.

**RONNIE GABRIEL GARCIA**  
Defensor Público-Geral em Exercício

---

**EDITAIS**

---

---

**TABELIONATO DE 2º OFÍCIO**

---

**EDITAL DE PROCLAMAS**

Faço saber que pretendem se casar **TAKACHI GOMES NAKAZAKI** e **JANAILDE FEITOSA LIMA DE ASSIS**, para o que apresentaram os documentos exigidos pelo art. 1.525, nº. s I, III E IV, do Código Civil Brasileiro.

**ELE** é natural de Manaus, Estado do Amazonas, nascido a 1 de julho de 1981, de profissão func. público, residente na rua: América Sarmento nº 242, Bairro: Caimbé, filho de **TATERU NAKAZAKI** e de **ANGÉLIACA GOMES NAKAZANI**.

**ELA** é natural de Santa Luzia, Estado do Maranhão, nascida a 6 de maio de 1981, de profissão professora, residente na rua: Manoel da Silva Mota nº 56, Bairro – Asa Branca, filha de **JOSÉ RIBAMAR PINTO DE ASSIS** e de **IRAILDE FEITOSA LIMA DE ASSIS**.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.

Lavro o presente para ser fixado em Cartório no lugar de costume e enviada cópia para ser publicada pela imprensa local.

Boa Vista – RR, 23 de setembro de 2008  
Wagner Mendes Coelho  
Tabelião

**Justiça Especial Volante**  
**JUSTIÇA NO TRANSITO**

**Acidentes de trânsito no perímetro urbano de Boa Vista**  
**em que tenham ocorrido somente danos materiais, sem vítimas**

- Atendimento 24h, todos os dias da semana
- (95) 9971-6700 – 3621 2657 Justiça no Trânsito
- 190 – Central de Operações da Polícia Militar – COPOM
- 194 – Central de Operações da Polícia Civil
- A equipe se deslocará ao local do acidente e um conciliador tentará promover a conciliação dos envolvidos para solução imediata da questão

**JUSTIÇA MÓVEL**  
**0800 280 8580**

**Diário do Poder Judiciário**  
**Provimento Nº 001/1992**

**Des. Robério Nunes dos Anjos**  
*Presidente*

**Des. Carlos Henriques Rodrigues**  
*Vice-Presidente*

**Des. Lupercino de Sá Nogueira Filho**  
*Corregedor Geral de Justiça*

**Des. José Pedro Fernandes**  
**Des. Mauro José do Nascimento Campello**  
**Des. Ricardo de Aguiar Oliveira**  
**Des. Almiro José Mello Padilha**  
*Membros*

**João Augusto Barbosa Monteiro**  
*Diretor-Geral*

**Palácio da Justiça**  
Praça do Centro Cívico, s/n, Centro  
Cep: 69301-380, Boa Vista, RR  
(95) 3621-2675

**Corregedoria  
Geral de Justiça**

***Ouvidoria-Geral***

**Telefone  
0800 2809551**

**e-mail:  
ouvidoria@tj.rr.gov.br**



**Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça do Estado de Roraima  
Departamento de Informática**

**Em caso de problemas com:**

- SISCOM
- Equipamentos de Informática
- Softwares/Aplicativos
- Acesso ao Serviço de Redes
- Dúvidas e/ou solicitações na área de informática

Entre em contato com:

**Central de Atendimento**

**Ramal: 2670**  
(Palácio da Justiça e Fórum)

**Externo: 3621-2670**  
(Juizado da Infância e Juventude e Comarcas)

**e-mail: [suporte@tj.rr.gov.br](mailto:suporte@tj.rr.gov.br)**

**Acesse a intranet: <http://intranet/>**

**Horário: 08:00 às 18:00**

**SAU Seção de Atendimento ao Usuário - DI**

*Serviço exclusivo ao Poder Judiciário do Estado de Roraima*



**Assine o  
  
DIÁRIO  
DO PODER  
JUDICIÁRIO**

**3623-6108**



# **Assine o Diário do Poder Judiciário**

**Telefone: 3623-6108**